



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
“TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES
CULTURAIS NO CERRADO”**



GENILDER GONÇALVES DA SILVA

**GOIÂNIA E A MARCHA PARA O OESTE: AS AÇÕES E AS ESCALAS
DE UM PROCESSO MODERNIZADOR**

ANÁPOLIS
2015

GENILDER GONÇALVES DA SILVA

Ficha catalográfica

S586g	<p>Silva, Genilder Gonçalves da. Goiânia e a marcha para o oeste [manuscrito] : as ações e as escalas de um processo modernizador / Genilder Gonçalves da Silva. – 2015. 107 f. il. ; 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis, 2015.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Geografia. 2.Geografia urbana – Goiânia(GO). 3. Construção de Goiânia(GO) – Escalas geográficas. 4. Território goiano – Modernização – História. 5.TECCER – UEG/CCSEH – Dissertações . I. Título.</p> <p>CDU: 911.375(817.3Goiânia) (043.2)</p>
-------	---

Elaborada por Aparecida Marta deJesus Fernandes
Bibliotecária do Câmpus de CSEH
CRB1/2385

GOIÂNIA E A MARCHA PARA O OESTE: AS AÇÕES E AS ESCALAS DE UM PROCESSO MODERNIZADOR

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello.

ANÁPOLIS
2015

GENILDER GONÇALVES DA SILVA

**GOIÂNIA E A MARCHA PARA O OESTE: AS AÇÕES E AS ESCALAS
DE UM PROCESSO MODERNIZADOR**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, aprovada em _____ de _____ de 2015, pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcelo de Mello
Presidente / UEG-TECCER

Profa. Dra. Janes Socorro da Luz
Membro / professora da UEG- TECCER

Prof. Dr. Sandro de Oliveira Safadi
Membro / Professor do IFG/Anápolis

Dedico este trabalho a Deus..., aos meus familiares, a todos aqueles que foram meus professores ao longo da vida e aos demais amigos, nos diversos espaços sociais.

AGRADECIMENTOS

Dissertação é um trabalho que não se faz a sós; exige uma lista longa de pessoas que nos fazem refletir e nos animam nesta caminhada. Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Mestrado TECCER/UEG – Territórios e Expressões Culturais do Cerrado/ Universidade Estadual de Goiás: Divina, Eliezer, Fátima, Janes, Milena, e Robson, pelo incentivo; agradeço de maneira específica, a Professora Dulce Lacerda, pela disponibilidade de seu acervo. Sou grato às pessoas das bibliotecas públicas dos Colégios Estaduais: Laurentino Martins; Jalles Machado e da Universidade Estadual de Goiás - UEG/Campus Uruaçu e ao CEDOC - Centro de Documentação da UEG/Campus CSEH - Ciências Sócio-econômicas e Humanas. Reconheço a importância do social por meio da licença para aprimoramento concedida pela SEDUC - Secretaria de Educação de Goiás e pela bolsa de estudos concedida pela UEG - Universidade Estadual de Goiás. Agradeço, de maneira expressiva, os méritos do meu orientador, professor Marcelo de Mello, pelas lições de sabedoria, inteligência, dedicação, simplicidade, empenho e cientificidade. Estou profundamente grato às lições, pois, a aprendizagem surpreende quem aprende!

RESUMO

O presente texto é produto de uma investigação dos processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste. Especificamente, pesquisamos um erro cristalizado, que situa Goiânia como produto da Marcha para o Oeste. A partir desta premissa, procuramos individualizar as ações de Pedro Ludovico e Getúlio Vargas, nas suas respectivas escalas, entendendo que a construção de Goiânia, gestada por Pedro Ludovico Teixeira, e a Marcha para o Oeste, implementada por Getúlio Vargas, foram processos com escalas de abrangência distintas, mas com um mesmo intuito: superar o meio natural e abrir as portas do sertão para a modernização produtiva. Para entender as aproximações e distanciamentos revelados pelas ações dos governantes aqui destacados, ressaltamos alguns referenciais que possibilitaram uma interface, centrada, principalmente, na Geografia e na História. A nova configuração territorial requerida pela modernização produtiva propunha ações e objetos articulados sistemicamente para superar o meio natural e consolidar os meios técnicos, visando atenuar o império da natureza com a incorporação das máquinas ao território.

Palavras-chave: Goiânia; Marcha para o Oeste; Escalas; Ações.

ABSTRACT

The object of this work is to investigate the Goiania construction processes and implementation of the March to the West, making fundamental object to evaluate a crystallized error, which is located Goiânia as a product of March to the West. From this premise, we seek to distinguish the actions of Pedro Ludovico and Getúlio Vargas, in their respective scales, understanding that the construction of Goiania, gestated by Pedro Ludovico Teixeira, and the March to the West, implemented by Getulio Vargas, were processes with scales of different scope, but as the same purpose: to overcome the natural environment and open the doors of the hinterland for the productive modernization. To understand the approaches and distanced revealed by the actions of governments surveyed here, we highlight some references that allowed an interface, centered mainly in Geography and History. The new territorial configuration required by production modernization proposed actions and systemically articulated objects to overcome the wild and consolidate the technical means to mitigate the nature of the empire with the incorporation of the machines to the territory.

Keywords: Goiania; March to the West; scales; Actions.

Com todos os dias o mundo está inventando uma novidade; cada dia somos ignorantes do que são e do que valem as coisas novas[...]. Esse é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações a aprender tudo de novo.

Nunca, como agora, houve tanta necessidade de um saber competente, para reinterpretar a lição dos objetos que nos cercam e das ações de que não podemos escapar.

(SANTOS, 2009, p. 227)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 1 –	Araçongas: povoamento na década de 1940	64
Ilustração 2 –	Primeiro trem em Anápolis no ano de 1935	84
Ilustração 3 –	Estação Ferroviária de Goiânia, em 1957	86
Ilustração 4 –	O primeiro automóvel no Rio de Janeiro, 1897	88
Ilustração 5 –	Carro Ford	89

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Goiânia: O processo de produção de uma nova cidade-capital	40
Mapa 2 –	Marcha para o Oeste: a territorialização de marcos históricos	49
Mapa 3 –	Itinerário da comitiva do Estado de Goiás, 1918	72
Mapa 4 –	Plano ferroviário da comissão de 1890	81
Mapa 5 –	Traçado da Estrada de Ferro Goiás	83
Mapa 6 –	População dos municípios nas regiões próximas da Estrada de Ferro Goiás, em 1920	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – AS ESCALAS E OS SABERES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VISÕES DE MUNDO	15
1.1 A ESCALA NAS FRONTEIRAS DISCIPLINARES	15
1.2 A ESCALA COMO ESTRATÉGIA DE APREENSÃO DA REALIDADE	20
1.3 A ESCALA E A PESQUISA	25
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UM ERRO CRISTALIZADO	28
2.1 VARGAS, LUDOVICO E AS ESCALAS DE SUAS AÇÕES	31
2.2 A ESCALA ESTADUAL	34
2.3 A ESCALA FEDERAL	41
2.4 O ENCONTRO DAS DUAS ESCALAS	46
2.5 OS ILUSTRES VISITANTES E AS DEMANDAS PELA REAFIRMAÇÃO DOS PROCESSOS MODERNIZADORES	50
CAPÍTULO III – PARA ALÉM DOS DISCURSOS: DO IDEALIZADO AO CONCRETAMENTE CONSTRUÍDO	61
3.1 CIDADE: INSTRUMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO	61
3.2 PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO: DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO	66
3.3 PROCESSOS MODERNIZADORES PROPONDO NOVA REALIDADE NO ESPAÇO	70
3.4 AS FERROVIAS E OS AUTOMÓVEIS COMO OBJETOS TÉCNICOS FUNDAMENTAIS	79
3.4.1 A ferrovia	79
3.4.2 O automóvel e as estradas de rodagem	87
3.4.3 O processo de modernização no território goiano	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SUPERAÇÃO DO MEIO NATURAL E A MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA EM ÁREAS DO CERRADO	96
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar os processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste. O entendimento da relação travada entre estes processos é fundamental para avaliar outro processo revelado por meio de um erro cristalizado, que situa Goiânia como produto da Marcha para o Oeste.

Este erro cristalizado se faz presente em obras impressas¹, na rede mundial de computadores² e na visão de mundo de professores³ de História e da Geografia dos ensinos fundamental e médio, formados por Instituições de Ensino Superior sediadas no estado de Goiás.

Diversas fontes indicam uma indevida apreensão espaço-temporal das escalas das ações de Pedro Ludovico e Getúlio Vargas, no contexto da Revolução de 1930: o primeiro tinha a tarefa de modernizar as relações produtivas em escala estadual e o segundo em escala nacional. Para tanto, Ludovico, nos primeiros anos de 1930, empreendeu ações para edificar Goiânia e, Vargas, na segunda metade da mesma década, lançou a Marcha para o Oeste.

A partir desta premissa, procuramos individualizar as escalas das ações de Pedro Ludovico e Getúlio Vargas, no âmbito de suas esferas de governo, entendendo que a construção de Goiânia, gestada por Pedro Ludovico Teixeira, e a Marcha para o Oeste, implementada por Getúlio Vargas, foram processos com escalas de abrangência distintas, mas como um mesmo intuito: superar o meio natural (SANTOS, 2013) e abrir as portas do sertão⁴ para a modernização produtiva.

Para entender as aproximações e os distanciamentos revelados pelas ações dos governantes aqui pesquisados, destacamos alguns referenciais que possibilitaram uma perspectiva investigativa interdisciplinar, centrada,

¹ Outras obras impressas poderiam ter sido elencadas, optamos por estas: a) Mello (2006); b) Moraes (2003).

² Embora não seja um portal Oficial para pesquisas, este site atrai muitas consultas, principalmente, dos estudantes secundaristas: WIKIPEDIA, A enciclopédia livre. **Goiânia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiânia>>. Acesso em: jun. 2013.

³ A principal constatação desta contradição foi encontrada numa entrevista realizada em junho de 2013, com professores que atuam no ensino de Geografia e/ou História na Educação Básica do estado de Goiás. Estes professores são Licenciados em Geografia ou História por uma das IES públicas do estado: Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás.

⁴ Naquele momento o Cerrado não ocupava um lugar central no debate vinculado à modernização produtiva.

principalmente, na Geografia e na História. Para a Geografia, a dimensão espacial é o fundamento das pesquisas e dos estudos; enquanto para a História, o essencial são os vestígios da realidade passada que se fazem acessíveis: “na herança subsistente do passado, [...] alguma coisa da presença, da atividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora” (MARROU, 1978, p. 63).

Sobre a interface entre os campos de conhecimentos, Santos (2009, p. 100) ressalta que “a História, a mim possibilitou enxergar o passado; a Geografia permitiu-me ver o presente”. Assim, percebemos as possibilidades apresentadas pelos conhecimentos produzidos por meio da integração destas ciências.

Essa concepção é diferente daquela oferecida por Kant (1999 apud GODOY, 2010, p. 60): “a história e a geografia poderiam ser denominadas, por assim dizer, como uma descrição, com a diferença de que a primeira é uma descrição segundo o tempo, e a segunda uma descrição segundo o espaço”. Lencione (1999) adverte que para Kant (1999 apud GODOY, 2010, p. 60), “a história é o relato dos fatos que se sucedem uma após outro no tempo, enquanto a geografia é a apresentação dos fenômenos que se encontram um do lado do outro no espaço”.

No curso desta pesquisa, consideramos os avanços teórico-metodológicos produzidos por estas ciências, a partir de uma perspectiva apresentada por Santos (2005, p. 4): “a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la; para incorporar novas realidades e novas ideias”.

A interface entre campos de conhecimentos é hoje muito debatida em torno de reflexões que aceitam e negam demandas por uma interdisciplinaridade. Segundo Leis (2005, p. 4), “a interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes [...]. A interdisciplinaridade é uma prática”.

Para Santos (2009, p. 20),

o mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas[...] uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente do saber geral.

Com relação à transposição dos limites entre as fronteiras das ciências, Madeira (1996 apud OLIVEIRA, 2006) afirma que importam os termos transdisciplinaridade ou interdisciplinaridade. Para ele:

Distingo transdisciplinaridade de interdisciplinaridade por considerar que o primeiro prefixo convém a um tipo de apropriação de elementos pontuais nas disciplinas, sem nenhuma pretensão de esgotamento, completude ou apagamento de fronteiras. É das interfaces dotadas de pertinência que outras especialidades se formarão e ao mesmo tempo irão afunilando, deslocando o campo do saber. (MADEIRA, 1996, p. 988 apud OLIVEIRA, 2006, p. 4)

Essas observações são importantes para a compreensão deste trabalho. As obras consultadas podem ser entendidas a partir de uma contribuição oferecida por Caio Prado Júnior (1987, p. 19) sobre o sentido da história, quando ele evidencia a necessidade de desbastar “o cipoal de incidentes secundários”. Entre as obras utilizadas nessa investigação estão livros, revistas, memórias e relatórios de administradores públicos, que abordaram os processos de produção de Goiânia e da Marcha para o Oeste.

No curso da pesquisa, entendemos o discurso como ação do sujeito sobre o mundo; portanto, portador de uma intencionalidade: “processo pelo qual ação e objetos se confundem, através do movimento permanente de dissolução e de recriação do sentido” (SANTOS, 2009, p. 24). Objetos e ações são inseparáveis, a reciprocidade entre intenções e práticas são inerentes à constituição do território⁵. Segundo Santos (2009, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no que a história se dá”. Essa noção ampla de espaço requer o (re)conhecimento de várias categorias analíticas e dos recortes espaciais.

Para analisar as divergências encontradas nas fontes consultadas durante a realização da pesquisa, elegemos a escala como elemento metodológico: por meio dela, investigamos o erro cristalizado nas interpretações acerca da cidade de Goiânia ser um produto da Marcha para o Oeste.

A escala é considerada um importante elemento para a interface entre campos de conhecimentos, viabilizando a interdisciplinaridade. A escala como procedimento metodológico introduz a questão da poliformia do espaço, permitindo a análise dos jogos de relações entre fenômenos de natureza diversas. A questão da

⁵ Entre as várias contribuições de Milton Santos, a atualização dos conceitos aparece como incontestável. Em 2013, Antonio Carlos Robert Moraes publicou um estudo intitulado: “Território na geografia de Milton Santos”. O autor analisou todas as obras de Milton Santos, para entender as variações do conceito “território”. A conclusão foi que “território”, ao final do itinerário, passou denotar: “território usado” e adquire centralidade como unidade básica para a explicação geográfica.

escala não é apenas dimensional; mas, também, e profundamente, fenomenal: "o que é visível no fenômeno e que possibilita sua mensuração, análise e explicação, depende da escala de observação." (CASTRO, 2008, p. 131).

O entendimento da articulação dos fenômenos em diferentes escalas, mediadas pela interface de distintos campos do saber, possibilitou uma análise do erro cristalizado aqui investigado. É importante destacar que uma advertência em relação ao que classificamos de erro cristalizado foi realizada na década de 1980. Na ocasião, textos didáticos utilizados em escola públicas do estado de São Paulo situaram a construção de Goiânia como uma ação da Marcha para o Oeste. Naquele momento, o primeiro prefeito de Goiânia, professor Venerando de Freitas Borges, respondeu enfaticamente à questão afirmando que Goiânia antecedeu a Marcha para o Oeste. "Goiânia foi a Vanguardeira [...], aí está, bela e perene, pujante e soberana[...]" (BORGES, 1987, p. 147). Atualmente, embasados por estudos documentais, outros autores, como Maciel (1996) e Mello (2009), também evidenciaram esse caráter histórico pioneiro de Goiânia frente à Marcha para o Oeste.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma discussão sobre as fronteiras disciplinares, apresentando a escala como elemento metodológico na compreensão dos processos elencados. Destacamos algumas noções⁶ de escala, evidenciando a polissemia do termo, bem como a necessidade de situá-la quanto às diversas perspectivas nos campos dos saberes.

No segundo capítulo, destacamos fatos e eventos que situam Goiânia como produto de demandas estaduais, anunciadas no início da década 1930, e a Marcha para o Oeste como iniciativa com escala de abrangência nacional, anunciada no Estado Novo, em 1937, considerada, ainda, a importância das relações espaço-temporais manifestadas na articulação de processos que se aproximam e se distanciam em distintas dimensões.

No último capítulo, evidenciamos que o grande objetivo de ambos era a modernização das relações produtivas – em distintas escalas – a partir da implantação e da consolidação de uma nova configuração territorial, evidenciadora da superação do meio natural e da instauração de um meio técnico; bem como

⁶ A ideia de *noção* num quadro analítico supõe um termo que perpassa por vários campos do saber.

apresentamos as novas cidades como elementos importantes nessa nova configuração rumo ao processo modernizador, propondo uma nova realidade no espaço. Por fim, abordamos a questão dos objetos técnicos em Goiás, destacando as ferrovias e os automóveis como objetos fundamentais diante da intencionalidade de superação do meio natural, rumo à modernização do território em áreas do Cerrado.

CAPÍTULO I

AS ESCALAS E OS SABERES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VISÕES DE MUNDO

1.1 A ESCALA NAS FRONTEIRAS DISCIPLINARES

"Há, todavia, sempre, um pouco de sorte em tudo".
Pedro Ludovico (TEIXEIRA, 1973, p. 12)

A presente pesquisa assumiu a escala como recurso metodológico. Ao adotar esta postura, colocamo-nos diante de um conceito utilizado por distintos campos do conhecimento. Certamente, a ciência geográfica está entre as que mais trabalham a questão da escala. Contudo, mesmo na Geografia ela não remete a um entendimento único quanto às possibilidades de seu uso.

Na realidade, a escala ocupa posições diversificadas em distintas disciplinas, apresentando caráter epistemológico, metodológico e conceitual. Daí a importância de situá-la na investigação apresentada, principalmente por se tratar de uma ação investigativa caracterizada pela interdisciplinaridade: uma interdisciplinaridade centrada, principalmente, no encontro dos conhecimentos produzidos pela História e pela Geografia. A partir destas ciências, analisamos bibliografias e fontes diversas; bem como realizamos entrevistas, com o objeto de avaliar erros cristalizados nas análises dos processos que tratam da construção de Goiânia e da implementação da Marcha para o Oeste.

Tanto a construção de Goiânia como a Marcha para o Oeste foram contempladas por pesquisas pautadas em diferentes campos do conhecimento. Apesar disso, um erro cristalizado se faz presente e apresenta a construção de Goiânia como produto direto da Marcha para o Oeste.

Essa investigação procurou avaliar o processo de produção deste erro cristalizado, a partir de contribuições ofertadas pela História e pela Geografia. Para tanto, definimos as escalas das ações de dois agentes públicos fundamentais neste

processo: Getúlio Vargas⁷ e Pedro Ludovico⁸. Assim, utilizamos a escala como elemento metodológico para individualizar os projetos estaduais/regionais e nacionais deflagrados a partir da Revolução de 1930.

No tocante à questão da interdisciplinaridade e da forma de conceber o conhecimento, recordamos que nos mundos clássico e medieval não havia a preocupação em estabelecer separações significativas entre os diversos conhecimentos sobre a realidade. Pelo contrário, a preocupação residia em estabelecer algum tipo de relação que os aproximasse. As premissas basilares do conhecimento científico eram comuns e os estudiosos de um objeto podiam dialogar e trocar ideias de forma produtiva (LEIS, 2005).

Atualizando o debate relativo à questão, o conhecido relatório Gulbenkian⁹ recomenda que as ciências sociais contemporâneas desmantelem as fronteiras artificiais do conhecimento. O relatório sugere que o trabalho interdisciplinar se faça presente nas pesquisas empreendidas para a compreensão dos problemas prementes de nossa época.

Certamente, não existe um entendimento único relativo à interdisciplinaridade, senão muitos: tantos quantos sejam as experiências. Num sentido amplo, a interdisciplinaridade é sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar dos diversos objetos de estudo. Existem, assim, várias reações interdisciplinares

⁷ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Graduiu-se em Direito (1907), elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense: deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929 candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefio o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930-34) (FGV, s/d).

⁸ Pedro Ludovico Teixeira nasceu na Cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891. Graduiu-se em Medicina no Rio de Janeiro. Retornou a Goiás em março de 1916, fixando residência em Bela Vista (GO), onde começou a clinicar. Em 1917 mudou-se para Rio Verde (GO). Participou da Revolução de 1930, foi preso em combate e em 24 de outubro do mesmo ano foi determinada a sua remoção para a cadeia da Cidade de Goiás, mas durante o percurso veio a notícia da vitória da revolução. Assim, Pedro Ludovico chegou ao destino não mais como prisioneiro, mas para assumir a liderança de um movimento vitorioso e o governo provisório do estado de Goiás. Em 21 de novembro, foi nomeado interventor em seu estado. Em 1933 foi decidida a reconstitucionalização do país, e Ludovico tomou parte ativa na criação do Partido Social Republicano (PSR), que viria a preencher todas as cadeiras da representação goiana na Constituinte de 1934. Em 1935, seguindo as normas da Constituição federal votada no ano anterior, reuniu-se a Assembléia Constituinte do Estado de Goiás, que o elegeu governador (FGV, s/d).

⁹ A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição portuguesa, cujos fins são a Arte, a Beneficência, a Ciência e a Educação. Os seus estatutos foram aprovados pelo Estado Português a 18 de Julho de 1956. A Fundação desenvolve uma vasta atividade em Portugal e no estrangeiro. Distribui subsídios, apóia programas e projetos de natureza científica, educacional e artística. Suas atividades dizem respeito a questões globais, como o diálogo intercultural, as migrações e a mobilidade, e o ambiente. Disponível em: <<http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Fundacao/HistoriaEMissao?a=22>>. Acesso em: jan. 2013.

possíveis no processo produção do conhecimento. A história da interdisciplinaridade se confunde, portanto, com a dinâmica viva do conhecimento.

Para Leis (2005), o espírito interdisciplinar tem revelado vários canais tradicionais e inovadores. Nos tradicionais, se encontram as tentativas de reter ideias e ações que promovam a abertura e ampliação dos horizontes disciplinares. Entre os inovadores, encontram-se programas de ensino e pesquisa em que a interdisciplinaridade não surge como elemento determinado e consagrado. Os movimentos interdisciplinares "partem de premissas diversas e caminhos aparentemente divergentes entre si, mas impulsionadores, do ponto de vista interdisciplinar" (LEIS, 2005, p. 6).

Leis (2005) distingue três concepções de interdisciplinaridade. A primeira, associada à cultura francesa, fixada em dimensões epistemológicas dos saberes disciplinares e na racionalidade científica, que pode ser qualificada como lógica racional, centrada na busca de significado. A segunda está associada à cultura científica norte-americana, de tipo metodológico, que remete a uma preocupação marcada pela lógica instrumental, orientada para a busca da funcionalidade social. E a terceira aparece associada à cultura científica brasileira emergente, que privilegia as dimensões humanas e afetivas, expressando uma lógica subjetiva.

Para Fazenda (1995), a experiência brasileira está centrada no ator (professor ou pesquisador) como principal vetor da interdisciplinaridade (nem reflexiva, nem instrumental). Nesta perspectiva, o enfoque está orientado para intersubjetividade dos agentes no plano metodológico: numa perspectiva afetiva, procura responder perguntas pessoais dos participantes.

Estas diferenciações, ressalta Leis (2005), fundamentam culturas e finalidades distintas. Na França, a interdisciplinaridade possui um caráter reflexivo e crítico, que pode estar orientado para a unificação do saber científico ou reflexão epistemológica. Na concepção norte-americana, a emancipação humana não está relacionada diretamente com os conhecimentos, mas com a capacidade de agir sobre o mundo. Em relação à cultura científica brasileira, privilegiam-se as dimensões humanas e afetivas, expondo uma lógica subjetiva.

As três visões podem ser percebidas "como tipos ideais, antes que realidades fechadas em si mesmas. Elas complementam mais do que excluem" (LEIS 2005, p. 8). Se algo entra por definição na prática interdisciplinar é a condição de que se deve buscar a complementação entre os diversos conhecimentos disciplinares.

No caso brasileiro, a interdisciplinaridade vem sendo debatida institucionalmente, desde 1999, quando a Capes¹⁰ criou a comissão dos cursos multidisciplinares. Esta comissão¹¹ é responsável pela avaliação de cursos multidisciplinares. Desde então, a demanda pelo credenciamento de novos cursos não disciplinares vem crescendo¹².

Num debate¹³ sobre a interdisciplinaridade na Pós-Graduação Brasileira, realizado pela Capes, pesquisadores de várias instituições e campos defenderam seus posicionamentos sobre a interdisciplinaridade. Participaram do debate: Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE); a filósofa Augusta Thereza de Alvarenga, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP); o sociólogo Dimas Floriani, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Jorge Almeida Guimarães, presidente da Capes; o filósofo Héctor Ricardo Leis, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Arlindo Philippi, da faculdade de Saúde Pública da USP; o demógrafo Daniel Hogan, da Universidade de Campinas (Unicamp); a historiadora Heloísa Domingues, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) e o filósofo Renato Janine Ribeiro (diretor de avaliação da Capes).

No debate, Leis (apud SEMERENE, 2006) reafirmou que a interdisciplinaridade deve ser entendida como uma prática e não como um exercício orientado por epistemologias e metodologias definidas, evitando qualquer homogeneização e/ou enquadramento conceitual. Para ele, a interdisciplinaridade entendida como prática é condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. Segundo Alvarenga (idem), a interdisciplinaridade é uma resposta ao paradigma da Ciência Moderna, simplificado e positivista, produtor de dicotomias fomentadoras de guerras entre as ciências.

¹⁰ Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É uma fundação do Ministério da Educação (MEC) setor responsável, principalmente, pela pós-graduação *stricto sensu*.

¹¹ A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde que foi criada, a Área registrou um aumento expressivo da demanda por novos cursos interdisciplinares. Por isso, em 2006, criaram-se as Câmaras Temáticas para responder a esse desafio (UEPA, 2013).

¹² O histórico, a composição e a evolução da Área Multidisciplinar da Capes, desde a criação em 1999, considerando, por exemplo, os números de cursos de Pós-graduação, mestrados e doutorados da área, aprovados pela Capes e os desafios da interdisciplinaridade podem ser consultados em UEPA (2013).

¹³ O encontro aberto, realizado pela Comissão dos Cursos de Multidisciplinaridade da Capes, foi uma resposta às dúvidas e reclamações sobre os processos de avaliação adotados pela Comissão (SEMERENE, 2006).

No entendimento de Alvarenga (apud SEMERENE, 2006), os termos: inter, multi, trans e pluridisciplinar são confundidos pelos próprios pesquisadores. Ela explicitou o conceito de cada um desses termos: a interdisciplinaridade é a troca de conhecimento entre as disciplinas. "O conhecimento não fica na fronteira, alarga a fronteira". Já na multidisciplinaridade não há troca, mas superposição de saberes. A pluridisciplinaridade consiste no estudo de um objeto de uma disciplina por diversas disciplinas ao mesmo tempo. E a transdisciplinaridade seria o hibridismo, contempla o entre, o através e o além, precisando do interdisciplinar e do disciplinar, articulando níveis de realidade com o pressupostos de diferentes lógicas.

Há controvérsias dentro do grupo da Capes quanto à interdisciplinaridade na graduação. Dimas Floriani (idem) acredita que "a interdisciplinaridade só seja possível na pesquisa. Porque primeiro é preciso saber o que é Matemática, ou Sociologia, por exemplo, para depois poder trocar com outras disciplinas".

De forma geral, o debate apresentou a interdisciplinaridade como complementação entre conhecimentos produzidos por disciplinas, com vistas à superação de dicotomias e atenuação da competição entre as ciências. A presente pesquisa contemplou os processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste, numa perspectiva interdisciplinar que se aproxima deste entendimento, considerando que:

O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso aliás, o que une as diversas disciplinas e o que cada qual deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar. (SANTOS, 2009, p. 20).

A escala foi o recurso metodológico utilizado para aproximar os conhecimentos produzidos pela História e pela Geografia, com o intuito analisar o processo de produção do erro cristalizado que situou Goiânia como um produto da Marcha para o Oeste. É o que veremos a seguir.

1.2 A ESCALA COMO ESTRATÉGIA DE APREENSÃO DA REALIDADE

A escala é um conceito que permeia distintos campos de conhecimento, possibilitando a interface dos saberes. Dependendo da abordagem adotada, o conceito de escala pode ser posicionado como epistemologia ou metodologia. Compreender as possibilidades desse conceito é importante para situar a escala das ações como recurso metodológico nesta pesquisa.

Para Souza (2013, p. 181), a escala se distingue em geográfica e cartográfica: esta consiste, simplesmente, na relação matemática entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa esse mesmo objeto. A escala geográfica tem a ver não com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, “mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta”.

Segundo Castro (2008, p. 126), a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, enquanto “a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica”.

Para Souza (2013), na pesquisa sócio-espacial, dizer que um fenômeno ocorre em “larga escala” ou em “grande escala” significa que o seu alcance ou a sua extensão é tão grande que, se quiséssemos ou pudéssemos representá-lo cartograficamente, teríamos de apelar para um mapa cuja escala cartográfica seria pequena (por exemplo, 1:1.000.000).

Na presente investigação, a escala apresenta-se como um recurso metodológico utilizado para analisar as relações travadas entre os processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste. Antes de adentrarmos nessa análise, seguiremos apresentando especificidades sobre escala como estratégia de apreensão da realidade.

Para Castro (2008), a utilização do termo escala é antiga e foi tão banalizada no vocabulário geográfico que qualquer discussão a seu respeito parece desprovida de sentido. A escala designa, geralmente, uma relação de proporção entre superfícies e sua representação em mapas, maquetes e desenhos. “Esta relação apenas é cada vez mais insatisfatória, tendo em vista as possibilidades de reflexão que o termo pode adquirir” (CASTRO, 2008, p. 117).

Para Souza (2013), no final do século XX e começo do século XXI, os estudos sobre a escala e temas correlatos avançaram de uma situação de obscuridade para uma condição de visibilidade em debates realizados por geógrafos, historiadores, arquitetos e outros profissionais. Para ele, isso se deve à crescente formulação de estratégias que envolvem uma “política de escalas”¹⁴.

Ao analisar o processo de aceleração das relações no mundo contemporâneo, enfatizando as dimensões mundiais dos mercados e de suas funcionalidades, Santos (2013, p. 34) indagou:

onde a escala? [...] cresce o divórcio entre a sede última da ação e o seu resultado. Nessas condições, a escala pode até existir. Mas nada tem a ver com o tamanho (a velha preocupação com as distâncias) nem com as contigüidades impostas por uma organização. Escala é tempo.

Observamos que a noção de escala tem ganhado novas dimensões e esboços teóricos em relação aos diferentes modos de percepção e de concepção do real. O pensamento de que a escala se esgota como projeção gráfica é ultrapassado.

A noção de escala não se restringe às ciências ‘duras’, tampouco ao campo científico da Geografia com suas especificidades. Ela encontra lugar na Filosofia, na História, na Arquitetura, para citar algumas disciplinas. Nesses campos, ela aproxima uma abordagem espacial da realidade.

Na Geografia, Castro (2008) avalia que o empirismo geográfico satisfizesse durante muito tempo com a objetividade, associando a escala geométrica à cartográfica, integrando-as analiticamente. Com base nesta associação, problemas independentes como níveis de análise, níveis de conceituação, níveis de intervenção e níveis de realidade foram produzidos a partir de um entendimento limitado relativo à escala.

A escala foi reduzida a diferentes representações cartográficas. O mapa passou a ser confundido com o terreno: significando tanto a fração da divisão de uma superfície representada, como também um indicador do tamanho do espaço

¹⁴ “A ‘política de escalas’ pode ser definida, em uma primeira aproximação, como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitude e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ou expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados, etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças, etc.)” (SOUZA, 2013, p. 196).

considerado. Neste sentido, é fundamental destacar que a realidade é sempre apreendida por representação, mas não necessariamente cartográfica. A dimensão geométrica de uma representação não pode ser mais relevante que a realidade representada.

Segundo Harvey (1980), Davidovich (1978) e Castro (2008), a contribuição da problemática operacional da escala, na Geografia, está na ampliação de um ponto de vista fortemente cartográfico. Tal ampliação permitiu que a urbanização, por exemplo, não fosse tratada como uma simples forma de organização do espaço, mas como um fenômeno social complexo, cujas escalas de observação/concepção apontam para mudanças de conteúdo e de sentido do próprio fenômeno: ou seja, quando o tamanho muda, as coisas mudam. Isso é essencial! Saber que as coisas mudam com o tamanho é saber como elas mudam: quais os novos conteúdos para as novas dimensões?

Ao trabalhar com a escala, Harvey (1980) observou o fenômeno da urbanização em suas múltiplas dimensões e expressões espaciais. A escala foi tratada como possibilidade de visibilidade de partes do real. As estruturas se diferenciam de acordo com o ponto de vista do observador. Essa experiência foi importante para observar a urbanização como um fenômeno que adquire características particulares, de acordo com a mudança de escala. Segundo Castro (2008), os estudos urbanos (redes, sistemas, polarização, centralidade) têm fornecido uma rica massa de informações sobre a realidade sócio-espacial.

Na Filosofia, a reflexão sobre as dificuldades de aproximação do real indica que há nesta aproximação uma fragmentação apenas aparente, na qual cada objeto percebido possui o mesmo valor, porque cada um faz parte do conjunto do qual ele se destaca como projeção particular. Segundo Merleau-Ponty (1994, p. 280), “o conteúdo de minha percepção, microfenômeno, e a vista à grande escala dos fenômenos-envelope não são duas projeções do em si: o ser é seu alicerce comum”. Para a filosofia, a escala é uma noção que supõe projetividade, ou seja, um conjunto de configurações. Castro (2008, p. 132) avalia:

A importância dessa noção de projetividade está em indicar que não há hierarquia entre o macro e o microfenômeno. Estes não são projeções mais ou menos aumentadas de um real em si, pois o real está projetado em cada um deles.

Essas considerações são importantes por evidenciarem três pressupostos: primeiro, não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas; segundo, a escala da percepção é manifestada sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. Para a filosofia, este seria o macrofenômeno, aquele que dispensa instrumentos. Por fim, a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão.

Desde a década de 1970, a abordagem historiográfica de Revel (1998) – a experiência da microanálise – tornou-se importante no debate epistemológico relativo à escala na análise, redimensionando o lugar da escala na pesquisa histórica.

A principal proposta contida na experiência da microanálise (REVEL, 1998) é a redução da escala de observação, de modo a intensificar a exploração do objeto; oportunizando, assim, uma outra leitura do social. Os estudos dos historiadores Carlo Ginzburg (1994), Giovanni Levi (1992) e Eduardo Grendi (1983), segundo Revel (1998), estabeleceram reduções na escala de análise: uma nova descrição da realidade social, mais detalhada e com uma maior exploração do objeto de estudo.

As abordagens da microanálise partiram de experiências diversas entre os historiadores, considerando as diferenças entre cultura disciplinar, instrumentos técnicos e a maneira de trabalhar na abordagem de um objeto. Giovanni Levi (1998), observou regularidades nos comportamentos coletivos de um determinado grupo social, sem perder a singularidade de cada um. Nas palavras do próprio Levi (1998, p. 205), "é por meio de diferenças mínimas, nos comportamentos cotidianos que são construídas a complexidade social, as diferenciações locais, nas quais se enraízam histórias".

Para esse historiador, a análise minuciosa/micro dá-se, em grande parte, devido à constatação dos perigos de generalização que uma visão global pode causar; a ponto de falsear, iludir e apresentar interpretações simplistas do social. Mesmo assim, o autor admite que nem todo problema histórico ganhe ao ser trabalhado na perspectiva micro, e que a escolha da escala de observação implica em escolher um instrumento analítico que não é neutro.

Para Rosental (1998), a pretensão da micro-história é chegar a conclusões historiográficas de alcance geral. O método pretende estabelecer uma rede de relações, articulando o micro e o global. A narrativa do historiador passa a descobrir novos contornos nos objetos e a perceber as discontinuidades que as mudanças de

escala provocam na narrativa. Para esse historiador, na produção das formas e das relações sociais, o micro engendra o macro havendo, portanto, um privilégio absoluto do primeiro, já que é nesse nível que, a seu ver, operam os processos causais eficientes.

Para Jacques Revel (1998, p. 12), é o princípio da variação de escala que conta e não a escolha de uma determinada escala. Ou seja, é a escolha de uma abordagem que importa. Para ele, nenhuma escala tem privilégio sobre a outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico. “Uma realidade social não é a mesma, dependendo do nível de análise”. A importância de um fenômeno é, de certa maneira, proporcional às suas dimensões. Mas, é preciso colocar no centro da questão a variação da escala, a escolha da abordagem. Jacques Revel (1998, p. 12), advertiu:

Todos compartilhamos espontaneamente a convicção de que existe uma grande e uma pequena história que se opõe em função de uma hierarquia de importância. Essa hierarquia foi muito tempo, a dos reis e dos grandes generais; mas recentemente, tornou-se a das massas e dos processos anônimos que governariam a vida dos homens. Aceitamos também de bom grado a ideia de que a grandes efeitos correspondem necessariamente grandes causas. Sofisticados ou simplificados, os modelos explicativos utilizados há um tempo pelas ciências sociais e pelo senso comum remetem mais ou menos a essa evidência. Ora, é ela que, diversos lados, está hoje sendo posta em questão.

Nas últimas décadas, as ciências sociais passaram, e ainda continuam passando, por importantes redefinições, questionamentos e quebras de paradigmas. A Geografia e a História estão entre as disciplinas que experimentam expressivas revisões teórico-metodológicas. Neste contexto, Santos (2013) produziu um sistema de ideias descritivo e interpretativo para a Geografia, articulando as dimensões do tempo e do espaço. Por sua vez, Jacques Revel (1998) apresentou novas possibilidades para as pesquisas históricas, auxiliando na percepção do embaralhamento das lógicas sociais.

Essas contribuições são valiosas para a consolidação de interfaces disciplinares entre a História e a Geografia. Nesta perspectiva, avaliamos a construção de Goiânia e a implementação da Marcha para o Oeste sob distintas escalas, com o intuito não de decantar a realidade em dimensões distintas, mas de aproximá-las.

1.3 A ESCALA E A PESQUISA

A escala, no contexto das abordagens dos fenômenos espaciais, é um recurso complexo na prática profissional dos próprios geógrafos. Autores como Racine, Raffestin e Ruffy (1983) destacam essa complexidade. Para Castro (2008, p. 125), este é o grande problema epistemológico:

A geografia não dispõe de um conceito próprio de escala e adotou o conceito cartográfico, embora não seja evidente que este lhe seja apropriado, pois a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, enquanto a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica.

A escala é essencial para a compreensão do sentido e da visibilidade dos fenômenos. A partir de propriedades métricas ou "escaláveis" (MOLES, 1995), a escala tornou-se estratégia de apreensão da realidade.

A escala é a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define o nível da análise, nem pode ser confundida com ele. A escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, porque enquanto medida da proporção ela é um problema matemático. (CASTRO, 2008, p. 123)

Os referidos autores ressaltam a tendência de uma análise que privilegia a homogeneidade nos fenômenos observados em pequena escala e, por conseguinte, de uma análise que privilegia a heterogeneidade dos fenômenos contemplados em uma grande escala. Esta tendência também é ressaltada por Raffestin (1993, p. 125).

Há variação de atributos dos fenômenos da grande e pequena escala. Assim, a informação factual, os dados individuais ou desagregados, os fenômenos manifestos, a tendência à heterogeneidade, a valorização do vivido são atributos dos fenômenos observados na grande escala, enquanto a informação estruturante, os dados agregados, os fenômenos latentes, a tendência à homogeneização e valorização do organizado são atributos dos fenômenos observados na pequena escala. Homogeneidade e heterogeneidade resultam da perspectiva de observação, frutos de uma escolha, que deve ser explicitada.

Para Castro (2008, p. 127), a escala promove uma interlocução entre a intenção e a ação. Todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação

e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não limita as fronteiras geométricas de um fenômeno, apenas expressa uma escolha para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo: "não sendo possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado".

Outros autores apresentam a mediação entre intenção e ação como componente de poder no domínio da escala, ressaltando sua importância para a compreensão dos papéis desempenhados pelos diferentes agentes de produção do espaço: como as classes, frações e grupos de classe. Em qualquer abordagem, quando se trata de estudar a distribuição de poder entre os diversos grupos da sociedade, impõem-se considerações relativas às problemáticas do poder, de influência e de análise dos processos de tomada de decisão nas escalas adequadas. A escala é uma questão a ser enfrentada.

Aprender a lidar com as escalas é uma ambição louvável. Ainda é preciso fazer um enorme esforço de concepção que permita de uma parte definir os diferentes níveis escalares no seio dos quais as atividades que nos interessam se inscrevem, e que, por outro lado, permita traduzir atitudes em uma escala, explicitando ao mesmo tempo a sua contrapartida em uma outra escala. (ISNARD et al., 1981, p. 154 apud CASTRO, 2008, p. 128).

Para Castro (2008, p. 132), "a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão". O que importa é a percepção resultante, na qual o real é presente. A escala é o artifício que dá visibilidade ao real.

A escala é uma projeção do real, mas a realidade continua sendo sua base de constituição, continua nela. Como o real só pode ser apreendido por representação e por fragmentação, a escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida, de observação e elaboração do mundo. (CASTRO, 2008, p. 133).

Ao investigar os processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste, levamos em conta as ações e os discursos dos agentes públicos responsáveis por levar a cabo estes projetos, bem como suas dimensões locais, regionais e nacionais. Para tanto, a escala foi um recurso metodológico importante.

A escala é um recurso capaz de aferir a dimensão das ações de Vargas e Ludovico, materializadas na construção de Goiânia e na implementação da Marcha para o Oeste, bem como suas repercussões. Metodologicamente, ela permite

aproximações e distanciamentos fundamentais para o entendimento do processo produtor do erro cristalizado aqui investigado. Nesse sentido,

A escala vai além de uma medida de proporção da representação gráfica do território, expressa a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real. [...] A escala é uma estratégia de aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente. (CASTRO, 2008, p. 118).

Por essa razão, não partimos de uma oposição natural que segrega os pequenos fatos dos grandes eventos constituidores da realidade. Um pressuposto norteou o percurso investigativo trilhado: a realidade social não é a mesma, dependendo da escala de observação que escolhemos. O que conta é o princípio da variação de escala. Assim, indagamos: como variações de escalas produziram o erro cristalizado que situa a Marcha para o Oeste como a produtora de Goiânia?

É o que veremos nos Capítulos II e III.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UM ERRO CRISTALIZADO

É comum encontrarmos textos nos quais pairam um erro cristalizado acerca da relação travada entre o processo de construção de Goiânia e a implementação da Marcha para o Oeste, numa perspectiva que situa a cidade-capital goiana como um produto da Campanha de Getúlio Vargas¹⁵. De forma geral, encontramos textos afirmando que Goiânia:

surgiu como uma espécie de ponta-de-lança para a interiorização e modernização de uma parte do país rural: era a concretização de um plano econômico da Marcha para o Oeste, anunciada pela política do Movimento de Trinta. (MORAES, 2003, p. 81)

Esse raciocínio propicia o entendimento de que a Marcha para o Oeste antecedeu Goiânia. Destacamos o erro cristalizado em outro trabalho acadêmico:

Ludovico selava a coincidência dos interesses regionais e federais em torno da construção da nova capital, já que uma das políticas do presidente Vargas era a Marcha para o Oeste, que tinha como meta de crescimento a tomada de território rumo ao Amazonas. Goiânia era um ponto estratégico desse roteiro. (MELLO, 2006, p. 34).

Nesse entendimento, as ações do governo estadual se restringiam às demandas do governo federal. Esta visão equivocada da relação de Goiânia com a Marcha para o Oeste também se faz presente na visão de mundo de professores¹⁶ de História e Geografia:

¹⁵ A contradição observada coloca a Marcha para o Oeste como sendo a produtora de Goiânia. Este erro já se encontra “cristalizado” e pode ser encontrado em vários escritos. Seleccionamos alguns textos diversificados que trazem o problema, por exemplo: *Dossiê de Goiás - Enciclopédia regional: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente*. Essa Enciclopédia editada em parceria com o Ministério da Cultura indica: “a ‘Marcha para o Oeste’ definiu-se como uma das faces da política econômica de Vargas, necessária para a consolidação global dos Planos presidenciais. Foi dentro desta política federal de ‘Marcha para o Oeste’ que se deu a construção de Goiânia” (2001, p, 26).

¹⁶ Após encontrar a contradição em diversos textos escritos e em trabalhos acadêmicos afirmando que a Marcha para o Oeste produziu Goiânia, decidimos ampliar a nossa compreensão sobre a percepção da relação travada entre Goiânia e a Marcha para o Oeste. Solicitamos que dezesseis professores de História e Geografia, formados por diferentes Instituições de Ensino Superior,

Eventos ocorridos não por acaso e sim promovidos de forma intencional pelo governo Vargas, que definiu o sentido da interiorização com a política federal denominada Marcha para o Oeste. Foi em virtude de tal política que ocorreu a construção e mudança da nova capital goiana. Aliado a tal projeto nacional o governo estadual, na figura de Pedro Ludovico Teixeira, esteve integrado a essa política. (informação verbal).¹⁷

Na concepção de outro professor, "tanto Goiânia quanto a Marcha para o Oeste foram marcas da inovação trazidas pelo governo ditatorial de Vargas" (informação verbal)¹⁸. Nesta perspectiva, a participação do interventor estadual na edificação da nova capital goiana fica secundarizada.

Percebemos que as obras escritas e a visão de mundo de professores hierarquizaram as ações de Vargas e de Ludovico, priorizando uma determinada escala: a mais global em relação à outra, mais local/regional.

Para John Agnew (2002 apud CASTRO, 2005), a escala geográfica é a chave para superar a polêmica entre as perspectivas da *redução* – que supõem que o menor nível de análise é sempre o melhor – e a *holista* – defensora da ideia de que o todo é maior que a soma das partes. “A emergência da escala como perspectiva metodológica [...] confere visibilidade e permite a problematização” da realidade, não reduzindo o fenômeno a um dimensão material qualquer (CASTRO, 2005, p. 23).

Na presente pesquisa, procuramos individualizar as ações de Vargas e Ludovico, numa perspectiva de que suas ações não se encontram hierarquizadas por uma força com caráter absoluto. Ao longo da pesquisa, percebemos que os discursos e as ações dos agentes públicos, Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, eram portadoras de uma intencionalidade coincidente, com vistas à modernização produtiva dos territórios goiano e brasileiro. Essa intencionalidade será tratada de maneira mais específica no último capítulo.

Com relação ao erro cristalizado na visão de mundo dos professores e nas obras acadêmicas, investigamos em registros documentais o processo de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste, procurando

respondessem a seguinte questão: "para você, qual a relação entre a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste?" Os entrevistados responderam a questão por escrito sem que houvesse nenhum tipo de consulta.

¹⁷ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista I**. [jun. 2013]. Entrevistador: Marcelo de Mello. Goiânia, 2013.

¹⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista III**. [jun.2013]. Entrevistador: Marcelo de Mello. Goiânia, 2013.

entender as razões de tal entendimento. O processo investigativo evidenciou que há uma clara distinção espaço-temporal entre esses dois eventos.

No que tange à dimensão temporal, Goiânia emerge como proposta em 1930 (TEIXEIRA, 1973), no contexto da Revolução de 1930; enquanto a Marcha para o Oeste foi anunciada no Estado Novo, iniciado em 1937. No tocante à perspectiva espacial¹⁹, a nova cidade-capital foi uma resposta de Pedro Ludovico Teixeira, em âmbito estadual, às demandas por um processo de modernização das relações produtivas estaduais; por sua vez, a Marcha orquestrada por Getúlio Vargas materializou oito Colônias Agrícolas²⁰, em distintas Unidades Federativas do território brasileiro; bem como criou a Fundação Brasil Central (FBC)²¹, buscando promover o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização produtiva em uma escala ampliada.

Para o exame das iniciativas promovidas por Vargas e Ludovico, destacamos a questão das escalas de suas ações: após a Revolução de 1930, o primeiro torna-se Chefe de Estado e o segundo Interventor Federal no estado de Goiás. Nesta perspectiva, para se firmar como interventor em Goiás, Pedro Ludovico privilegiou, desde os primeiros anos de governo, a construção de uma nova cidade-capital para o estado, com o intuito de romper com as bases de sustentação da estrutura oligárquica goiana e modernizar os sistemas produtivos do mesmo. Com relação a Vargas, é na transição de 1937 para 1938 que o chefe de Estado lança a Marcha para o Oeste, com vistas à manutenção de seu governo.

Getúlio Vargas apoiou o projeto de transferência da capital estadual apresentado por Pedro Ludovico. Podemos afirmar que ambos lograram êxito na produção de marcas para seus quinze anos de governo ininterruptos, de 1930 a 1945. Vargas e Ludovico retornaram ao poder executivo, em 1951, para permanecerem, aproximadamente, por mais quatro anos em seus respectivos cargos: novamente, o primeiro como Chefe de Estado e o segundo como governador de Goiás.

¹⁹ A dimensão espacial aqui destacada está privilegiando a questão das escalas estadual, regional e nacional.

²⁰ Destas Colônias, a primeira a ser fundada, em 1941, foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), que originou a cidade goiana de Ceres. Entre 1941 e 1948, além de Goiás, os estados da Federação que receberam Colônias Agrícolas foram: Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Mato Grosso do sul, Piauí e Minas Gerais (AZEVEDO, 1989).

²¹ A Fundação Brasil Central, implementada em 1943, a partir da Expedição Roncador-Xingu, na qual os irmãos Villas Bôas foram expedicionários.

Ao longo desse período, os dois cristalizaram marcas frequentemente lembradas e revividas; discutidas e reinterpretadas. Por esta razão, é correta a avaliação de Maciel (2005) e Mello (2009), que situam Vargas e Ludovico como responsáveis por ações significativas na reprodução do território goiano e brasileiro. O território a que nos referimos é apresentado por Moraes (2002, p. 63) como:

resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. Tal concepção resgata o diálogo da geografia com a história.

O caráter processual na produção de um território faz com que este ocupe uma posição destacada em discussões historiográficas, geográficas, sociológicas, dentre outras. Obviamente, a nova capital goiana e a Marcha para o Oeste demandaram muitas pesquisas evidenciadoras dos contextos e das conjunturas em que foram produzidas – contextos e conjunturas que revelam aproximações e distanciamentos presentes em suas histórias territorializadas. É o que veremos a seguir.

2.1 VARGAS, LUDOVICO E AS ESCALAS DE SUAS AÇÕES

Os processos que promoveram a construção de Goiânia e a implementação da Marcha para o Oeste estão vinculados à gestões autoritárias e discursos progressistas. A proximidade entre Ludovico e Vargas foi propiciada pela Revolução de 1930. Entendemos que os discursos proferidos por eles, em suas respectivas escalas de ações foram tentativas de se firmarem nos poderes executivos e, simultaneamente, oferecer respostas às demandas revolucionárias.

Ressaltamos que a dimensão dos discursos desses dois agentes políticos se correlacionava com fenômenos sociais nas diversas escalas: local, regional, nacional e internacional. Com relação à escala, enquanto metodologia, evidenciamos a advertência de Souza (2013), ao observar que é comum os planejadores e pesquisadores tomarem os níveis de análise da realidade como dados (por si), ou entenderem a escala geográfica como camadas (fixas): local, regional, nacional e internacional. Para Souza (idem, p. 187), isso implica em

um verdadeiro coroamento da reificação, da 'coisificação' da ideia de escala. Se a identificação de um número fixo e constante de níveis, nas ciências da natureza e no estudo do espaço natural, faz sentido e é útil naquele domínio, isso é uma coisa; agora pensar assim no âmbito da pesquisa sócio-espacial seguramente é um equívoco.

Os termos local, regional, nacional e internacional, frequentemente são assumidos pelos planejadores, como se as realidades por eles expressas apresentassem conteúdos universalmente estabelecidos. A força desse quarteto, a qual vem de sua fácil comunicabilidade, pode abrigar simplificações exageradas.

Neste contexto, sabemos que aproximação entre Vargas e Ludovico ao longo da história acabou acarretando em sobreposição de seus discursos. Todavia, a afirmação feita por Pedro Ludovico indica como os discursos do interventor goiano se aproximavam das falas de Getúlio Vargas:

a Marcha para o Oeste foi exatamente uma ideia de Getúlio, ele achava que o Brasil devia crescer para oeste, de maneira que a Marcha para o Oeste era o futuro do Brasil. Eu achei que Getúlio tava certo, não por causa de Goiás, mas por causa do Brasil.²²

Ainda, segundo Ludovico, "o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste" (IBGE, 1942, p. 1). Certamente, o fato de os discursos de Vargas e Ludovico apresentarem demandas coincidentes – de modernização e integração progressistas – pode ter induzido entendimentos errôneos, como os que evidenciam a Marcha para o Oeste como produtora de Goiânia. Sobre essa contradição, ressaltamos o que está postado, sobre Goiânia, em um dos mais conhecidos e consultados sites (WIKIPEDIA, s/d) de pesquisa:

Localizada no centro do seu estado, foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa de Goiás **sob influência** da Marcha para o Oeste, política desenvolvida pelo governo Vargas para acelerar o desenvolvimento e incentivar a ocupação do Centro-Oeste brasileiro. (**grifo nosso**).

Na verdade, Goiânia foi produto de uma demanda estadual enfrentada por Pedro Ludovico: sua idealização, construção e consolidação passam pela Revolução de 1930, entram no Estado Novo e ecoam na Marcha para o Oeste. Desta forma, devemos considerar sua dimensão processual na produção de um território e compreender sua complexidade, sem deixar de nos preocupar com a especificidade

²² Fonte: Filme, Pedro Fundamental. Acervo do CEDOC - Centro de Documentação Cultural da Universidade Estadual de Goiás - UEG/Campus CSEH - Ciências Sócio-econômicas e Humanas.

de cada momento. Essa preocupação é fundamental na investigação dos discursos e das ações de Ludovico e Vargas.

Especificamente, no que se refere à relação estabelecida entre a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste, percebemos a existência de imprecisões produtoras de distorções representativas, como as contradições apresentadas nas falas dos professores. Ressaltamos o que disse outro professor:

A construção de Goiânia foi arquitetada por Pedro Ludovico, dentro da propaganda modernização, e a Marcha para o Oeste uma política de interiorização deflagrada pelo governo federal. Sendo assim, o alinhamento entre o governo estadual e governo federal criou o cenário e as condicionantes para a construção de Goiânia, considerada marco inicial da política que ficou denominada Marcha para o Oeste. (informação verbal).²³

A resposta está em consonância com o erro cristalizado. A construção de Goiânia é atribuída à Marcha para o Oeste. A nova capital de Goiás aparece, invariavelmente, como marco inicial da política implementada por Vargas. A contradição apresentada nos remete a uma advertência feita por Hobsbawm (2006, p. 13):

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca.

De forma geral, os textos acadêmicos e as respostas elaboradas por professores destacam o caráter protagonista que Goiânia e a Marcha para o Oeste assumiram em discursos modernizadores fundados nos ideais da modernidade; discursos que ressaltavam a necessidade da promoção do progresso e da integração do território nacional. Seguiremos, inspirados em Hobsbawm, investigando os processos promotores da construção de Goiânia e da implementação da Marcha para o Oeste, a partir das escalas das ações de Vargas e Ludovico.

²³ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista II**. [jun.2013]. Entrevistador: Genilder Gonçalves da Silva. Anápolis, 2013.

2.2 A ESCALA ESTADUAL

Partindo do princípio de que é fundamental compreender a especificidade de cada tempo para investigarmos a produção de um território datado, iniciaremos o presente tópico, ressaltando que, em âmbito nacional, coube a Getúlio Vargas Dorneles levar adiante o projeto da Revolução 1930. No plano estadual, em Goiás, esta tarefa foi delegada por Getúlio Vargas ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. No curso de nossa pesquisa, elegemos Palacin, Dayrell, Maciel e Estevam como principais interlocutores, pois suas obras foram fundamentadas em documentos importantes, caracterizados pela precisão de dados, o que nos ajudou a perceber elementos característicos de cada tempo.

As obras dos autores supracitados evidenciam que, em Goiás, o movimento revolucionário recebeu saudações entusiasmadas. A Revolução foi percebida como uma verdadeira expressão de democracia, de liberdade e de justiça, que possibilitariam o fim da opressão oligárquica. O ideal de renovação se fazia presente e as esperanças foram depositadas no processo de produção de um novo estado de Goiás e de um novo Brasil.

Podemos comprovar este sentimento em Palacin (1976, p. 22): "a Revolução de 30 tinha a ilusão, ou a ambição, de ser uma ruptura total com o passado. Um começo radical". Nessa perspectiva, continua o autor (idem), em Goiás, "a revolução foi sentida como uma autêntica libertação". Esse era o contexto no qual a Junta Governativa do Estado de Goiás buscava legitimar a Revolução e não faltaram medidas para garanti-la. O propósito de transferir a capital foi lançado em 1930:

O próprio chefe das tropas revolucionárias entradas em Goiás, Dr. Pinheiro Chagas, foi quem, no comício de exaltação da revolução vitoriosa, lançasse a ideia da necessidade da mudança da capital, associando-a agora ao processo revolucionário. (PALACIN, 1976, p. 22).

A proposta de mudança da capital se faz presente no relatório de prestação de contas, do período 1930-1933, enviado por Pedro Ludovico à Getúlio Vargas:

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste estado veio proporcionar à ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que

tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo.²⁴

Naquele momento, a Cidade de Goiás, antiga capital, passou a representar a inércia e o atraso confrontados pelo ímpeto revolucionário. Por isso, além das razões geográfico-econômicas da mudança, podemos acrescentar o significado da revolução "como libertação do passado e como criação de um mundo novo" (PALACIN, 1976, p. 23). Para Palacin, uma parcela considerável dos goianos entendia que estavam sendo materializadas as condições fundamentais para a produção de um mundo novo.

Nesse percurso renovador, Pedro Ludovico foi nomeado, em 22 de novembro de 1930, interventor federal do Estado de Goiás, em substituição à Junta Revolucionária. Segundo Palacin (1976, p. 27), "a situação do interventor era privilegiada face à ação. Sem compromissos com os eleitores, sem Assembléia, livre ante os interesses e as pessoas do sistema antigo, só era responsável para com a Revolução – uma revolução sem programa". Situamos a referida ausência de programa dos revolucionários, para Goiás, no rol dos motivos que fizeram Pedro Ludovico levar adiante o plano de mudança da capital, com vistas à consolidação de sua posição como Interventor Federal. Assim,

a Revolução de 1930 não provocou mudanças imediatas na ordem sócio-econômica de Goiás. As estruturas – vida social e material, refletidas na organização produtiva, nas relações de trabalho, na arrecadação tributária e despesas administrativas do governo, bem como no cotidiano da população - persistiram similares ao passado. (ESTEVAM, 2004, p. 99).

A oligarquia goiana ainda limitava à ação política engendrada pelos revolucionários de 1930. As estratégias para a superação dos entraves oligárquicos podem ser percebidas nos elementos destacados nos discursos e documentos oficiais. Referindo-se a Pedro Ludovico, Estevam (2004, p. 99) evidencia:

Propalava – como objetivo primeiro de sua gestão – a solução global dos problemas regionais e almejava inaugurar uma era de desenvolvimento para Goiás. Lemas como "novo tempo" e "modernismo" foram arrolados nos documentos oficiais dos anos trinta e a construção de uma nova capital representava o empreendimento sintetizador do afã de desenvolver o Estado.

²⁴ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas dd. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-1933 (GOIÁS, 1934, p. 122).

Como citado anteriormente, a ideia da transferência da capital goiana já havia sido apresentada por Pinheiro Chagas, em 1930. A primeira manifestação pública de Pedro Ludovico, com vistas à mudança da Capital, foi apresentada na cidade de Bonfim²⁵, durante um congresso de municípios, em 4 de julho de 1932. Na ocasião, Pedro Ludovico referiu-se à futura capital, afirmando que "o grande problema" para sua construção "está em estudos e prometo resolvê-lo brevemente de acordo com os interesses do Estado" (PALACIN, 1976, p. 51).

Certamente, naquele momento, Pedro Ludovico estava avaliando as "aspirações das cidades do interior goiano quanto ao projeto da mudança" (CHAUL, 2010, p. 227). No entendimento do historiador, aquele pronunciamento serviu de "termômetro". A mudança da capital, proclamada por Ludovico, provocou uma batalha discursiva, com argumentos contrários e favoráveis à transferência da sede administrativa.

Por se tratar de um regime autoritário, entendemos que os trâmites para a mudança da capital já estavam em curso. Para Ludovico, construir uma nova capital significava colocar Goiás no caminho do progresso: era necessário trazer a capital para mais perto da Estrada de Ferro, aproximando-a do centro-sul do país. Pedro Ludovico foi acusado de pensar em uma capital para as regiões Sul e Sudoeste de Goiás, conforme evidencia (SILVA, 1982, p. 184): "mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás". Esta intenção também foi constatada por Estevam (2004, p. 33):

O que esteve por detrás da construção de Goiânia foi a viabilização de um projeto para proporcionar maiores possibilidades de produção e comercialização da riqueza do sul do Estado. Mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sudoeste – centro econômico dominante de Goiás.

Com vistas à consolidação do projeto de transferência da capital, Pedro Ludovico viajou, em outubro de 1932, para o Rio de Janeiro, com a finalidade de conseguir a aprovação e a ajuda de Getúlio Vargas para a transferência da capital. Ao retornar ao estado com a aprovação de Vargas, o Interventor goiano, em 20 de

²⁵ Atual cidade de Silvânia-GO.

dezembro do mesmo ano, "nomeia uma comissão de Sindicância para proceder aos estudos pertinentes à escolha de local para nele ser edificada a Nova Capital do Estado" (SABINO JUNIOR, 1980, p. 159). A comissão era composta por sete membros e tinha como presidente o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira. Em 3 de janeiro de 1933, a comissão se reuniu e apresentou quatro localidades que poderiam converter-se em capital: Bomfim (Silvânia), Pires do Rio, Batã (Orizona) e Campinas.

No dia 4 de março de 1933, já com a avaliação de uma subcomissão técnica, um estudo completo das localidades foi entregue a Pedro Ludovico, sendo Campinas o local selecionado. O renomado urbanista, Armando Augusto de Godoi, chancelou a escolha do lugar para a transferência da nova capital. Em 18 de maio de 1933, foi demarcada a área em que a nova capital foi construída.

De acordo com Palacin (1976, p. 32), no dia 13 de janeiro de 1933, o governo federal autorizou o primeiro empréstimo, de 6.000 contos, para liquidar dívidas estaduais e construir a nova capital goiana. Este valor era maior do que "a receita total do Estado que, em 1932, foi de 5.500 contos".

Os trâmites para a construção da nova capital já estavam acertados. Os moradores da ex-capital, Vila Boa, percebiam que o discurso proferido na cidade de Bomfim, pelo interventor, estava sendo materializado, a despeito das pressões exercidas pelos antimudancistas, contrários à nova capital. A oposição chegou a impetrar recursos junto ao Conselho Consultivo do Estado (órgão controlador dos interventores durante a ditadura) e até mesmo junto ao Governo Provisório no Rio de Janeiro. Contudo, não obteve êxito. Em 24 de outubro de 1933, ocorreu o lançamento da 'pedra fundamental': "Nascia a cidade!" (PALACIN, 1976, p. 59).

Além de representar o início da construção da nova capital, o lançamento da pedra fundamental serviu, também, para avaliar a situação dos dois partidos que disputaram, acirradamente, a preferência dos eleitores goianos na eleição para deputados de outubro de 1934. O bipartidarismo existente promoveu a disputa entre os situacionistas do partido da revolução, o Partido Social Republicano (P.S.R.), que trazia o slogan: "Goiás é o corpo de que Goiânia é a cabeça"; contra a Coligação Libertadora Goiana, formada pelos oposicionistas, caiadistas e dissidentes do P.S.R., presidida por Velasco, que entoavam os seguintes slogans: "pau nos mudancistas" e "o povo sacrificado de Vila Boa" (PALACIN, 1976, p. 64).

Em 14 de outubro de 1934 ocorreram as eleições. Concluídas as apurações, "três dos quatro deputados federais e 18 dos 24 estaduais pertenciam ao P.S.R". O resultado não deixou dúvidas quanto à vontade popular de concretizar a mudança da capital. A eleição para governador do Estado foi realizada de maneira indireta, em conformidade com a Constituição de 1934. Os deputados estaduais elegeram, com 16 votos, Pedro Ludovico Governador do estado de Goiás. Rapidamente, o governador eleito reuniu sua base de apoio e reafirmou a promessa de campanha: "se eleito fosse, levaria avante o problema da mudança da capital" (PALACIN, 1976, p. 65).

No dia 14 de novembro de 1935, o professor Venerando de Freitas foi nomeado, por Ludovico, prefeito de Goiânia. No mesmo ano, "de uma forma sigilosa, o Governador deixava a cidade de Goiás, para fixar-se definitivamente em Goiânia", (PALACIN, 1976, p. 72). Alguns órgãos, por meio de decreto do governador, o acompanharam. A essa altura, Pedro Ludovico não era mais um interventor, mas governador eleito pelos deputados.

Entretanto, os obstáculos criados pelos antimudancistas continuavam interferindo na aprovação definitiva da lei de transferência da capital. O judiciário e o legislativo estaduais permaneciam na Cidade de Goiás. O debate sobre a transferência da capital, naquele momento, estava centrado nas compensações para a antiga Vila Boa. O contexto político era delicado para Pedro Ludovico. Alguns deputados da base de Ludovico faziam chantagem política, inclusive, desligando-se de seu partido. Diante deste cenário, restou a Pedro Ludovico (PALACIN, 1976, p. 79) "partir para a violência", enviando para a Cidade de Goiás soldados "com o calculado objetivo de estabelecer o pânico". Além desta estratégia, Ludovico contava com o apoio e a solidariedade trazidos por delegações do interior, encorajando-o a se expressar de forma autoritária: "com a lei ou sem a lei, pela força do direito ou pelo direto da força, tê-la-eis aqui muito breve".

Nesse período politicamente conturbado, Goiânia contava com "seis mil habitantes" (PALACIN, 1976, p. 79), que aspiravam a consolidação da nova Capital. Em 1937, Pedro Ludovico Teixeira "decretou a transferência da sede administrativa" (SABINO JUNIOR, 1980, p. 247). Em 1940, Getúlio Vargas visita Goiânia e, dois anos depois, ocorreu a inauguração oficial da nova Capital, em julho de 1942. A inauguração oficial foi chamada de "Batismo Cultural", sendo marcada por uma

extensa programação registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na avaliação do historiador Sabino Junior, a construção de Goiânia:

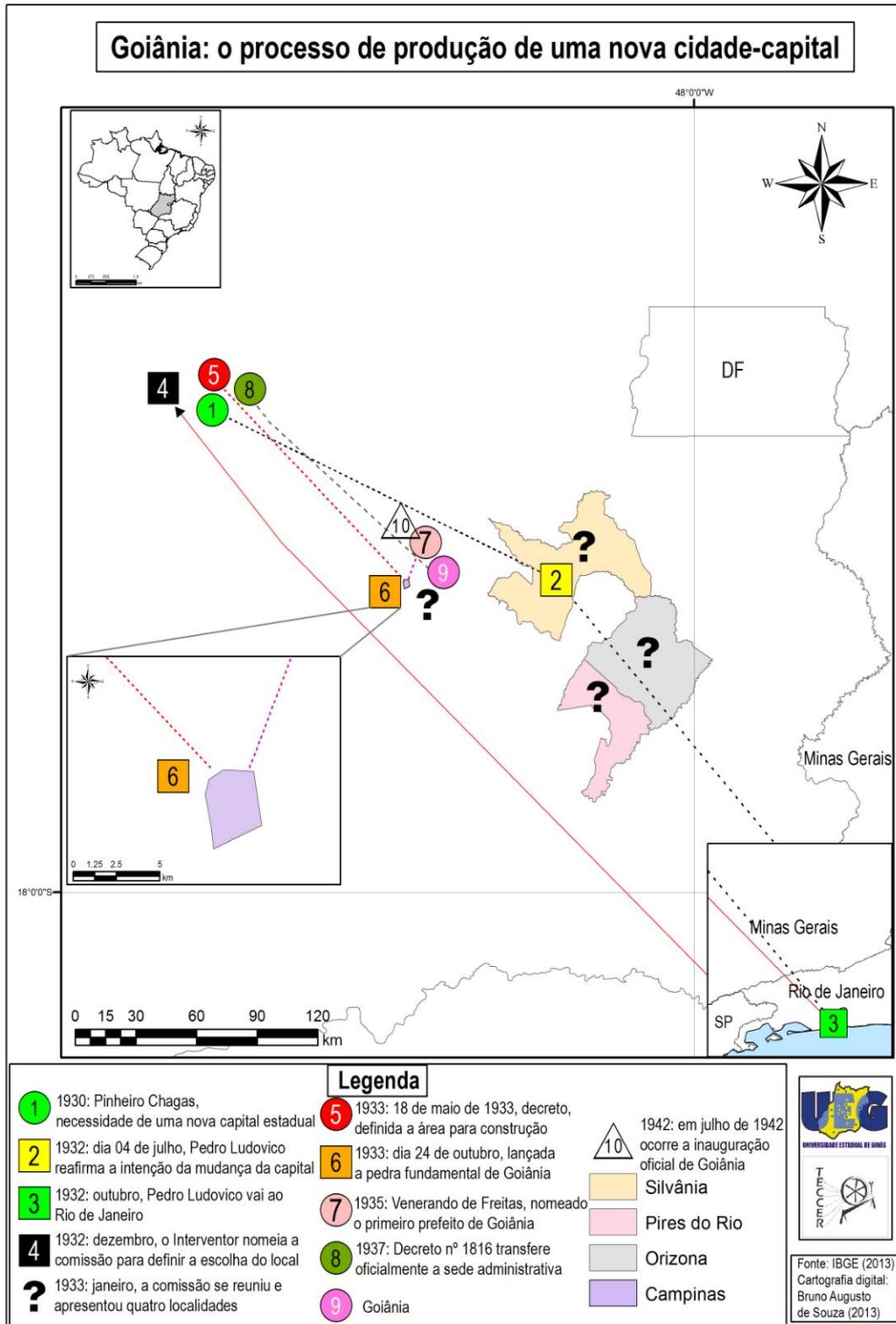
foi uma aposta ao desenvolvimento, um crédito aberto ao futuro [...] os homens de 30 não se equivocaram ao construir a cidade, mas poucas de suas previsões mais importantes se realizaram; umas vezes esperaram demais e outras vezes esperaram de menos. (PALACIN, 1976, p. 93).

Goiânia foi uma aposta ambiciosa frente às realidades políticas e econômicas de Goiás. Notoriamente, Presidentes da Província de Goiás já haviam destacado a necessidade de Vila Boa deixar de ser o centro administrativo. Todavia, em nosso trabalho, consideramos o projeto de construção de Goiânia no contexto da Revolução de 1930.

A epopeia iniciada em 1930, com Pinheiro Chagas, e finalizada em 1942, com o Batismo Cultural comandado por Pedro Ludovico, durou mais de uma década. Neste ínterim, a construção da cidade-capital sofreu diversas influências. Em 1934, temos as repercussões do momento democrático inspirado pela Revolução Paulista de 1932; que, posteriormente, foi envolvida pela atmosfera autoritária do Estado Novo. Ainda nesse contexto, Goiânia 'assiste' ao famoso discurso da meia noite de Vargas, pronunciado no dia 31 de dezembro de 1937, no Rio de Janeiro, quando é anunciada a Marcha para o Oeste. Não podemos deixar de destacar, também, que a nova sede administrativa do estado de Goiás foi inaugurada em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial.

O Mapa 1 mostra o itinerário das etapas percorridas durante o processo de construção de Goiânia. Para Harvey (2005), os mapas não são neutros, representam relações de poder e preferências. Podemos notar as localidades traçadas e os momentos requeridos para cada fase do projeto e perceber as relações e prioridades. As quatro localidades indicadas – Silvânia, Pires do Rio, Orizona e Campinas – pela comissão responsável, estavam situadas no sul do Estado. Isso possibilita entendimento que qualquer escolha promoveria o encontro da nova capital com a estrada de ferro que ligava Goiás ao sudeste brasileiro. As localidades escolhidas eram próximas entre si e descartavam o norte de Goiás como possibilidades de sediar o empreendimento. Nesse sentido, o mapa representa as relações entre espaço e sociedade. Para Chartier (2002), as representações do mundo social são construídas e determinadas pelos interesses do grupo que as forjam.

Mapa 1 - Goiânia: O processo de produção de uma nova cidade-capital.



Fonte: IBGE (2013). Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2013).

Nesta perspectiva, Goiânia foi construída em um ambiente de profundas batalhas discursivas, com vistas à produção de uma nova mentalidade, inspirada nos ideais da modernidade. Seus edifícios refletem o espírito de tempos e lugares produzidos a partir de bases científicas disciplinadoras, fundadas no pensamento euclidiano balizador da Art'deco. Da mesma forma, o traçado das ruas seguiu bases geométricas bem definidas. A nova capital fundamentou discursos que deveriam produzir um novo homem. Esta era uma necessidade para a abertura das portas do Cerrado goiano para a modernização prometida por Pedro Ludovico Teixeira.

2.3 A ESCALA FEDERAL

Na instância Federal, o ato revolucionário de 1930 colocou Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório. A nova fase política brasileira foi caracterizada:

Um novo período da história política do país, a *República Nova*, período também chamado de *Era Vargas*. Iniciou-se, naquela ocasião, um processo de concentração do poder político nacional, no âmbito do poder executivo da esfera federal de governo. Eliminava-se, deste modo, o caráter federativo da União brasileira, definido na primeira Constituição republicana do país (de 1891) e, bem assim, a natureza dita liberal democrática de que, desde então, se revestira o regime de governo. (MACIEL, 2005, p. 148).

Na qualidade de chefe civil da revolução, uma das primeiras medidas de Getúlio Vargas foi a concessão de anistia política a muitos tenentes e outros revolucionários do movimento de 3 de outubro de 1930: "uma anistia em causa própria". Vargas, no contexto inicial da Revolução de 1930, precisava equilibrar-se entre interesses e correntes ideológicas conflitantes, explica Mendes (1985, p. 30):

À sua esquerda, os tenentes, inspirados por um marxismo imberbe, exigiam mudanças radicais; à sua direita, os estancieiros e grandes proprietários de terras, apenas preocupados em acotovelar-se no parapeito do poder e assim continuar influenciando nas decisões; à sua frente, um país sem feições de nação, um povo sem direitos mínimos de cidadania, uma classe trabalhadora urbana com reivindicações cada vez mais claras.

Getúlio Vargas, ao assumir a chefia do governo Provisório, assinou um decreto no qual enfeixava o poder Executivo e o Legislativo até que uma Assembléia Constituinte fosse organizada. Entre as forças que viabilizaram a Revolução de 1930, havia uma divisão: de um lado, os que exigiam eleições presidenciais, não

estando interessados em muitas mudanças; de outro, os Tenentes alimentavam a continuidade do governo provisório como instrumento adequado à realização de mudanças na estrutura política do País. Aos primeiros, Vargas ofereceu um novo Código Eleitoral; aos Tenentes, ofereceu o controle político dos estados, entregando-lhes as interventorias. Nesse contexto, Goiás foi uma exceção, pois, Pedro Ludovico não fazia parte de nenhum desses grupos.

Em São Paulo, o Partido Democrático, que apoiou a Revolução de 1930, sentiu seus interesses prejudicados devido à solução conciliadora adotada por Vargas e juntou-se ao Partido Republicano, formando uma frente única de oposição. Os revolucionários paulistas mobilizaram-se para uma guerra civil em larga escala. A Revolução Paulista de 1932, conforme ficou conhecida – fundada numa bandeira democrática e constitucionalista – mesmo sendo debelada, promoveu o desejo por um regime democrático. Eleições foram realizadas em 1933, com vistas à formação de uma Assembléia Constituinte. Assim, a Nova Carta Magna, Promulgada em 1934, previa que os deputados estaduais e federais elegeriam o presidente da República, os senadores e os governadores, em suas respectivas Câmaras. No mesmo ano, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil. Em Goiás, a Câmara estadual elegeu Pedro Ludovico.

Enquanto Vargas era eleito presidente constitucional pelo Congresso, as organizações populares fortaleciam-se em grandes greves. Nesse contexto, pólos antagônicos e irreconciliáveis se definiram: Aliança Nacional Libertadora (organizações populares e inclusive, o Partido Comunista) e Ação Integralista Brasileira (anticomunismo - servia aos interesses de classes dominantes). As forças populares foram qualificadas como subversivas pelo Congresso, que aprovou, em 30 de março de 1935, uma Lei de Segurança Nacional concedendo ao presidente Vargas amplos poderes (MENDES, 1985, p. 36).

Em 5 de julho de 1935, Luis Carlos Prestes publicou um manifesto de apoio à Aliança Nacional Libertadora, acusando Getúlio Vargas e as classes dominantes de marcharem ostensivamente para uma ditadura fascista e conclamando à luta pela libertação nacional, por um governo popular, nacional e revolucionário. Esse manifesto previa um levante - que ocorreu nos quartéis e não contou com apoio popular - para tomada de poder. O desenrolar desse fato desencadeou o episódio que ficou conhecido como a Intentona Comunista.

Getúlio Vargas aproveitou esses fatos para concentrar mais poder em suas mãos. Houve perseguições violentas e as cadeias ficaram abarrotadas de simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora. Vargas remodelou o Exército e a Marinha; realizou obras públicas; propalou discursos anticomunistas e de progresso industrial, ganhando a simpatia dos empresários. Para as classes trabalhadoras, acenou com algumas medidas, como a criação da justiça especial do trabalho.

A sucessão presidencial anunciada para 1938 se aproximava. Os candidatos preparavam-se para a disputa. Nesse contexto, o Congresso percebeu que havia dado muito poder ao Presidente Vargas e recusou a renovação do *Estado de sítio* por ele pedido. Vargas suscitou o fantasma do comunismo libertando presos políticos. As ruas tornaram-se palco de conflitos. A temperatura aumentou. A campanha presidencial foi envolvida por um clima de tensão.

Nos últimos dias de setembro de 1937, um plano de tomada do poder pelos comunistas chegou, através do capitão Olímpio Mourão Filho (integralista), ao general Góis de Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, que o encaminhou ao ministro de Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e ao Presidente da República. Este plano, batizado de Plano Cohen (Cohen seria o nome de seu suposto autor), foi o pretexto que faltava para o golpe. Publicado o Plano nos jornais, o Congresso decretou *estado de guerra* em todo o país, devolvendo a Getúlio o pleno poder de intervenção nos Estados. De imediato, Getúlio Vargas ordenou o fechamento do Congresso. Uma nova constituição foi publicada. As prisões voltavam a receber milhares de opositores. Getúlio Vargas dirigia uma "Proclamação ao povo brasileiro", irradiada para todo o território nacional, comunicando a instauração do *Estado Novo* (MENDES, 1985, p. 39).

Com o Estado Novo, graves problemas nacionais continuavam exigindo soluções: como a imigração estrangeira, a migração interna, a crise de exportação, os conflitos agrários e a recessão financeira. Para enfrentar tais questões, Getúlio Vargas precisava sistematizar seus discursos afim de apresentar iniciativas que o sustentassem perante a população afetada por severas demandas. Este foi o contexto em que foi anunciada a Marcha para o Oeste.

Vários autores consideram que a Marcha para o Oeste foi lançada oficialmente por meio de um discurso proferido por Vargas no último dia do ano de 1937, que está situado entre os mais famosos e expressivos do ex-presidente: o

famoso discurso da meia noite, como depois os áulicos do poder o batizaram, em que Vargas disse:

O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas venturosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas. Das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (IBGE, 1942, p. 48).

A Marcha para o Oeste foi uma iniciativa implementada no contexto de concentração do poder nas mãos do chefe do poder executivo federal:

A marcha para o Oeste foi lema cunhado pelo Estado Novo para se referir às medidas que preconizavam, visando ocupar e colonizar o interior do País, ou seja, a região do Planalto Central. Não se pode dizer, contudo, que a Marcha tenha consistido num programa de governo, no sentido de ter reunido um conjunto articulado de medidas e de políticas. A sua eficácia maior parece ter sido ideológica [...]. O lema da marcha reforçava o objetivo maior de reconstrução nacional do Estado Novo. (AZEVEDO, 1989, p. 93).

O discurso da Marcha para o Oeste, na pretensão de Getúlio Vargas, era uma estratégia de defesa das fronteiras, que se apresentavam pouco povoadas, por meio da ocupação do interior do Brasil.

Persistia a necessidade de encontrar soluções para antigos entraves como a imigração, a concentração demográfica nos centros urbanos e a necessidade da produção de alimentos para suprir o mercado interno. Essas questões deveriam ser enfrentadas pelo governo federal:

O movimento para o oeste vai englobar muitos interesses coincidentes. Os problemas de segurança, de mercado, de produção, de fonte de riqueza, de reforço do ideal nacional, de exigência de vastos territórios, acompanham a necessidade da posse da terra para os pequenos lavradores e da possibilidade de dirigir as correntes migratórias, desagravando os problemas e as tensões sociais nos centros urbanos. (ESTERCI, 1972, p. 76).

Para Gomes (1982), o sentido mais profundo da Marcha para o Oeste era ocupar o interior do Brasil a partir da concessão de terras nas fronteiras, estabelecendo a organização de colônias agrícolas. A Marcha para o Oeste poderia oferecer a segurança imprescindível em um momento caracterizado pela incerteza:

Procura-se resolver os problemas do trabalhador nacional [...] sem comprometer a estrutura agrária [...]. O problema do descongestionamento da cidade encontra também como solução viável desse deslocamento da população migrante em direção do sertão. Relaciona-se a este problema a política de redistribuição nacional da população. (DAYRELL, 1974, p. 74).

Ao abordar a questão do processo de ocupação do território brasileiro, Velho (1979, p. 141) faz a seguinte afirmação: "em 1938 o governo anuncia uma Marcha para o Oeste." A divergência de datação existe, mas não altera o contexto em que a Marcha foi anunciada, pois o pronunciamento de Vargas ocorreu na transição de 1937 para 1938.

Finalmente, Maciel (1996, p. 172) nos apresenta o cenário produtor da Marcha para o Oeste, além de apontar importantes elementos a ela vinculados:

Em 1937, dando-se fim a um breve período democrático iniciado em 1934, instituiu-se no país o regime de inspiração fascista denominado Estado Novo. Lançou-se então, de imediato, a campanha da "Marcha para o Oeste". Veiculada inicialmente pela imprensa oficial, mediante um discurso de inequívoco teor ideológico, buscando-se a legitimação do novo regime, a campanha receberia logo a adesão de numerosos veículos da área privada de comunicação. Seguiu-se uma série de iniciativas da parte do governo federal, no sentido de promover o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sócio-cultural da região Centro-Oeste. Entre estas iniciativas, a de maior envergadura foi a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Outras ações de relevo foram: a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, duas preocupações ganharam destaque: a proteção das fronteiras brasileiras contra um possível ataque externo e o estabelecimento de um controle que impedisse um descontrolado movimento imigratório, advindo do contingente europeu, palco principal do conflito mundial.

A II Guerra Mundial acentuava as perspectivas de crise interna e abria caminho para o fortalecimento dos discursos de Vargas. Neste contexto, a Marcha para o Oeste ocupou um lugar central:

No contexto da Guerra: "Eliminar os espaços potencialmente ricos e desocupados que despertam apetites perigosos num mundo de crescentes pressões demográficas". O ministro João Alberto, ex-comandante na Coluna Prestes, ex-interventor de São Paulo, deu início à tarefa do desbravamento do Brasil Central e Ocidental. (BERTRAN, 2004, p. 69).

Portanto, a Marcha para o Oeste configurou-se como uma produção do Estado Novo ou Estado Nacional, termo preferencialmente usado por Getúlio Vargas. O Estado Nacional propunha realizar uma integração entre as regiões do Brasil por meio da Marcha para o Oeste. A ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste era fundamental. Um dos maiores ideólogos da Marcha para o Oeste foi Cassiano Ricardo, que por muitos anos despachou junto à Casa Civil. Em 1940, ele lança a sua obra principal – Marcha para o Oeste – que apresenta bem o viés ideológico do sentido conferido à Marcha. Por sinal, a relevância da obra de Cassiano está em transcrever os discursos oficiais daquele momento.

Nesse contexto de severas demandas internas e de deflagração do conflito mundial (1939-1945), o entrelaçamento dos discursos e das ações entre Vargas e Ludovico tornou-se mais evidente. Castro (2005, p. 37), ao refletir sobre as ações políticas, destacou: “um dos traços importantes da natureza do fato político é utilizar os meios colocados a sua disposição para preservar tudo aquilo que lhe é favorável, incluindo aí o território, as instituições e as normas”.

2.4 O ENCONTRO DAS DUAS ESCALAS

Retomaremos neste ponto o diálogo entre Ludovico e Vargas: os produtores de Goiânia e da Marcha para o Oeste, considerando que a “ideia nebulosa” (BERTRAN, 2004, p. 69) de uma Marcha para o Oeste, anunciada por Vargas, ocorreu no ano de 1937; ou seja, quatro anos depois do lançamento da pedra fundamental da edificação de Goiânia. Esse tempo é representativo, considerando o contexto de quinze anos ininterruptos e simultâneos em que Pedro Ludovico e Getúlio Vargas estiveram à frente dos seus respectivos governos.

A transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, realizada oficialmente por meio de decreto em 1937, no contexto da instauração do Estado Nacional, significou uma aproximação ainda maior das iniciativas de Ludovico e Vargas. A evidência de uma aproximação contextual e conjuntural entre Goiânia e a Marcha para o Oeste, a partir de 1937, pode ser observada:

Nesse momento, apenas a construção de Goiânia seria a pedra de toque, o marco concreto de tijolos e cimento capaz de alicerçar a ideologia nebulosa de uma ‘Marcha para o Oeste’. A obra foi coordenada pelo interventor Pedro

Ludovico, até mesmo com um certo descaso por parte de Vargas. (BERTRAN, 2004, p. 69)

Em 1940, pela primeira vez, um presidente da República (re)pousava em Goiás. Certamente, uma nova cidade-capital moderna, erguida com a aprovação do governo federal, justificou e expressou as demandas pelo 'novo' e convocou a presença do Chefe de Estado. Bertran (2004, p. 69) contextualizou o cenário político em que Vargas visitou Goiânia:

Vargas conhece Goiânia em 1940. Aproveitou para veranejar cinco dias na Ilha do Bananal, pórtico do cenário das aventuras de Fawcett e de Hermano Ribeiro, tão badaladas à época. A Segunda Guerra Mundial estava eclodindo generosa no teatro europeu, enquanto Getúlio descansava no oco do mundo, reconhecendo e fotografando do avião aldeias Xavantes no vale do Araguaia.

O contexto da transferência da capital goiana (de 1930 a 1942) e a visita de Vargas a Goiânia, em 1940, foram incorporados à Marcha para o Oeste. Pensamos que uma apropriação histórica imprecisa desses eventos cimentou um erro cristalizado em torno de aproximações e distanciamentos presentes nos processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste.

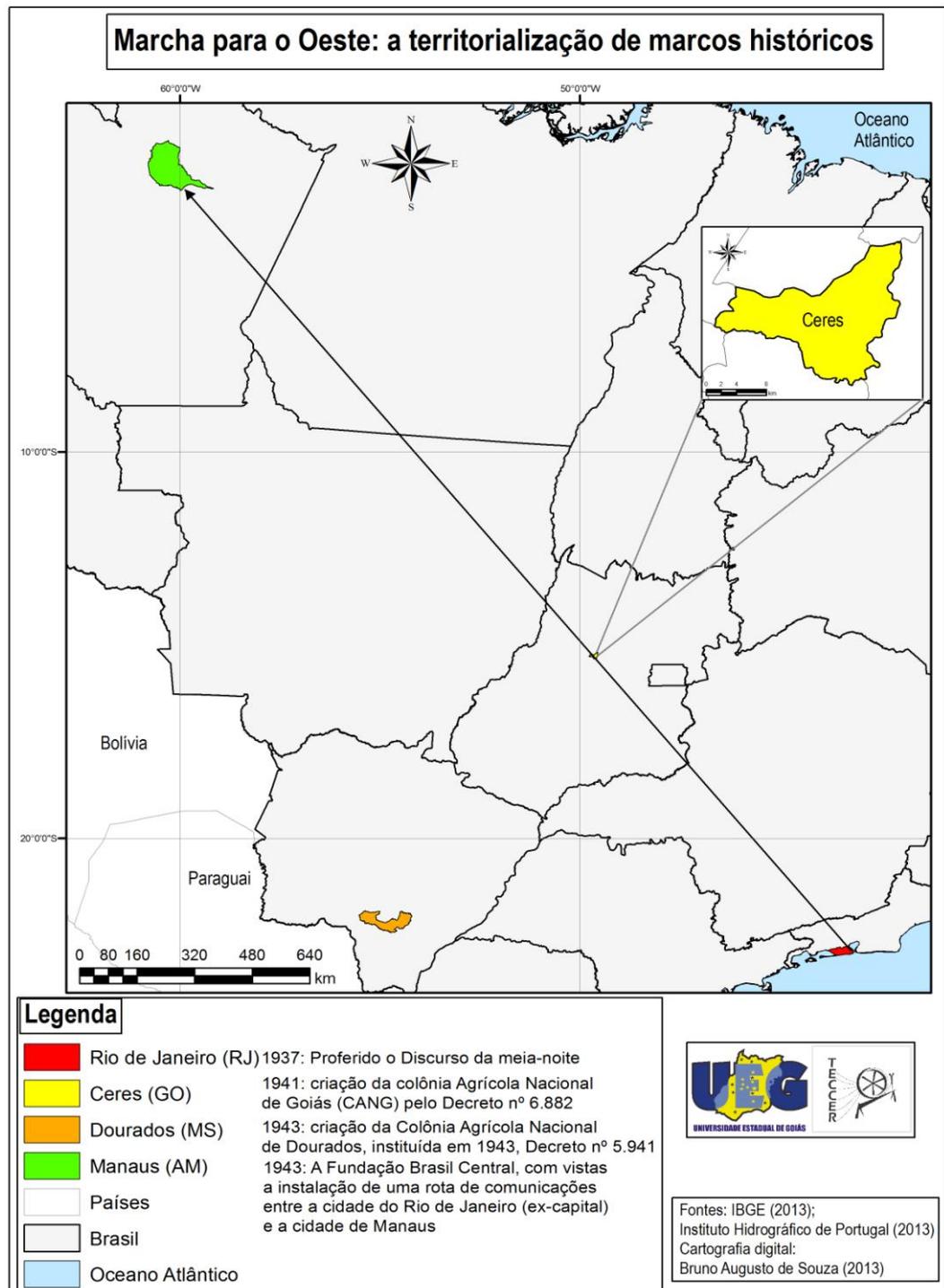
Neste momento, alguns questionamentos parecem fundamentais: Podemos precisar a data em que Goiânia passou existir? Teria sido em 1930, quando Pinheiro Chagas, na Vila Boa, anunciou a vitória da Revolução e a necessidade de transferência da capital goiana? Ou em 1932, quando Pedro Ludovico seguiu para o Rio de Janeiro em busca da aprovação de Vargas para transferir a capital goiana? Ou ainda em 1933, com o lançamento da pedra fundamental? Temos outras possibilidades: a nova capital emerge em 1935, ocasião em que o professor Venerando foi escolhido primeiro prefeito; ou o ano de 1937, quando se dá a transferência oficial da Capital? Resta, ainda, o importante evento de 1942, conhecido como o Batismo Cultural de Goiânia.

Partindo para o âmbito federal, os revolucionários sabiam quanto tempo duraria a consolidação da vitória de 1930? É possível determinar a duração de alguma Revolução em curso? Pensamos que não! Getúlio Vargas, após exercer o Governo Provisório, até 1934, continuou no posto reconduzido pela via da eleição indireta até 1937, quando as condições para a instauração do *Estado Nacional* estavam consolidadas. Foi nesse contexto que Vargas anunciou a Marcha para o

Oeste. Porém, as condições materiais para sua implementação se dão com a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir de 1941, quando o Brasil posiciona-se na Guerra ao lado dos Aliados. Nesse cenário de Guerra, uma representativa ação de Vargas materializada do território brasileiro foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

A representação no Mapa 2 contribui para dimensionar espacialmente os interesses e preferências dos discursos de Marcha para o Oeste. A intenção era criar um eixo a partir do sudeste em direção à Amazônia. Na rota visualizada estava o Centro-Oeste brasileiro e a nova capital de Goiás. O poder político federal, na época, era sediado no Rio de Janeiro.

Mapa 2 - Marcha para o Oeste: a territorialização de marcos históricos.



Fonte: IBGE (2013). Instituto Hidrográfico de Portugal (2013). Cartografia digital. Bruno Augusto de Souza (2013).

Percebemos, então, que os intrincados meandros presentes nas gestões de Ludovico e Vargas promoveram sobreposições e superposições de seus discursos e de suas ações. Certamente, o erro cristalizado postado na página do *site* Wikipédia,

afirmando que Goiânia foi um produto da Marcha para o Oeste, foi alimentado pela mesma visão de mundo que referenciou a formação dos professores de História e Geografia entrevistados no contexto desta pesquisa. Certamente, este erro cristalizado alimenta e é alimentado, também, por produtos acadêmicos que reforçam tal entendimento.

2.5 OS ILUSTRES VISITANTES E AS DEMANDAS PELA REAFIRMAÇÃO DOS PROCESSOS MODERNIZADORES

Nos tópicos anteriores, tratamos das *escalas das ações* de Getúlio Vargas e de Pedro Ludovico, bem como de algumas de suas repercussões. Seguiremos evidenciando a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste, a partir de alguns elementos significativos na produção do território dos Cerrados. Estes elementos foram marcados por diversos discursos, expressando modernidade, civilidade e integração: objetivavam o estabelecimento, ou a aceitação, da emergência de um novo tempo.

No que se refere à transferência da capital, as demandas por uma mudança da sede administrativa estiveram presentes na agenda de vários administradores: “Marechal Miguel Lino de Moraes (1830); General José Vieira Couto de Magalhães (1863); Rodolfo Gusmão da Paixão (1890); Carlos Pinheiro Chagas (1930); Pedro Ludovico Teixeira (1932), além dos constituintes de 1891” (BORGES, 1987, p. 39).

Entre os precursores, o General Couto de Magalhães escreveu um artigo dedicado ao assunto, categoricamente expressando a sua posição:

Não podem lisonjear, visto que contrariam os interesses presentes dos habitantes desta capital; são, porém, a expressão da verdade; indicam o caminho para a felicidade, e, se houvesse tempo, assim como as emito agora, as realizaria, fossem quais fossem os embaraços, na certeza de que algum dia me sentiriam reconhecidos. (MAGALHÃES, 1934, p. 46).

Como era de se esperar, os habitantes da cidade de Goiás reagiram à ideia do Presidente, “hostilizando o ilustre militar, que decidiu aceitar a presidência de Mato Grosso” (JORGE, 1970, p. 32). Couto Magalhães tinha 24 anos de idade quando veio a Goiás para assumir a província. A sua vontade era mudar a capital para Santa Leopoldina (atual Aruanã): “a imaginou às margens do Araguaia” (TELES, 2012, p. 90). Em seu plano, figurava as vantagens da navegação para o

escoamento da produção, bem como as possibilidades de deslocamento da população para áreas férteis e agricultáveis próximas ao Araguaia. Para o general, o escoamento da produção era de máxima importância para o futuro de Goiás.

Segundo Couto Magalhães²⁶, era interessante aproveitar o rio Araguaia como via comercial. Na condição de Presidente da Província, entre 1863-1864, declarou: “o administrador em Goiás, mais do que em outras províncias, tem obrigação, ou de pôr termo a esta longa inanição em que vivemos, ou de largar o cargo e dizer: não posso” (MAGALHÃES, 1934, p. 46). Ele implantou um eixo de navegação no Araguaia, em 1868, que “manteve-se eficiente [...] até 1888” (JORGE, 1970, p. 115). Todavia, durante o período imperial (1822-1889), os vários presidentes da Província de Goiás não conseguiram viabilizar ações e objetos suficientes para garantir uma nova capital para Goiás.

Salientamos que Carlos Pinheiro Chagas, ao anunciar a revolução de 1930 aos Vilabelenses, apresentou em sua plataforma discursiva a intenção de transferir a capital de Goiás:

O ilustre médico, Dr. Carlos Pinheiro Chagas, bom orador, opinou, para desagrado do povo vilaboense, cuja tradição de cultura e hospitalidade ressaltou, que a cidade de Goiás não deveria continuar como Capital. Interessante foi que a opinião do orador coincidia com a minha, alimentada desde menino. (TEIXEIRA, 1973, p. 40).

A frente mineira revolucionária que adentrou Goiás optou por colocar um goiano à frente do processo. Ainda em 1930, Getúlio Vargas aprovou o nome Pedro Ludovico Teixeira para ser o interventor em Goiás. Logo, o estado de Goiás deveria levar adiante a tarefa revolucionária, em consonância com a escala nacional. Coube a Pedro Ludovico Teixeira retomar os discursos propalados desde do período imperial e, assim, diante novas perspectivas históricas e sociais, viabilizar a materialização da ideia: uma nova capital para o Estado de Goiás.

Ludovico esteve à frente do governo goiano durante quinze anos ininterruptos: ocupou interinamente o governo de Goiás até 1934, sendo eleito

²⁶ “José Vieira Couto de Magalhães soube ser um bom administrador de seus negócios [...]. Após o recebimento da herança de seus pais [...]. Iniciou, então, Couto Magalhães, a exportação de couro cru para a Inglaterra, rendendo-lhe boa soma de dinheiro. Porém, a fortuna lhe viria no período de 1875 a 1876, da venda de concessão obtida para 170 quilômetros de estrada, entre Minas e Rio, a Minas and Rio Railway Limitada, que construiu, de 1881 a 1884” (JORGE, 1970, p. 117). Com relação à informação: “exportação de couro cru para a Inglaterra”, não foi possível afirmar que a exportação tenha partido de Goiás.

governador pela Assembleia estadual. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, continuou no comando do governo até 1945, quando chega ao fim o governo Vargas. Durante esse tempo, os esforços de Ludovico estiveram direcionados para a edificação e consolidação da nova Capital.

Como o lançamento da pedra fundamental, em 1933, Pedro Ludovico Teixeira continuou enfrentando resistência dos opositores à mudança da capital. Mesmo diante das contestações, as obras edificadoras da nova cidade continuavam. O interventor mudou-se para Goiânia em 1935. A mudança definitiva da capital aconteceu em 1937. Nesse ano, Vargas anunciou o Estado Novo: fechamento do Congresso e das Assembleias Legislativas. Além disso, poderes especiais foram investidos aos interventores estaduais. Getúlio Vargas confirmou Pedro Ludovico como Chefe do Executivo estadual. Para Câmara (1973, p. 241), esses acontecimentos desabaram sobre a Cidade de Goiás e "sepultaram definitivamente as últimas esperanças dos antimudancistas".

Goiânia foi projetada segundo modelos arquitetônicos e urbanísticos europeus. O conjunto arquitetônico e urbanístico empregado em Goiânia serviu para reforçar o lugar central da racionalidade nas transformações do sertão:

a intelectualidade goiana, como todos os homens ilustres que se dirigiam a esta unidade federativa, manifestava-se com prazer, com entusiasmo, sobre o acontecimento que estava na ordem do dia [...], todos os seus quadrantes se interessavam pelo grande empreendimento. (TEIXEIRA, 1973, p. 98).

As manifestações de exaltação e apreço de Ludovico por Goiânia, no entanto, foram contrariadas pelas observações realizadas pelo ilustre²⁷ viajante e Antropólogo francês Lévi-Strauss, que visitou os canteiros de obras da nova capital:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que lembrava um terreno baldio e um campo de batalha. Espetado por postes de eletricidade e por fixas de agrimensura, deixava entrever uma centena de casas novas espalhadas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel,

²⁷ Devemos considerar a presença do termo *ilustre*, nas falas de Pedro Ludovico Teixeira, principalmente, em sua autobiografia: *Memórias* (1974). O termo é usado em várias momentos para referir às pessoas, por ele consideradas importantes e reconhecidamente destacadas nos vários cenários sociais, sempre levando em consideração o nível de escolaridade. Ilustre era uma forma de tratamento que prezava o elogio e o prestígio social. Encaixavam na designação ilustre: agentes políticos do judiciário, do eclesiástico, também, profissionais liberais, dirigentes de instituições, poetas, escritores, jornalistas e professores. Para o historiador Cunha Matos, citado por Palacin e Moraes (1986, p. 73), nas primeiras décadas do século XIX, em Goiás, havia sessenta "homens ilustres". Era uma alusão à precariedade da educação e aos números do analfabetismo. Os presidentes da Província e os viajantes europeus que percorreram o sertão goiano também foram designados frequentemente de ilustres. Esse cenário era reforçado pelo pequeno número de pessoas escolarizadas em Goiás.

paralelepípedo de concreto que, no meio daquela monotonia, evocava um aeródromo ou um fortim; de bom poder-se-ia aplicar-lhe a expressão 'bastião da civilização', num sentido, não mais figurado mas próprio, que adquiria no caso um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, como essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás; nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe satura o vazio ou lhe suavizara a rigidez; ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital, sempre passageiros, e nunca residentes. Só o receio de um cataclismo podia justificar aquela casamata. De fato, produzira-se um, cuja ameaça era prolongada pelo silêncio e pela imobilidade reinantes. Cadmo, o civilizador, semeara os dentes do dragão. Numa terra esfolada e queimada pelo sopro do monstro, esperava-se para ver os homens crescerem. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 118).

As descrições do Antropólogo sobre Goiânia se aproximaram das narrativas dos viajantes naturalistas europeus, que nas primeiras décadas do século XIX atravessaram o sertão goiano. Eles compunham os cenários que alimentaram o imaginário dos habitantes do velho mundo acerca do estado de barbárie presente no sertão brasileiro e goiano.

Como as expedições dos viajantes e a visita de Lévi-Strauss foram separadas por cerca de um século de poucas transformações no sertão goiano, não poderíamos esperar uma expressiva alteração no julgamento dos europeus narradores das verdades encontradas pelo mundo. Para eles, a desolação era uma marca ainda presente em cenários esteticamente distantes das paisagens de uma Europa bem mais urbanizada.

Lévi-Strauss (2012, p. 52) pretendeu "narrar minuciosamente tantos pormenores insípidos quanto acontecimentos insignificantes. Verdades que vamos procurar tão longe". Revestido pelo seu ofício de etnógrafo, Lévi-Strauss declarou que não havia espaço para a aventura em seu trabalho. O ilustre europeu iniciou suas viagens pelo Brasil em meados da década de 1930. Para Lévi-Strauss (2012), ser etnógrafo significava exercer a mais sublime função, estando, inclusive, acima de profissões como o direito, a medicina, as letras e as ciências. "Sempre se considerando humano, o etnógrafo procura conhecer e julgar o homem de um ponto de vista elevado e distante o suficiente para abstraí-lo das contingências próprias a esta sociedade ou àquela civilização." Acrescentou, "como a matemática ou a música, a etnografia é uma das raras vocações autênticas" (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 53). Na França, a Etnografia ocupava, na época, o maior de todos os postos.

Em *Tristes Trópicos*, o viajante afirma: "o conhecimento não se baseia numa renúncia ou numa permuta, mas consiste em uma seleção de aspectos verdadeiros,

isto é, aqueles que coincidem com as propriedades de meu pensamento" (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 53). Esse ideário, transportado da Europa para o Brasil, era centrado nos escritos de Marx e Freud, bem como em aspectos da geologia. Para o Antropólogo (2012, p. 55), essas leituras,

demonstraram que compreender consiste em reduzir um tipo de realidade a outro; que a realidade verdadeira nunca é a mais patente; que a natureza do verdadeiro já transparece no zelo que este emprega em se ocultar. O mundo era-me revelado. Marx ensinou que a ciência social se constrói no plano dos acontecimentos.

O ilustre francês não se esquivou de mostrar as influências recebidas dos escritos de Karl Marx. Esse pensador vem sendo requisitado por diferentes estudiosos, nas mais diversas áreas do saber. As dimensões do pensamento de Marx irradiaram pessoas mundo afora. Inclusive o próprio Pedro Ludovico, que era médico de formação, afirmou, em sua autobiografia, que escolheu para auxiliar a sua primeira administração de Goiânia (1930-1934) "pessoas inteligentes e idealistas, por que não, jovens, na maioria simpatizantes e leitores de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Kamenev, Zinoviev" (TEIXEIRA, 1973, p. 41).

A transferência da capital para Goiânia, em 1937, atraiu muitos visitantes: eram pessoas interessadas em conhecer as edificações, o projeto arquitetônico e urbanístico. Para alguns visitantes, o que chamava a atenção era a trama ironicamente descrita por Lévi-Strauss²⁸.

Em 1938, Monteiro Lobato – outro ilustre visitante – esteve em Goiânia e poetizou: "Goiânia, cidade linda / que nos encanta e seduz / de dia não tem água / de noite não tem luz" (PALACIN, 1976, p. 88). Assim como o antropólogo, Monteiro Lobato opôs-se aos argumentos de Ludovico sobre a nova Capital: em que a nova cidade era a expressão de um tempo novo. Obviamente, essas críticas desagradaram Ludovico e os goianos.

Porém, nem todas as avaliações sobre a nova capital foram negativas. Outro ilustre francês, Pirre Monbeig, visitou Goiânia no ano de 1938, deixando registros positivos sobre a nova capital, publicada no jornal O Estado de São Paulo (ACERVO O ESTADÃO, 1938). O geógrafo francês esteve no Brasil entre 1935 a 1946. Durante esse período publicou dois livros e diversos artigos com ênfases em

²⁸ Lévi-Strauss percorreu o sertão goiano em 1937. A publicação de sua obra: *Tristes Trópicos* ocorreu em 1955, na França. Portanto, quase duas décadas após a visita.

questões regionais. Ele participou da fundação do curso de Geografia na Universidade de São Paulo, tornando-se um dos maiores nomes na geografia brasileira. Após sua volta à França, publicou mais quatro livros, entre eles: *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, resultado de sua tese de doutorado defendida e premiada na Sorbonne, em 1950.

Para Bray (2008, p. 40), as pesquisas desenvolvidas no Brasil por Pierre Monbeig podem ser caracterizadas numa perspectiva de interpretação “sensível aos problemas geográficos de mudança no espaço, como é o exemplo do trabalho clássico de Monbeig (1940): ‘Pionniers et Planteurs de São Paulo’”. Para Alves (2010), Pierre Monbeig se atentou à observação e aos fatos concretos, com ênfase no empírico. Esse conjunto de perspectivas trabalhadas por Pierre Monbeig aprimorou o conceito de “Complexo geográfico” por ele utilizado na explicação dos fatos geográficos (ALVES, 2010, p. 234-235).

Monbeig priorizou o estudo da paisagem: “ver como a paisagem é reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo” (MONBEIG, 1940, p. 248). A visita que fez a Goiânia, em 1938, foi realizada de avião, partindo de São Paulo: “foi mesmo a primeira vez que viajei para o interior sem ficar recoberto pela familiar poeira vermelha[...] pois foi ainda uma excursão geographica a que acabo de realizar, completando, com o vôo sobre as paisagens”. Durante as seis horas de vôo, ele apresentou as várias paisagens: “vi apaixonadamente desfilarem ante meu olhos... da grande capital a nascente cidade do coração do sertão” (MONBEIG, apud ACERVO O ESTADÃO, 1938, p. 4). Foi exatamente do alto, de dentro do avião, que Monbeig observou a presença cada vez mais intensa do Cerrado. Ele questiona: “mas será a terra do futuro?”, para em seguida responder a própria questão:

O viajante é bem tentado a acredita-lo, quando, com uma celeridade brutal, em pleno meio do sertão, a uns 60 quilômetros da via férrea, se erguem os modernos edifícios de Goyania. Estupefacção de descobrir, enquanto o piloto inicia uma hábil descida do seu pesado aparelho, construções ousadamente modernas! Satisfação de encontrar um bom hotel para repousar por um momento, antes de emprender, sob a orientação do prefeito da nova capital (e, a uma jovem capital, deram mui felizmente um prefeito jovem) a visita da cidade. (MONBEIG, 1938, p. 4).

Podemos indagar se a viagem realizada por Monbeig, em companhia de várias pessoas, fazia parte da estratégia do governo de Goiás de promover a capital. Todavia, Monbeig (1938, p. 4) expressou: “Goyania mereceria outro artigo e eu só

quis descrever uma viagem aérea, procurando demonstrar como o avião é um instrumento de trabalho geográfico, ao mesmo tempo um meio de transporte rápido, confortável e seguro”. Ele termina o relato da viagem se identificando no jornal O Estado de S. Paulo: “Pierre Monbeig (Da Universidade de São Paulo)”.

Nesse contexto de aguçadas curiosidades sobre a capital, os mudancistas trabalharam para viabilizar uma imagem agradável para Goiânia. A propaganda pró-capital passou a ser veiculada através de jornais e revistas, como a Oeste²⁹, bem como em emissoras de rádio³⁰. A publicidade era animada em meio aos discursos de Marcha para o Oeste e pela singular visita de Vargas a Goiânia. Havia, também, a destacada menção do Conselho Nacional de Geografia à inauguração de Goiânia, registrado na "Resolução n. 85, de 21 de julho de 1941, da sua Assembléia Geral" (IBGE, 1942, p. XV). Na época, esse Conselho era muito prestigiado. Esse órgão deliberava e fixava os planos de empreendimentos geográficos de caráter nacional. Como vimos, Goiânia atraiu muita atenção.

No âmbito federal, a instauração do Estado Novo, em 1937, reforçou os discursos de integração nacional. O Planalto Central era o caminho, a rota promissora a ser transposta pela Marcha para o Oeste. Para atingir seu objetivo, Vargas podia contar apenas com Goiânia, "a pedra de toque, o marco concreto capaz de alicerçar a ideologia nebulosa de uma 'Marcha para o Oeste'" (BERTRAN, 2004, p. 69). No plano ideológico, Vargas contava com Cassiano Ricardo que, juntamente com os idealizadores do novo regime, foi buscar no passado a saga das bandeiras para justificar novas ações.

A intenção de Getúlio Vargas ao propor a nova Marcha para o Oeste era retomar o sentido dos caminhos percorridos pelas bandeiras exploratórias do

²⁹ A Revista Oeste circulou o seu primeiro número, em 5 de julho de 1942. Data do Batismo cultural de Goiânia. Contava com um grupo de entusiastas das letras: Paulo Figueiredo, Castro Costa, Maximiliano da Mata Teixeira, Bernardo Élis, José Bernardo Félix de Sousa, Nelly Alves de Almeida, Amália Hermano, Hélio Lobo, José Décio filho, Carlos de Faria e Zecchi Abraão. Posteriormente, foi incorporado ao grupo: Zoroastro Artiaga, Colemar Natal e Silva, Frederico Medeiros, Albatênio Godoy, Veiga Neto, Celso Hermínio Teixeira, Odorico Costa, Francisco de Brito, Léo Lynce, José Lopes Rodrigues, Marilda Palínia, Alfredo de Castro e Silva, José Bittencourt, Augusto Tios, Benedito Rocha, dentre outros. A Revista Oeste foi um veículo oficial: "equivale à fixação de nosso Estado social-político-intelectual". (página de apresentação da Revista).

³⁰ A Rádio Clube de Goiânia foi inaugurada em 27 de agosto de 1942. Venerando foi o primeiro presidente. Na mensagem de inauguração: "Através das ondas hertzianas, projetamos nosso Estado, demonstrando que não é mais uma ficção geográfica... queremos que as ondas da ZYG-3 contribuam para a união dos brasileiros de todos os quadrantes da Pátria[...] cooperando com entusiasmo na campanha benemérita a que o governo de Getúlio Vargas se impôs".

período colonizador, à procura de riquezas minerais. Além do que, o discurso bandeirante expressava e imprimia heroísmo.

A correlação entre as escalas das ações fez com que, em Goiás, Pedro Ludovico fosse classificado como bandeirante moderno. O discurso proferido pelo primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas, nos estúdios da ZYG-3 Rádio Clube de Goiânia, por ocasião do aniversário de Pedro Ludovico, em 23 de outubro de 1943, demonstra a intenção de projetar no imaginário a figura de um político-herói:

Poucos são os homens que traçam e executam. Com Pedro Ludovico Teixeira aconteceu esse milagre. Eis porque sua obra é imortal[...] homenagear a Pedro Ludovico Teixeira não é, tão só, homenagear o homem de governo. Mais que isso, é render tributo a um autêntico valor da raça, ao expoente máximo da geração goiana[...] palpável, grandeza expressiva de suas construções, a imortalizar o nome de seu artífice - Goiânia se projeta no cenário maravilhoso destas plagas, como símbolo de força e de coragem, construindo o maior, o mais eloqüente elogio de seu Construtor[...] extraordinário Bandeirante do Século XX. Com Pedro Ludovico, Goiás renasceu e caminha para o futuro. (BORGES, 1987, p. 124)

O discurso expressou as escalas das ações. Podemos entender a intenção do prefeito na comparação heróica: se o Brasil tem um herói; Goiás também tem o seu! Era uma maneira particular de sobrepor escalas. "A passagem da década de 1930 para a de 1940 continha uma verdadeira avalanche ideológico-propagandista em torno da campanha 'marcha para o oeste'" (ESTERCI, 1972, p. 179). Não é de estranhar a existência de sobreposição das escalas das ações.

Na década de 1940, Goiânia ainda era rudimentar. Contudo, já apresentava inúmeros objetos técnicos (SANTOS, 2013). Esses serviam a base discursiva poligonal. Essa evidência pode ser reafirmada pela visita de Getúlio Vargas e pelos discursos que pronunciou, em 1940, no Palácio do Governo, em Goiânia. Vargas enfatizou a Revolução de 1930 como um movimento de revigoração nacionalista, permitindo o advento do Estado Novo.

Vargas atribuiu sentido ao Estado Nacional: "modificaram-se êsses rumos incertos e dispersivos e a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos, restaurada nas suas raízes históricas." Destacou o Planalto Central, referindo-o, "miradouro do Brasil". Ressaltou a riqueza mineral do País como "necessárias ao progresso" (IBGE, 1942, p. 123). Esses discursos foram pronunciados em Goiânia,

em 1940, possibilitando entender a projeção de Goiânia como referência na regional. Todavia, devemos considerar,

Era mesmo exagerado o sentimento de propagar o valor do que se praticava neste Brasil Central, nesta região mal desenvolvida, ainda muito atrasada. Lembrava-se frequentemente o pronunciamento do Presidente Getúlio Vargas, apontando a Marcha para o Oeste como um dos meios de fazer progredir a nação brasileira. (TEIXEIRA, 1973, p. 98).

A aproximação entre as escalas local/regional/nacional podem ser percebidas quando Vargas, ainda em Goiânia, enfatizou:

O amparo do poder público, e, tão cedo êle chegou, mostrastes a vossa ação organizadora e o vosso empenho progressista, realizando empresas como a de construir - diria melhor - improvisar, em pleno desacampo, uma cidade como esta - a segunda do Brasil edificada de acordo com um moderno plano urbanístico, atendendo, não a eventualidades políticas, mas às exigências do crescimento demográfico e econômico de Goiás. (IBGE, 1942, p. 123).

Essa exaltação de gratidão ao povo goiano certamente era direcionada ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. O discurso de Vargas foi o reconhecimento da lealdade do interventor estadual e de sua agilidade no envio dos relatórios e prestações de conta ao governo federal. O discurso revelava as verdadeiras intenções da visita: a manifestação do econômico.

O Chefe do Estado Nacional considerava que o processo de ocupação do território brasileiro deveria ser feito de forma escalonada:

A visita que ora vos faço é prova de uma concepção renovadora da Pátria grande e forte. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste. (IBGE, 1942, p. 124)

Esses elementos expressaram a relevância do território do Brasil Central, diante das novas demandas produtivas. Os discursos de Marcha para o Oeste somente apresentaram ações concretas a partir de 1941, com o início da implementação das oito Colônias Agrícolas (1941-1948) no território nacional, e em 1943, com a Expedição Roncador-Xingu, transformada em Fundação Brasil Central.

Todavia, com relação a essas ações, Abelardo Coimbra Bueno, que participou da construção de Goiânia, disse que a Marcha para o Oeste foi um

“instrumento demagógico de propaganda (a Fundação Brasil Central era um ‘[...] cabide de empregos no Rio, tendo apenas os irmãos Vilas Boas na linha de frente’”). (SILVA, 2002, p. 132).

O contexto da II Guerra Mundial era propício à incorporação de espaços vazios do Oeste brasileiro, habitados quase exclusivamente por grupos indígenas. O alargamento das fronteiras asseguraria as riquezas do sub-solo e garantiria os limites do Estado brasileiro.

Percebemos que os entremeados discursos nas escalas regional e nacional, foram (re)valorizados em razão do conflito mundial. Certamente, a falta de compreensão desses discursos produzidos nas escalas local/regional/nacional e por que não, internacional, conduziu ao erro cristalizado, que considera a Marcha para o Oeste como sendo a produtora de Goiânia.

A existência de sobreposições das escalas nas ações envolvendo Goiânia e a Marcha para o Oeste não são recentes. Na década de 1980, o primeiro prefeito de Goiânia (1935 a 1945), professor Venerando de Freitas Borges, evidenciou distorções históricas relacionadas a Goiânia. O ex-prefeito assinalou equívocos existentes em manuais didáticos usados em Goiás e em São Paulo. Para Venerando (1987), as distorções também apareceram em documentos importantes como os "Anais do Batismo Cultural de Goiânia" e no Dicionário de Curiosidade. Lamenta: "milhares de crianças leram isso..., leram, e naturalmente guardaram" (BORGES, 1987, p. 145).

Venerando de Freitas Borges (1987, p. 146) pretendeu reparar o erro, "não só pela afetividade que devotava à cidade – Goiânia – mas sobretudo para colaborar no esclarecimento e na afirmação da verdade histórica que a ninguém é dado conspurcar". Acrescentou:

em todos os feitos de vulto, muitas datas influem no processo de consolidação dos acontecimentos. [...] nas cidades elas se sucedem, independentes uma das outras, cada uma porém marcando determinada fase do processo de evolução.

Ao corrigir as distorções, o professor Venerando de Freitas Borges (1987, p. 146) fez questão de reforçar as principais datas sobre Goiânia:

24 de outubro de 1933, lançamento da pedra fundamental; 17 de março de 1937, foi assinado decreto-lei que transferiu, definitivamente, para a cidade de Goiânia, a Capital do Estado de Goiás; 5 de julho de 1942 'efeméride' que marca a inauguração de Goiânia.

Para o professor, a nova capital foi um divisor de águas de duas épocas: a do atraso e a do desenvolvimento:

Foi Goiânia, como preveniu o seu Fundador, o clarim que despertou os chapadões adormecidos; a alvorada que iluminou os caminhos novos e o dínamo que sacudiu as energias de um povo antes apático. E foi o exemplo de sua construção que tornou possível a realização de um sonho também secular, da mudança da Capital da República para o coração geográfico da Pátria. (BORGES, 1987, p. 147).

Percebemos que, para o primeiro prefeito, Goiânia foi importante a ponto de encorajar e influenciar a construção de Brasília. É possível questionar se chegou a tanto; todavia, o processo de construção da cidade-capital goiana foi uma ação destacada no território. Notáveis escritos no século XX, da historiografia goiana, acabaram influenciados por esse entusiasmo do professor Venerando.

Assim como o professor Venerando, outros pioneiros de Goiânia participaram de uma ou de várias fases destes processos: assistiram a frente revolucionária adentrar a antiga Capital Goiás; presenciaram o lançamento da pedra fundamental e as primeiras edificações em Goiânia; estiveram envolvidos nos embates públicos sobre a transferência da Capital.

Certamente, os edificadores da nova cidade se espantavam com o pousar e o decolar do avião que trouxe Getúlio Vargas, em 1940, na ocasião da visita à Capital. Partindo de Goiânia, Vargas estendeu o seu passeio até a Ilha do Bananal. O Centro-Oeste foi a área privilegiada nas ações da Marcha para o Oeste.

Notadamente, a aproximação das ações entre as escalas contribuiu para que Goiás recebesse a primeira das oito Colônias Agrícolas Nacionais:

criada pelo decreto nº 6882, de 19 de fevereiro de 1941, em terras cedidas pelo Governo do Estado de Goiás pelo decreto lei nº 3704, de 4 de novembro de 1940, e regulada pelo decreto lei nº 3059, de 24 de fevereiro de 1941. (DAYRELL, 1974, p. 86).

Dada a conjuntura daquele período, somos convidados a compreender que as batalhas discursivas evidenciavam por integração do território brasileiro a partir de suas regiões e por necessidade de ruptura com o meio natural, visando a implementação do meio técnico, conforme mencionado por (SANTOS, 2013). É o que veremos a seguir.

CAPÍTULO III

PARA ALÉM DOS DISCURSOS: DO IDEALIZADO AO CONCRETAMENTE CONSTRUÍDO

3.1 CIDADE: INSTRUMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

A construção de Goiânia e a implementação da Marcha para o Oeste foram ações com claras distinções espaço-temporais. “Somente podemos separar espaço e tempo em abstração. Tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias” (SANTOS, 2009, p. 53). Nesse sentido, os imaginários ideologicamente produzidos sobre a Marcha para o Oeste e o processo de construção de Goiânia foram marcados por demandas centradas em transformações produtivas necessárias à apropriação do território³¹ do Brasil central.

A proposta de uma nova configuração territorial por meio da implementação de objetos técnicos estava relacionada à busca pelo estabelecimento de processos modernizadores, visando à superação do meio natural (SANTOS, 2013). Dessa forma, os dois eventos – a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste –, em escalas específicas, fizeram parte de um sistema de ações, com vistas à consolidação de um sistema de objetos.

Todavia, para distinguir as distintas ações inseridas neste sistema, devemos enfatizar que os objetos por eles produzidos possuem datas distintas, o que não comprometeu suas articulações. A nova capital goiana, datada de 1933, foi uma ação que visou aproximar o estado de Goiás da região Sudeste; enquanto a Marcha para o Oeste, apresentada na transição de 1937 para 1938, objetivou a apropriação do interior do país pela lógica produtiva da região Sudeste.

As evidências do processo em curso foram anunciadas no âmbito federal por Getúlio Vargas, ao visitar Goiânia: a nova cidade deveria "irradiar e garantir o futuro" (IBGE, 1942, p. 123). Pedro Ludovico, por sua vez, anunciava Goiás como "a terra

³¹ Devemos ressaltar, o conceito de território na vasta produção de Milton Santos recentemente foi analisado pelo geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2013) e esse constatou que nas últimas obras de Milton Santos “o território é utilizado como uma projeção direta da categoria espaço, daí a possibilidade de enunciação do ‘território usado’”. (MORAES, 2013, p. 102).

do futuro" (TEIXEIRA, 1973, p. 50). Nesse sentido, a nova capital foi importante no processo de anúncio do novo, incorporado por Getúlio Vargas.

No contexto das ações e objetos articulados sistemicamente, o importante era superar o meio natural e consolidar um meio técnico, nas distintas escalas expressas territorialmente: "contar a história do território, o caminho percorrido entre etapas, um transcurso que leva do meio natural ao meio técnico e ao meio técnico-científico-informacional" (SANTOS, 2005, p. 11).

Nesta perspectiva, espaço geográfico se define como sendo a união indissociável de sistemas objetos e de ações. No movimento de consolidação destes sistemas, as técnicas

indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê. Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitando períodos, e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. (SANTOS, 2005, p. 11).

Podemos, assim, vislumbrar a importância de Goiânia, pois os novos tempos e os novos espaços anunciados seriam apresentados por uma nova realidade, evidenciando a cidade como instrumento de gestão do território. Lévi-Strauss (2012) compara a cidade a uma sinfonia ou a um poema, porém, a "cidade como mais preciosa ainda por situar na confluência da natureza e do artifício". A cidade para o Antropólogo "é a um só tempo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada: a coisa humana por excelência" (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 116).

A percepção do processo modernizador, em curso, pode ser notada numa escala ampliada, quando a visão eurocêntrica passa a referenciar a realidade brasileira. Isto ocorreu quando o ilustre viajante francês analisou as novas cidades brasileiras que surgiam naquele período:

Nessas cidades de síntese do Brasil meridional, a vontade secreta e obstinada que surgia na implantação das casas, na especialização das artérias, no estilo tocante dos bairros, parecia mais significativa na medida em que contrariava, prolongando-o, o capricho que dera origem ao empreendimento. Londrina, Nova Dantzig, Rolândia e Arapongas - nascidas da decisão de um time de engenheiros e capitalistas - entravam de mansinho na concreta diversidade de uma ordem verdadeira, como Curitiba

fizera um século antes, como Goiânia o faz talvez hoje. [...] Com Goiânia, arriscou-se mais, já que de início o objetivo fora fabricar, a partir do nada, a capital. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 116).

Essas cidades, no Estado do Paraná, foram constituídas a partir de projetos particulares de colonização (grupos europeus), situadas no contexto pós-Primeira Guerra. A cidade de Nova Dantzing, por exemplo, teve início em 1925³². Em 1932, foi registrada a chegada das primeiras famílias ao núcleo urbano. Em 1937, o núcleo é elevado à categoria de distrito. Arapongas também nasceu a partir da iniciativa da mesma Companhia de Terras. O processo teve início em 1935, quando o comerciante francês René Cellot – na época, prefeito de Londrina – comprou os primeiros lotes destinados à construção de moradias. A colônia fez parte do município de Londrina até 1943, quando foi elevada à categoria de distrito, mediante a criação do município de Rolândia. Em 1945, Arapongas possuía em torno de seiscentas casas e era servida pela estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Em 1947, foi criado o município e elevado à categoria de cidade. No Brasil, as definições legais que determinavam o que era cidade, distrito e vila sofreram modificações, recebendo novas regulamentações³³ no início do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas.

³² A Companhia de Terras Norte do Paraná fez aquisição de uma área que correspondia a 14% do total do Paraná. Na década de 1940, o advento da 2ª Guerra Mundial fez com que o Governo do Estado obrigasse as cidades e as colônias de nomes relacionados com os países inimigos do Brasil, a trocarem de denominação. Nova Dantzig passou a se chamar Cambé. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410370&search=%7Ccambe>>. Acesso em: dez. 2014.

³³ O art. 15 da Constituição, de 1937, estabeleceu que caberia à União resolver definitivamente os limites do território nacional e fazer o recenseamento geral da população. Buscava-se uma uniformidade com relação à delimitação das circunscrições territoriais. As modificações faziam coro às deliberações da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Para legitimar a divisão territorial do país, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, estabeleceu: “Art. 2º. Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua; Art. 3º. A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome; Art. 4º. O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila [...]; Art. 8º. Os limites inter-distritais ou inter-municipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais [...]; Art. 10. Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação; Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias; Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias [...]; Art. 15. As designações e a discriminação de "comarca", "termo", "município" e "distrito" serão adotadas em todo o país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes, e abrangidos os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária. § 1º Ficam mantidos, para os efeitos deste artigo, os distritos de uma ou de outra ordem, já instalados, que, em virtude de disposição constitucional, houverem sido criados por atos municipais [...]; Art. 18. Os governos dos Estados, por decretos baixados até 31 de março de 1938, publicarão a relação das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas ao tempo desta lei, feitas as alterações de classificação e toponímia, bem como de categoria das sedes decorrentes dos critérios na mesma fixados, e de acordo com o modelo geral que o Conselho

Na Ilustração 1, podemos observar Arapongas: as pessoas diante de casas comerciais, os estilos das edificações, o traçado das ruas, a presença da floresta ao longo das habitações e a marca do desmatamento. Naquele momento, os principais empreendedores e os colonos que deslocaram para o Paraná eram europeus.

Tratou-se de um momento em que os países europeus assolados pela crise econômica incentivavam a emigração para o Brasil. No período entre Guerras³⁴, devido às perseguições desencadeadas pelos governos autoritários, a emigração para o Brasil foi intensificada.

Ilustração 1 - Arapongas: povoamento na década de 1940³⁵.



Fonte: Portal da cidade de Arapongas. Disponível em: <http://www.arapongas.pr.gov.br/2_galeria_cidade-de-arapongas>. Acesso em: dez. 2014.

As novas cidades surgidas no Paraná foram destacadas por Lévi-Strauss (2012) como “nascidas de um time de capitalistas e engenheiros”. O Antropólogo

Nacional de Estatística formulará [...]. Fonte: Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/3/1938, Página 4249 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: dez. 2014.

³⁴ A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) envolveu diretamente somente países europeus. Mas a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), além dos países europeus, outras escalas como o Brasil enviaram tropas para combater em solo europeu.

³⁵ A partir da historicidade apresentada no texto sobre a cidade de Arapongas podemos deduzir que essa paisagem seja do início do povoamento.

comparou o processo engendrado com a nova cidade-capital de Goiás. Este foi o contexto em que foram realizadas as severas observações sobre a paisagem, em que se destacou a ausência de outros objetos técnicos. Ele ainda reivindicou uma ferrovia com vistas à articulação da cidade com pontos estratégicos:

Planalto coberto unicamente de capim duro e de arbustos espinhentos como se tivesse sido atacado por um flagelo destruidor de toda a fauna e inimigo da vegetação. Nenhuma via férrea, nenhuma estrada para ir até lá, a não ser caminhos que só serviam para carroça. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 117).

Entretanto, elogiou o traçado urbano da nova capital denominando-a de “cidade pioneira”, sendo este o ponto de maior semelhança entre as cidades analisadas.

O ilustre viajante certamente considerava as novas cidades como objetos importantes frente ao processo modernizador. Neste contexto, a antiga capital de Goiás, mesmo apresentando destacada relevância histórica com relação ao passado aurífero, certamente não correspondia as demandas do novo tempo e da nova realidade almejada pelo processo em curso. Lévi-Strauss (2012, p. 117) não poupou a antiga capital de Goiás de uma crítica desoladora:

Num sítio verdejante dominado pelo perfil caprichoso dos morros empenachados de palmeiras, ruas de casas térreas desciam pelas encostas entre as hortas e as praças onde os cavalos pastavam diante das igrejas de janelas ornamentadas, metade granjas, metade asas com campanário. Colunatas, estuques, frontões sempre recém-pincelados com um reboco espumoso como clara de ovo e colorido de creme, ocre, azul ou rosa. Lembravam o estilo barroco das pastorais ibéricas. Um rio corria por entre margens limosas, que[...] invadiam as residências abandonadas; [...] fachadas deterioradas[...] Não sei se devemos deplorar o absurdo ou nos alegrarmos com ele: o governo decidira esquecer Goiás, seus campos, suas ladeiras e sua graça antiquada. Tudo era pequeno demais, velho demais. Precisava-se de uma tábua rasa para fundar o gigantesco empreendimento com que se sonhava.

As considerações do Antropólogo são importantes, pois anunciam as intenções relativas à modernização produtiva em áreas do Cerrado, apresentando a importância das novas cidades diante do processo em execução. Devemos ressaltar a busca pela superação do meio natural como exigência para o avanço da modernização por sobre o território goiano.

Para tratar dos processos de integração e modernização – superação do meio natural pelo meio técnico – adotamos a perspectiva teórico-metodológica de Milton Santos (2009).

3.2 PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO: DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO

Para entender o processo de produção social do espaço, a periodização é um recurso essencial. Períodos são “pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo” (SANTOS, 2005, p. 24). Nessa perspectiva, um novo período é definido a partir da falência da organização que assegurava uma reprodução ordenada, que passa a ser açoitada por uma evolução mais brutal de diversos fatores, que desmantelam a harmonia do conjunto.

Santos (2011) evidenciou três grandes periodizações, com relação à história do território brasileiro: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Ele observou que essa história é “a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões” (SANTOS, 2011, p. 21). Antes de ressaltarmos esses três momentos, apresentamos um resumo de outras periodizações com abordagens de economistas e de historiadores, focados na industrialização do Brasil, de acordo com o autor:

Mircea Buescu (1985) delimitou quatro períodos para descrever os surtos industriais no Brasil. Destacamos dois períodos: entre 1920-1929, caracterizado por capacidade de importar, pela entrada de capitais estrangeiros e pela reduzida atividade investidora do governo; e o período entre 1933-1939, marcado pela retração do comércio internacional, momento em que o governo fomenta por meio do crédito especializado;

Argemiro Jacob Brum (1982) delimitou três fases para a compreensão do Brasil. Destaque para a segunda fase, entre 1930 e 1964: marcada pela tentativa de construção de um desenvolvimento nacional e autônomo, baseada na industrialização via substituição de importações.

Caio Prado Jr, em 1945, ofereceu oito momentos para entender a história do Brasil. Destacamos dois momentos (1889-1930), caracterizados pela industrialização, o imperialismo e a crise de um sistema a partir de 1930. Para Santos (2011, p. 23), essa periodização é “uma das mais frutuosas, do ponto de vista da história do território”.

Os estudos de Celso Furtado (1959), em *Formação Econômica do Brasil*, distinguem cinco etapas da história do Brasil. Destaque para economia de transição para um sistema industrial (século XX), com a crise do café e o deslocamento de centro dinâmico, cuja tendência foi para o Sudeste do país.

Os estudos de Florestan Fernandes (1974) ressaltam três fases na história do Brasil. Destacamos a fase correspondente ao último quartel do século XIX até a década de 1950, caracterizada pela consolidação e disseminação do capitalismo competitivo, compreendendo tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial.

Essas sínteses sobre as variadas maneiras de contar a história do território brasileiro indicam que as análises, principalmente aquelas referentes até meados do século XX – por nós destacadas – são reveladoras de múltiplas intenções, exibindo interfaces amplas entre as escalas das ações. Santos (2005, p. 24) adverte que “um elemento não pode evoluir isoladamente, nem é capaz de se transformar sem arrastar os demais no seu movimento”.

Ressaltamos a importância dessas análises e destacamos algumas noções conceituais que indicam a complexidade dos acontecimentos que envolviam o Brasil naquele momento: crises financeiras e de produção, retração, deslocamentos, competitividade, industrialização, mercado internacional, capital estrangeiro, crédito especializado, planejamento econômico e substituição de importações. Podemos ainda acrescentar a esse rol, as noções de progresso, integração e modernização.

Neste contexto, o processo de construção de Goiânia e os discursos de Marcha para o Oeste ocorreram na primeira metade do século XX, quando uma nova dimensão da realidade estava sendo produzida no território brasileiro, caracterizada por inovações que podem ser melhor compreendidas se analisadas:

Ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, *grosso modo*, ser identificados: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional. (SANTOS, 2011, p, 24).

Podemos sintetizar esses períodos: o primeiro é marcado pelos “tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus” (SANTOS, 2011, p. 25). A unidade era dada pela natureza e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais.

A segunda grande fase é a dos “diversos meios técnicos”, visando atenuar o império da natureza: “as técnicas pré-máquina, e, depois, as técnicas da máquina (apenas na produção)”. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território: ferrovias, portos, telégrafos (meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciente); e primórdios da urbanização interior. A maneira parcial como esses meios foram sendo incorporados no território brasileiro foi denominada conjunto de “ilhas” (SANTOS, 2011, p. 25). No pós II guerra sobrevém a integração nacional: estradas de rodagem, continuação do estabelecimento das ferrovias e uma nova industrialização: ocorreu uma integração do território e do mercado, com hegemonia paulista.

O terceiro grande período caracterizou-se pela difusão do meio técnico-científico-informacional, sobretudo a partir de 1970, com as telecomunicações. Nesse período, o meio técnico realmente foi difundido pelo Brasil. A informação e as finanças passam a distinguir os lugares. Nessa fase, a hegemonia paulista é ampliada; assim como a “ocupação de áreas periféricas com produções modernas” (SANTOS, 2011, p. 26).

Para Santos (2011, p. 28), a presença humana atribui valor às coisas e toda ação supõe uma técnica. Lentamente, as formas de fazer instrumentos de trabalho vão sobrepondo-se às leis naturais. “A produção em cada lugar é o motor do processo, porque transforma as relações do todo e cria novas vinculações entre as áreas”. A invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organização complexas permitiram outros usos do território:

Prolongamento não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses. O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado – arquipélago mecanizado. (SANTOS, 2011, p. 28).

As ferrovias e as rodovias se juntaram ao portos e às usinas de eletricidade para completar as bases para uma integração do mercado e do território.

Esses objetos permitiram a constituição dos primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro. Porém, ainda bastante circunscrito às áreas litorâneas, onde se constituíam as maiores cidades de uma economia de produção voltada para o estrangeiro, conforme evidenciado por Santos (2011). Ele acrescentou que em enormes pedaços do território impunha-se o meio natural, com significativos estorvos à exploração e à posse. Assim, a produção e o comércio de variados

produtos direcionados aos portos encontravam transporte e caminhos ineficientes. As cidades “formavam verdadeiros circuitos interiores – ainda não havia uma integração, herança da colonização. Exceção apenas para Belo Horizonte, Goiânia, Aracaju” (SANTOS, 2011, p. 32).

Uma fase de transição entre a herança colonial e a efetiva integração nacional inicia-se no século XX, na década de 1940. Aquele momento foi marcado pelo estabelecimento de uma rede brasileira de cidades, bem como pelo começo de uma integração nacional sob a égide da hegemonia de São Paulo. Esboçava-se um mercado territorial localizado no Centro-Sul e o aumento da população global do Brasil. Santos (2011, p. 34) esclareceu:

O aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiu às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional, enquanto a navegação, muito mais importante para o exterior, apenas ensejava um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, assim como entre os portos de importância. **Rompia-se, desse modo, a regência do tempo ‘natural’** para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada. (**grifo nosso**).

É no contexto dessa busca por um rompimento com o meio natural que situamos as construções de Goiânia e a Marcha para o Oeste. As iniciativas vinculadas à execução destes projetos deveriam propiciar uma modernização nas relações produtoras do território do Brasil Central.

Para Estevam (2004, p. 125),

a construção de Goiânia, o projeto de colonização, o movimento migratório, a infra-estrutura dos transportes e a implementação de Brasília fortaleceram o grau de articulação da região como o centro dinâmico do país. Essas mudanças abriram caminhos para concretizar a integração de Goiás ao comércio nacional de mercadorias.

Os discursos de Marcha para o Oeste, propalados por Getúlio Vargas, a partir de 1938, mediante governo ditatorial, animaram e reforçaram essa integração do território, intencionando:

ampliação das fronteiras econômicas, através da ocupação de novas terras férteis, significou a viabilização de uma política de interiorização, caracterizada pela ocupação de novas áreas com o objetivo de aliviar as tensões sociais. Ao mesmo tempo, definiu-se uma política de integração

nacional: a Marcha para o Oeste foi lançada [...], com a proposta de colonizar as terras da Região Centro-Oeste até a Amazônia. Nesse momento, ficou estabelecida uma relação entre movimento das bandeiras, idealizada por Cassiano Ricardo, e o Estado Novo. (PEREIRA, 2002, p. 30).

Goiânia já se apresentava oficialmente como a capital de Goiás, quando o Estado Nacional foi instaurado. A nova cidade estabeleceu um conjunto de objetos técnicos modernizadores das relações territorializadas.

3.3 PROCESSOS MODERNIZADORES PROPONDO NOVA REALIDADE NO ESPAÇO

Os discursos de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, em escalas diferentes, propunham ações que abririam caminhos para a modernização produtiva. Como apresentamos em um momento anterior, no século XIX, Presidentes da Província de Goiás haviam se manifestado sobre a necessidade de mudar a capital de Goiás, inclusive, Couto Magalhães. A preocupação do General estava relacionada com o escoamento da produção: sabe-se ele foi responsável pela exportação de couro cru para a Inglaterra. Podemos observar que, passadas sete décadas entre a presença do General à frente da Província de Goiás (1863-1864) e o início da construção de Goiânia (em 1933), as razões promotoras da mudança da capital foram alteradas.

Nas primeiras décadas do século XX, o contexto estava relacionado com a Primeira Guerra Mundial: reconstrução dos países e produção de alimentos. No âmbito nacional, o contexto requeria a integração dos sertões com o litoral e modernizações das relações produtivas, bem como alterações no comando da política. No âmbito estadual, segmentos goianos buscavam romper com o isolamento econômico em relação aos principais centros produtores do país. Na realidade, havia uma expressiva dificuldade de deslocamento de pessoas e mercadorias mesmo no interior de Goiás, conforme atestam vários registros de viajantes. Essa dificuldade local era um problema que se prolongava desde os tempos da administração colonial, perpassando o Império e avançando pela República. Vamos nos ater um pouco mais a esse problema da escala estadual.

Com relação à perpetuação do cenário de isolamento, vários presidentes da Província, desde 1832, já haviam destacado que a solução para desenvolver Goiás era mudar a capital e aproveitar melhor o rio Araguaia para a navegação. O próprio

Couto de Magalhães, que presidiu quatro províncias³⁶ até a Proclamação da República (1889), dizia que, para os goianos, “o futuro é grandioso com a navegação do Araguaia; sem ela, tudo é raquítico e mesquinho, como tem sido até o presente” (MAGALHÃES, 2008, p. 46). Ele ressaltou, também, a necessidade de ampliar o transporte dentro da província, inclusive, desejava ligar a navegação do Araguaia aos trilhos que, na época, chegaram a Uberaba e foram até Araguari, em 1896. Em seu relato, Couto Magalhães (idem) destacou: “minha opinião, com respeito a essa navegação, é que ela nunca será coisa regular enquanto a estrada de ferro da Companhia Mogyana não chegar às águas do Araguaia”.

No auge da navegação a vapor no rio Araguaia (1868-1888), implementada por Couto Magalhães, uma viagem de Leopoldina (atual Aruanã) à Belém (capital do Pará) durava, em média, seis meses. Esse cenário não foi alterado com o advento da República.

Nas primeiras décadas do século XX, quem estivesse no norte de Goiás e desejasse ir para o sul do estado, muitas vezes tinha que se dirigir ao extremo norte do país, passando pela costa nordestina, Vitória (ES), Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais até adentrar ao sul de Goiás. Nesse período, uma comitiva³⁷ do Estado de Goiás escolheu esse trajeto litorâneo para o retorno à capital do Estado. Essa comitiva esteve prestando serviços no norte de Goiás e durante o percurso de

³⁶ A Primeira Província que o Brigadeiro José Vieira do Couto Magalhães presidiu, aos 24 anos de idade, foi Goiás, sendo o 16º Presidente, entre 8 de novembro de 1863 e 5 de abril de 1864. Na sequência, foi o 31º Presidente da Província do Pará, entre 2 de junho de 1864 e 28 de junho de 1866. Depois foi o 19º Presidente da Província Mato Grosso, entre 22 de setembro de 1866 e 17 de setembro de 1868 e, por fim, quando a República foi proclamada, Couto era o 53º Presidente da Província de São Paulo, entre 10 de junho de 1889 e 15 de novembro de 1889 (JORGE, 1970, p. 123-125).

³⁷ Essa comitiva foi formada pelo Estado de Goiás e comandada pela Secretaria de Segurança Pública, para proceder inquérito de apuração de fatos ocorridos na vila de São José do Duro, atual Dianópolis (hoje, Estado de Tocantins). A comitiva partiu da Cidade de Goiás no dia 30 de julho de 1918 e chegou a São José do Duro no dia 4 de outubro do mesmo ano. O retorno de parte dessa comitiva teve início no dia 1º de janeiro de 1919, preferindo passar pelo litoral brasileiro. Sabe-se que do delineamento da ação dessa comitiva no norte de Goiás, ocasionaram acontecimentos que sacudiram o País, com denúncia de massacre e uma verdadeira guerra em São José do Duro. Esse massacre constituiu um dos fatos mais marcantes na história de Goiás, inclusive na época, causou grande repercussão na capital federal (Rio de Janeiro). Esse fato serviu de inspiração para dois romances: O tronco, publicado em 1956, do aclamado escritor goiano Bernardo Élis. O outro romance de Osvaldo Rodrigues Póvoa, intitulado Quinta-feira sangrenta, publicado em 2002. O escrivão Guilherme F. Coelho (primo de Pedro Ludovico) participou dessa comitiva. Em 1937, publicou na cidade de Goiás: *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*, relatando sua percepção sobre essa ação policial, bem como, anotando aspectos sobre a trajetória percorrida pela comitiva. Salientamos a utilização dessa publicação como fonte, por apresentar várias narrativas sobre os aspectos do meio natural e dos objetos que compunham a configuração territorial de Goiás, entre 1918 e 1919.

ida, por terra, gastou mais de dois meses para “percorrer 906 quilômetros”³⁸, entre a capital de Goiás até a vila São José do Duro (hoje Tocantins). No Mapa 3 podemos observar o itinerário de ida da comitiva, que partiu da Cidade de Goiás[1], passou por Curralinho (Itaberaí)[2], Jaraguá[3], Corumbá, São José do Tocantins (Niquelândia)[4], Cavalcante[5], Morro do Chapéu (Monte Alegre de Goiás)[6], Arraias[7], Conceição do Norte (Conceição do Tocantins)[8] e finalmente chegou a São José do Duro (Dianópolis)[9].

Mapa 3 - Itinerário da comitiva do Estado de Goiás, 1918.

³⁸ É importante destacar que, a distância anotada pelo escrivão Guilherme F. Coelho - participante da comitiva - levou em conta os caminhos percorridos e disponíveis na época da viagem, em 1918.

comitiva era composta por pessoas da capital do Estado: Juiz, promotor e seus auxiliares. O escrivão Guilherme F. Coelho, participante da comitiva, quando se referia às distâncias, apontava sempre as outras localidades como longínquas, jamais a Cidade de Goiás.

Contudo, mesmo com o silêncio dos integrantes da comitiva, os embates sobre a transferência da capital goiana se faziam presentes. A nova capital representava o delineamento de ações que visavam romper com o meio natural e implementar o meio técnico: ela traria objetos necessários a uma nova configuração territorial. Para Santos (2009, p. 64),

Há quem distinga os objetos das coisas, estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho.

A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações, no dizer de Santos (2009), são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo, desde a produção de mercadoria à produção simbólica. A relação entre configuração territorial, paisagem e o espaço são evidenciados pela:

configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. [...] a paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. [...] o Espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. (SANTOS, 2014, p. 84-85).

Sabemos que as cidades são objetos humanos por excelência. Na avaliação de Coelho (2008, p. 55), as cidades “que se erguem no sertão têm seu histórico interessantíssimo”. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações.

Nesse sentido, destacamos cinco cidades goianas que antecederam o lançamento da pedra fundamental de Goiânia, para averiguar a presença de objetos modernos que possam distinguir como pertencentes ao processo modernizador em curso. As cinco cidades³⁹: Itaberaí, Jaraguá, Niquelândia, Porto Nacional e Boa Vista

³⁹ Os objetos identificados nessas cidades, por volta de 1918, devem-se aos relatos publicados em 1937, pelo escrivão Guilherme F. Coelho – que percorreu essas cidades entre 1918 e 1919. Ele afirmou que essas cidades estavam entre as mais “desenvolvidas e adiantadas” de Goiás.

do Tocantins foram destacadas por serem consideradas “prósperas” no cenário centro-norte goiano⁴⁰.

A cidade de Itaberaí, por volta de 1918, era “uma das mais prósperas e adiantadas do Estado” (COELHO, 2008, p. 56). Foi rota da Estrada Geral do Sertão⁴¹ e, com o advento do automóvel, a construção da primeira “estrada de auto de classe” ligava a capital de Goiás a Itaberaí. A cidade era composta por um “par de edificações novas e elegantes, a velha iluminação de acetileno foi substituída pela elétrica. [...], tem duas grandes praças, diversas ruas, com trezentas casas presumidamente” (COELHO, 2008, p. 55). A cidade também contava com cinema falado.

Ao contrário de outras cidades goianas, Itaberaí não surgiu a partir da mineração, mas da edificação de uma igreja. Por volta de 1840, foi elevada à categoria de freguesia. Em 1868, foi convertida em vila e, em 1903, foi elevada a categoria de cidade. Em 1924 passou a se chamar Itaberaí. A observação das formas possibilitam imaginar as dimensões da cidade. O números de objetos apresentados são pequenos, todavia, a existência da estrada de rodagem de classe (COELHO, 2008) e a energia elétrica caracterizam a presença de objetos modernizadores.

⁴⁰ Os Presidentes da Província de Goiás quando idealizavam outro local para sediar a nova capital, o norte de Goiás praticamente não era cogitado, pois, argumentavam que o Centro-sul do Estado era bem dinâmico, pela proximidade com o sudeste brasileiro. Acusação essa, que inclusive recaiu sobre Pedro Ludovico. No início do século XX, o Estado de Goiás ainda não havia sido desmembrado e formado o Estado do Tocantins. Uma das razões deste estudo, ao privilegiar cinco cidades da região Centro-norte, sugere que, o Sul de Goiás é relativamente mais estudado se comprado com o Norte, principalmente após a Constituição de 1988 que, oficializou a criação do Estado de Tocantins. Este por sua vez, passou a pertencer ao norte do país, retirando a convenção de pertencimento ao Centro-Oeste brasileiro.

⁴¹ A Estrada Colonial ou Estrada Geral do Sertão foi aberta em 1736, por ordem do rei de Portugal. Seu traçado percorria três mil quilômetros pelos chapadões (região que vai de Mato Grosso, passando por Goiás, ao Oeste da Bahia). Seu início, no extremo oeste do País, ficava às margens do Rio Guaporé, onde mais tarde, em 1752, foi fundada Vila Bela da Santíssima Trindade, e o final no Oceano Atlântico, em Salvador, Bahia. Em Goiás, o trajeto passava pelas povoações mais estabelecidas: Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Pilar e Cavalcante. Mais tarde foram incluídas também Santa Luzia (Luziânia), Traíras, Arraias e Natividade, atravessando todo o planalto central (onde hoje está localizada Brasília). Além do ouro, a Estrada Geral era o meio utilizado pelas comunicações oficiais, trânsito de mantimentos e gêneros fundamentais, e viagens até a capital da colônia à época, Salvador. Essa estrada vinha de Vila Bela, na divisa com a Bolívia e passava por Cuiabá e Vila Boa. Pirenópolis (Meia Ponte) era o centro de convergência das estradas que iam para o Norte (Cavalcante, Arraias, Natividade); para a Bahia, através de Formoso, em Minas, passando por Planaltina e Formosa; para o Rio de Janeiro, passando por Luziânia e Paracatu; e para São Paulo, passando por Silvânia, Santa Cruz e Catalão. O mapa mostra que a situação é muito semelhante à das rodovias radiais que convergem para Brasília. Fonte: A Engenharia em Goiás. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiânia: CREA-GO, 2012. Disponível em: < <http://www.crea-go.org.br/site/arquivos/uploads/livro.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

A cidade de Jaraguá tem origem na mineração. Conta-se que por volta de 1731, Manoel Rodrigues Thomaz descobriu o ribeiro aurífero de Jaraguá, que pouco depois foi abandonado. Todavia, alguns negros fugidos descobriram-no e foram apanhados extraindo ouro, ilegalmente. No local, formou-se um pequeno Arraial. No século seguinte, “em 5 de julho de 1833, foi criada a paróquia e elevada à condição de Vila” (COELHO, 2008, p. 59). No início do século XX, Jaraguá também era considerada uma cidade “próspera” (COELHO, 2008), sobressaía com relação às coisas:

distante da capital 108 quilômetros. [...] os rios, nas suas imediações, têm a capacidade para abastecerem uma cidade de milhares de habitantes e movimentar usinas elétricas possantes, [...] várias espécies de peixe, dentre as quais as célebres traíras, e nas matas e campos habitam animais de caça, em profusão, [...] ótima pastagem em que predomina a rica gramínea a que deu seu nome, [...] achando-se situado na notável zona denominada Mato-Grosso. (COELHO, 2008, p. 60).

Com relação aos objetos, Jaraguá:

destacam-se ruas mal alinhadas, [...] administradores vêm debelando, construindo ruas espaçosas e macadamizadas, com passeios cimentados e lajeados. Existem várias praças. Animação comercial, muito em breve terá sua iluminação elétrica. [...] dispõe de ótimo edifício para o Grupo Escolar, de um mercado público, cinema e outros e um cemitério regularmente construído e situado campo de football. [...] a indústria pastoril, a cultura do fumo e cereais constituem sua principal fonte de riqueza. [...] a sociedade jaraguense em nada se inferioriza às mais cultas que se possa imaginar. [...] o município é vazado por regulares estradas. (COELHO, 2008, p. 59-61).

Para Santos (2009, p. 40), “os objetos técnicos têm de ser estudados juntamente com o seu entorno. De tal modo, podemos afirmar que cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente”.

A vila de São José do Tocantins (atual Niquelândia), no início do século XX, apresentava uma paisagem composta por: casa comercial e pensão, além de uma estação telegráfica, “a última existente dali até a vila de São José do Duro” (COELHO, 2008, p. 68). Com relação aos objetos, o destaque para o telégrafo.

A história de Niquelândia é caracterizada pela presença de minérios: “a maior e mais rica mina de níquel do mundo” (COELHO, 2008, p. 68). A presença de jazidas com enorme potencial de minério de níquel atraiu, naquele período, a atenção de empresas estrangeiras. Em 1919, o Laboratório do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, atestou a enorme quantidade do minério e, em 1935, estudos

realizados sobre o níquel do Brasil, pelo Ministério da Agricultura, também confirmaram, além da quantidade, a qualidade expressiva de níquel nas jazidas de Niquelândia.

Na publicação: *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*, de 1937, Guilherme F. Coelho analisou os dados técnicos desses relatórios e lamentou: “dormem, em todo o Setentrião⁴², múltiplos fatores de seu engrandecimento; dormem, também, as consciências dos nossos homens públicos [...], esquecidos dessas possibilidades” (COELHO, 2008, p. 71). Notamos que, na escala internacional⁴³, naquele período, os minérios eram desejados e muito valorizados, sendo causa de disputas territoriais entre os países. Certamente, esse contexto ampliava as razões para reclamações sobre a condução política adotada no Brasil. Era uma riqueza brasileira pouco aproveitada.

Conforme evidenciamos no capítulo II, quando Getúlio Vargas propalou o “Estado Nacional”, no final de 1937, já havia sete anos que estava à frente do executivo federal. Com a instauração da ditadura, Vargas permaneceu por mais oito anos na presidência do Brasil. Ressaltamos, ele (re)pousou em Goiânia em 1940. Na ocasião realizou discursos destacando as “potencialidades do sertão”. Presumidamente, intencionava aproveitar as riquezas minerais do País. Naquele momento, a Segunda Guerra Mundial “ecoava no teatro europeu” (BERTRAN, 2004, p. 63).

A quarta cidade goiana que destacamos devido a existência de “objetos modernos” antes da construção de Goiânia é Porto Nacional: “sita a novecentos quilômetros do norte da capital, ela é a Princesa do Sertão Nortense” (COELHO, 2008, p. 96). Banhada pelo Rio Tocantins, presidia ao movimento político, comercial, religioso da região, tendo, por vizinhança, os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. Porto Nacional é “um dos pontos mais esperançosos do Norte do Estado de Goiás” (COELHO, 2008, p. 97): foi elevada à cidade em 1835 (Porto Imperial) e após a Proclamação da República passou a se chamar Porto Nacional. Alguns objetos e coisas que compunham a configuração territorial de Porto Nacional:

uma das mais adiantadas sob todos os pontos de vista[...] conta com uma população superior a 1.500 habitantes, repartidos em mais de quatrocentas

⁴² Designação, na época, para o Norte do Estado de Goiás.

⁴³ Devemos ressaltar que, na escala internacional, a Primeira Guerra Mundial foi motivada por disputas imperialistas: além do mercado consumidor, o que estava em jogo eram as valiosas matérias primas, com destaque para os minérios.

casas. As ruas são direitas, largas e arejadas[...] o majestoso Rio Tocantins, que lhe oferece o mais esplêndido panorama. A cidade, por sua vez, é dominada por um grandioso monumento, que há pouco no Estado. O clima é quente, mas sadio. O solo é dos mais ricos[...] depende de seu progresso tão somente de regular navegação do grande rio. Quanto à instrução, essa cidade tem suas glórias. Uma Escola normal, Grupo Escolar e o Seminário São José[...] tem imprensa, mensageira dos fatos[...], orientadora e petitoria. (COELHO, 2008, p. 98).

Por último, ressaltamos a cidade Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis), situada no extremo norte de Goiás. Está localizada à margem do Rio Tocantins, “além da capital 1.797 quilômetros”.⁴⁴ Era considerada Vila desde 1834 e foi elevada à categoria de cidade em 1874. No ano de 1919, a cidade era composta:

por mais de trezentas casas, igreja, escolas e telégrafo nacional. É sede da comarca de igual nome, com iluminação elétrica, contanto o município com 35 mil almas, disseminadas pelos inúmeros distritos. Cria muito gado e tem bem desenvolvida a lavoura. (COELHO, 2008, p. 105).

Destaque para a presença do telégrafo e iluminação elétrica.

As cinco cidades goianas analisadas foram criadas na época imperial e estão localizadas em pontos diferentes do Estado, designadas por (COELHO, 2008), entre as cidades mais “desenvolvidas e adiantadas” de Goiás, na segunda década do século XX. A partir da observação atenta sobre as especificidades dos objetos encontrados, podemos inferir que as cidades goianas possuíam alguns e poucos objetos técnicos (SANTOS, 2013), condizentes com o processo modernizador em curso. Destaque para a presença do telégrafo. A energia elétrica, os automóveis, as estradas de rodagem de classe eram objetos poucos notáveis. Contudo, a existência desses objetos ainda não compunham uma integração sistêmica, no sentido explicitado por Santos (2009).

Pressupomos que os objetos técnicos: telégrafo, energia elétrica, estradas de rodagem de classe; ferrovias, automóveis e, principalmente, as novas cidades planejadas, simbolizavam a modernidade e anunciavam o processo de modernização. Se realmente admitimos que esses objetos técnicos eram os anunciadores da modernização, então, para a realidade goiana, eles apenas começavam a ser delineados.

44. Conforme destacamos anteriormente, essas distâncias foram calculadas pelo escrivão Guilherme F. Coelho, em 1918, considerando as especificidades das viagens da época.

Os trilhos da ferrovia mal adentravam o estado, os automóveis eram raríssimos e as cidades novas, em Goiás, sequer existiam. Todas, sem exceções, datadas da época imperial ou vilas coloniais. Para Santos (2014, p. 71),

A marcha do mais natural ao mais artificial leva a que tenhamos mais e mais instrumentos de trabalho fixos e cada vez o domínio das técnicas se impõe. Há uma relação entre os instrumentos de trabalho (objetos dos mais diversos tamanhos, que o homem cria para poder produzir) e a paisagem.

Devemos ressaltar que,

Em nenhum caso a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço. (SANTOS, 2009, p. 39).

Nesta perspectiva, a modernização das relações de produção, em áreas de Cerrado, deve ser notada pelas sucessivas transformações técnicas, voltadas para um aumento na produtividade de mercadorias destinadas a um consumo em diversas partes do país e do mundo.

3.4 AS FERROVIAS E OS AUTOMÓVEIS COMO OBJETOS TÉCNICOS FUNDAMENTAIS

Para tratar do processo modernizador em Goiás, consideramos dois objetos técnicos importantíssimos: a ferrovia e as estradas de rodagem. Ambos reforçavam as intencionalidades com relação à construção de Goiânia e à implementação dos discursos de Marcha para o Oeste.

Para Santos (2009, p. 216),

Um objeto técnico nasce porque uma série de operações intelectuais, técnicas, materiais, sociais e políticas convergem para a sua produção. O objeto técnico se insere num sistema mais amplo, o sistema de objetos. Um aeroporto, uma estação de estrada de ferro[...], são bons exemplos.

Complementa o autor: “cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistemicamente[...]. Os portos, a rede rodoviária e, sobretudo, a rede ferroviária são exemplos de objetos complexos e sistêmicos” (SANTOS, 2009, p. 219). É o que veremos a seguir.

3.4.1 A ferrovia

A ferrovia viabilizaria o avanço da fronteira econômica nacional rumo às terras goianas. Os agentes hegemônicos buscavam estabelecer uma eficiente relação entre objetos. Santos (2009, p. 220) pondera:

No começo da história humana, o homem criava objetos (de trabalho) carregados de intencionalidade. Mas esta abrigava uma instrumentalidade múltipla, uma reversibilidade nos objetos [...]. À medida que as trocas se intensificam, as técnicas se desenvolvem para que um grupo se imponha no comércio [...]. Hoje, os objetos técnicos são originariamente criados para comunicar [...], sua energia é a comunicação. Antes, as coisas e os objetos se davam como conjuntos localizados. Eram coleções e não propriamente sistemas [...], a cada dia que passa, eles vão se tornando objetos técnicos.

A rede ferroviária era importante para a conexão de Goiás com outros espaços do país, especialmente com o sudeste brasileiro. Com a Proclamação da República, o Governo Provisório, em 1890, baixou decreto oficializando concessões de vários trechos de ferrovia mediante minucioso plano para implementar um sistema ferroviário, inclusive, com possibilidades intermodal com a navegação (Mapa 4). O Plano de 1890, expressava:

estreitar laços de relações políticas e comerciais dos diferentes Estados do Brasil entre si e com a Capital Federal; é conveniente abrir as riquíssimas zonas de Goiás e Mato Grosso ao comércio e à indústria, trazendo-as ao convívio do progresso e alargando o campo de fecunda imigração [...]; as grandes linhas de comunicação norte-sul e leste-oeste aproveitam as vias fluviais [...]. (CENTRO-OESTE BRASIL, s/d).

A partir desse Plano Geral para o Brasil, destacamos as concessões sintetizando os trechos relacionados diretamente a Goiás (ibdem):

Santos - Planalto Central: a Morgiana prolongaria estrada até Catalão;

Planalto Central - fronteira Bolívia: partindo de Catalão passaria pela Capital de Goiás em direção a Cuiabá e Cárceres, indo ao rio Guaporé, servindo à navegação do Araguaia e do rio das Mortes;

Angra dos Reis - Planalto Central: a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas chegaria a Catalão;

Planalto Central - navegação do Tocantins: uma estrada partindo de Catalão, indo até Palma (atual Paranã-TO); ou o ponto inicial mais conveniente da navegação do rio Maranhão;

Estrada de Ferro Tocantins - partindo de Patos ou Alcobaça (hoje Tucuruí) às margens do rio Tocantins até a Praia da Rainha às margens do mesmo rio; duas linhas de navegação a vapor no rio Tocantins: de Belém até Alcobaça e da Praia da Rainha até Palma (Paraná). Uma linha de navegação no rio Araguaia e das Mortes em todo o trajeto navegável, podendo estender aos afluentes destes rios, bem como aos do Tocantins.

Mapa 4 - Plano ferroviário da comissão de 1890.



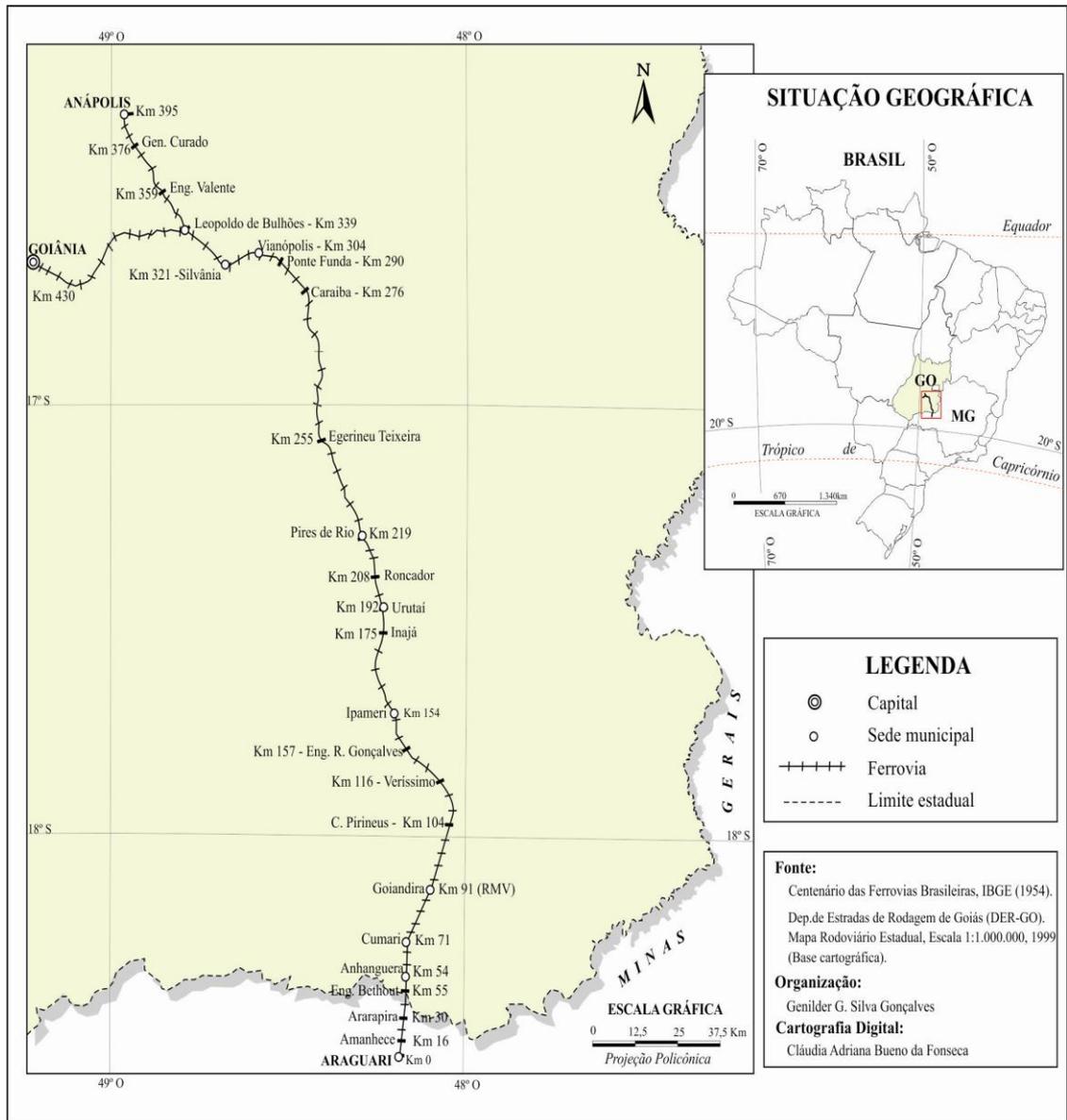
Fonte: Centro-Oeste Brasil (s/d).

Podemos observar que Catalão seria o maior entroncamento ferroviário do Brasil, interligando os portos do Rio de Janeiro, de Santos, Belém e ao trecho navegável do Rio Guaporé, no extremo oeste brasileiro. No entanto, a linha de vapores no Araguaia/Tocantins e sua intermodalidade ferroviária não chegaram a funcionar, o pequeno trecho de ferrovia construído no Pará foi desativado por inviabilidade econômica e depois submerso pelo lago da represa de Tucuruí. A linha de Catalão, em direção ao norte, nunca saiu do papel. A Mogiana chegou a Araguari em 1896 e parou.

O direito da Companhia Mogiana caducou. Para dar prosseguimento às obras, um novo contrato foi estabelecido com a Estrada de Ferro Alto Tocantins que, em 1906, passou a se denominar Companhia Estrada de Ferro de Goiás. Com a nova concessão a ferrovia sairia de Araguari-MG e iria até Leopoldina (Aruanã-GO), passando pela cidade de Goiás, na época, capital do Estado. O contrato foi assinado em 1907 e as obras começaram em dezembro de 1909, chegando ao Rio Paranaíba, em setembro de 1911. Após a construção de uma ponte de quase 300 metros, inaugurada em 1912, o trecho de Anhanguera a Catalão ficou pronto em 1913, com as estações intermediárias de Cumari e Goiandira.

O advento dos trilhos em terras goianas encheram as pessoas de esperança, pois estas percebiam novas possibilidades. Os moradores da antiga capital estavam entre os mais entusiasmados. Eles desejavam a chegada dos trilhos nas terras da Vila Boa. Porém, por volta de 1918, notavam os embaraços e a demora nos avanços dos trilhos: “vem vindo com a marcha lateral do caranguejo, deslocando-se para os lados e jamais para frente” (COELHO, 2008, p. 43). O atraso das obras fez com que parte da população da antiga capital se ressentisse. Eles lamentavam: “difícilima era mesmo a viagem[...] quando as estradas existentes, feitas sem nenhuma técnica [...], falta de regulares hotéis nas cidades e vilas” (COELHO, 2008, p. 44). Esses ressentimentos eram reforçados por constantes interrupções nas obras de construção da ferrovia em Goiás.

Mapa 5 - Traçado da Estrada de Ferro Goiás.



Fonte: Centenário das Ferrovias Brasileiras, IBGE (1954).

As obras da ferrovia em Goiás ficaram paralisadas na estação do Roncador, nas margens do Rio Corumbá, até o ano de 1920. O Governo Federal, que tinha como Secretário de Viação o Dr. Pires do Rio, encampou a ferrovia que alterou o nome para Estrada de Ferro Goiás. O trecho até Leopoldo de Bulhões, aproximadamente 100 quilômetros de trilhos, ficou pronto em 1931, chegando a Anápolis em 1935.

A Revolução de 1930, tanto na escala regional como na federal, alterou o cenário político e os traçados da ferrovia em construção. Podemos notar, no Mapa 5,

a abertura de um ramal na Estrada de Ferro Goiás em direção à nova capital, encerrando de vez o sonho dos moradores da antiga capital de um dia verem os trilhos chegarem por lá.

Ilustração 2 - Primeiro trem em Anápolis no ano de 1935.



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil (s/d).

Para Castilho (2012), a implantação da ferrovia proporcionou a redução dos preços dos fretes e a melhoria do sistema de transporte, dinamizando a economia do território. Ela ampliou as possibilidades de circulação dos excedentes e dinamizou a prática agrícola. Com a implantação dos trilhos e a ligação com a região econômica mais dinâmica do Brasil, houve um crescente movimento na porção sul de Goiás, sobretudo na área de influência da Ferrovia. Em 1900, a população de Goiás somava 270.000 habitantes. Em 1908, houve um incremento de apenas 10 mil habitantes. Em 1910, um ano após o início da construção da ferrovia, o estado registrou 340.000 habitantes. Em 1920, houve um crescimento de 66,42% da população, com registro de 511.818 habitantes. Podemos observar, no Mapa 6, a distribuição dessa população nos municípios próximos da principal linha ferroviária, com destaque para Catalão.

da torre, possivelmente, representava os novos tempos caracterizados cada vez mais pela velocidade.

Ilustração 3: Estação Ferroviária de Goiânia, em 1957.



Foto Tomas Somlo, da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, do IBGE, 1959.

Fonte: Luis Nassif Online (2012).

Para Castilho (2012), apesar do prolongamento da ferrovia até Goiânia e Brasília, o sistema produtivo regional, a partir da década de 1950, não tinha a mesma dependência da ferrovia, quando comparamos com as décadas de 1920 e 1930. As regiões produtivas já não se orientavam pela ferrovia, mas pelas novas estradas de rodagem, que permitiam uma maior mobilidade do sistema produtivo-regional. Por isso, esvaziava-se em Goiás o primeiro modelo exportador ferroviário

que havia permitido sua ascensão econômica e sua integração com sudeste brasileiro, nas primeiras décadas do século XX.

3.4.2 O automóvel e as estradas de rodagem

As estradas de rodagem também anunciaram o processo de modernização. Assim como a ferrovia, a estrada de rodagem é um objeto técnico relevante na superação dos limites impostos pelo meio natural. Ela permite a circulação do automóvel, que, para Baudrillard (1973), é um dos mais importantes signos de nosso tempo, por conta de seu papel na produção do imaginário que redefiniu a relação travada entre o homem, o tempo e o espaço. Santos (2009, p. 66) afirma que:

as cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse[...] Ilusão ou certeza, o automóvel fortalece no seu possuidor a ideia de liberdade do movimento, dando-lhe o sentimento de ganhar tempo[...], neste século da velocidade e da pressa[...], o automóvel é um elemento do guarda-roupa, uma quase-vestimenta. Usado na rua, parece prolongar o corpo do homem como uma prótese a mais, do mesmo modo que os outros utensílios, dentro de casa, estão ao alcance da mão.

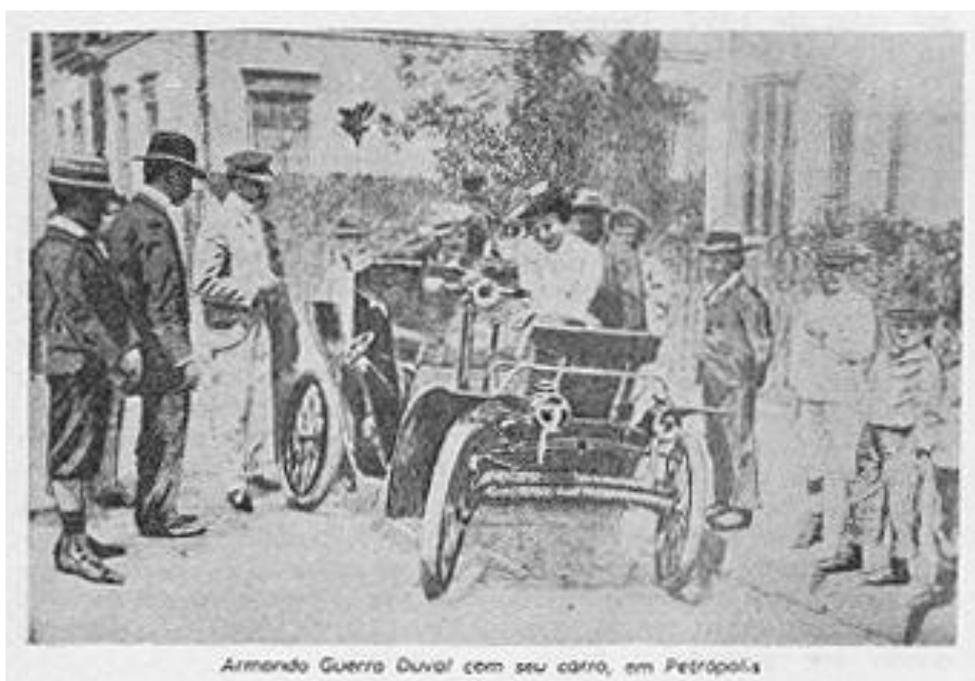
Para Baudrillard (1973), a casa reúne a totalidade dos objetos, mas o automóvel é, também, objeto. Santos (2009, p. 66) define que o objeto “seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassando o quadro doméstico e aparecendo como utensílio, [...] um símbolo, um signo”.

A Introdução do automóvel no Brasil ocorreu por meio das importações. Até o ano de 1900, existiam apenas quatro automóveis no Brasil: dois em São Paulo e dois no Rio de Janeiro⁴⁵. Não existiam vias adequadas para o deslocamento de automóveis. Por volta de 1910, os automóveis apareceram com mais frequência, deixando de ser um objeto de luxo, para servir ao transporte de mercadorias. Porém,

⁴⁵ O primeiro automóvel, de motor a explosão, do Rio, foi de Fernando Guerra Duval, então estudante de engenharia, irmão de Adalberto Guerra Duval, embaixador do Imperador na corte do Tzar da Rússia. Algumas publicações consignam Guerra Duval como “artista”. Não é verdade: ele foi engenheiro, formado pela Escola Politécnica. Seus contemporâneos afirmam que de artista ele possuía apenas o temperamento. O carro de Guerra Duval era um “Decauville” e aqui circulou em agosto de 1900. Seu motor à gasolina, era de 2 cilindros. Na falta do combustível, Guerra Duval ia às farmácias e comprava benzina. O carro era aberto, sem capota. O escapamento era livre e fazia muito barulho. Em lugar do volante, a direção era em forma de guidon de bicicleta. O carro de Guerra Duval foi um sucesso no Rio e adjacências. Porque ele não circulou apenas na Capital. Andou também em Petrópolis – onde foi numa prancha da Estrada de Ferro, pois não havia estrada – e causou espanto aos veranistas da pacata e fria Cidade Imperial. Fonte: http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_automovel_no_brasil.htm. Acesso em jan. 2015.

os veículos de tração animal ainda eram destacados. Todavia, paulatinamente “o automóvel transformou o cenário das grandes cidades brasileiras, influenciou no comportamento cultural da sociedade e alavancou a economia do país” (TRANSITOBR, s/d).

Ilustração 4: O primeiro automóvel no Rio de Janeiro, 1897.



Fonte: <http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_automovel_no_brasil.htm>. Acesso em: jan. 2015.

No Brasil, a partir da década de 1920, a importação de automóveis tornou-se ação rotineira. A Ford Motors Company tinha iniciado a montagem de seus Ford “T”, em São Paulo, em 1919. A General Motors Company fez o mesmo a partir de 1925, com o Chevrolet *cabeça de cavalo*.

Na Cidade de Goiás, por volta de 1917, ocorreu a chegada “da primeira máquina Ford”. Naquele momento, conforme testemunhou Guilherme F. Coelho, na época escrivão na Capital: “vislumbrou a vitória do homem no desbravamento do sertão”. O veículo partiu da cidade de Jataí, no sudoeste goiano, e “percorreu quatrocentos quilômetros, sem incidentes até a capital, sendo esse fato recebido com muita festividade” (COELHO, 2008, p. 43).

Ilustração 5 - Carro Ford.



Fonte: http://www.carroantigo.com/português/conteúdo/curio_primordios_industria.htm.

Acesso em: jan. 2015.

Santos (2014, p. 107) ensina que “a chegada do novo causa um choque. Quando uma variável é introduzida em um lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. Todo o lugar muda”. Nas primeiras décadas do século XX, as estradas goianas eram ocupadas por carros de bois e tropas de muare. Estes eram os principais meios de deslocamentos de pessoas e mercadorias. A escritora Anapolina, Eucarice de Souza Ramos (2012, p. 21) observou:

até 1919 os únicos meios de transporte de mercadoria de Anápolis era o carro de boi e a tropa de burros. O carro de bois pesava de 900 a 1200 quilos mais ou menos e tinha capacidade de transportar de 1.200 a 1.800 quilos de mercadorias, ou seja, de 20 a 30 sacos de 60 quilos; e era puxado por 4 juntas de bois, caminhando no máximo de três a quatro léguas por dia. [...] um carro de boi ferrado, pronto para fazer o transporte de mercadorias era de alto custo, encarecendo também o preço do frete. O transporte de mercadoria em muare era muito usado, caminhando as tropas quatro léguas por dia, carregando cada animal, de 120 a 150 quilos, sendo o preço do frete mais barato.

Aos poucos, a presença dos automóveis⁴⁶ foi alterando a configuração territorial do país. Em Goiás, foi necessário incrementar o subsídio para as chamadas 'estradas de rodagem de classe'.

A melhora dos motores, principalmente do motor a diesel⁴⁷, promoveu modificações notáveis na relação custo-economia no escoamento da produção. Para Santos (2009, p. 62), os objetos vão mudando junto com a sociedade:

no começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pela obras dos homens: estradas, casas, cidades, fábricas, portos; verdadeiras próteses.

Os automóveis ganharam importância e nas primeiras décadas do século XX se espalharam por todo o Brasil. Na escala regional, a presença desse objeto técnico pode ser notada nas palavras de Pedro Ludovico, ao publicar sua versão sobre o processo de construção de Goiânia, elogiando o relatório do urbanista Armando de Godói⁴⁸: “depois de estudos e observações rigorosas, que lhe tomaram muitos dias andando de automóvel e a cavalo, entregou o ilustre técnico o seu relatório[...]” (TEIXEIRA, 1973, p. 83). Nesse relatório, Armando de Godói enfatizou “a necessidade de um plano rodoviário”:

A futura Capital, ligada por estradas regulares às diferentes zonas, não só impulsionará economicamente como receberá delas inúmeras e

⁴⁶ Quando começou a Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Brasil possuía entre carros, caminhões e utilitários de toda espécie, cerca de 200 mil veículos de todas as marcas e de todos os países do mundo, pois naquela época a importação era franca. Veículos que, de uma hora para outra, ficaram sem peças de reposição com a interrupção do mercado europeu e com o parque industrial norte-americano todo voltado para o esforço e a prioridade da guerra. Com o fim da guerra, em 1945, e com todas as deficiências do apuro técnico, o Brasil já possuía modesto parque industrial de autopeças, devido à necessidade de improvisar peças de reposição. Embora já se pensasse em uma produção brasileira de automóveis, a partir de 1946, a montagem dos carros importados retomou sua rotina e a importação normalizou, em 1951. Os responsáveis pelo destino do país ficaram alarmados com a queima de divisas na fome de veículos que o país atravessava. Para se ter ideia da gravidade do problema, basta dizer que somente em dois anos, de 1951 a 1952, o Brasil importou em números redondos 200 mil veículos que, aproximadamente, consumiram 540,9 milhões de dólares! Exatamente a mesma quantidade de veículos que existiam antes da guerra. Foi aí que se pensou, em termos de planejamento, em montar um parque industrial automobilístico brasileiro. As importações indiscriminadas esgotavam as reservas cambiais. Em 1952, o Brasil era um país sem estradas e sem transportes. (adaptado). Disponível em: <http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_primordios_industria.htm>. Acesso em: jan. 2015.

⁴⁷ As vantagens e o avanço do motor Diesel (inventado pelo alemão Rudolf Diesel) em comparação a outros motores, ocorreu na década de 1890. O motor Diesel tornou-se o mais eficiente tipo de máquina, por obter mais potência do seu combustível por meio da compressão do ar no cilindro.

⁴⁸ Armando de Godói foi o urbanista que deu o aval técnico, em 24 de abril de 1933, com relação ao local escolhido para ser a nova capital de Goiás: Goiânia.

ponderáveis elementos de vida. Convirá ao Governo estabelecer um plano rodoviário para ser executado por partes durante alguns anos. Quanto maior o número de vias de comunicação que convergirem para a cidade em projeto, tanto mais rápido serão o seu crescimento, a valorização dos seus terrenos, o desenvolvimento comercial e o progresso industrial. Ilustro a minha afirmação, citando o exemplo eloqüente de Chicago, que graças às inúmeras vias de comunicação que dela partem, teve a sua população, de cerca de poucas dezenas de milhar, há perto de oitenta anos, elevada acima de três milhões em menos de um século. Entre nós, há o caso de Belo Horizonte, cuja expansão só começou a verificar-se depois que foram construídas as estradas, ligando a Capital de Minas às zonas mais produtivas do Estado mediterrâneo. (TEIXEIRA, 1973, p. 83).

A planificação dos espaços da capital indica portanto os processos globais de cristalização da modernização em desenvolvimento, expressos nos planejamentos e conformados por incrementos econômicos e institucionais, para a operacionalização desta grande novidade, o automóvel.

3.4.3 O processo de modernização no território goiano

A inserção de novos objetos que alteraram a configuração territorial de Goiás, na primeira metade do século XX estavam (co)relacionados com as demandas por uma modernização reveladas por discursos fundados nos ideais da modernidade. A sucessão dos eventos e das tramas é importante para delinear as características sistêmicas do processo de redefinição de relações travadas entre o tempo, o espaço e o homem.

A cada momento mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo [...]. A percepção, pela sociedade e pelo indivíduo, do que esse espaço é depende da forma de sua historicização, e esta resulta, em grande parte, dos progressos nos transportes e nas comunicações, na construção do tempo social [...]. Tempo, espaço e mundo são realidades históricas... mutuamente conversíveis. Em qualquer momento o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se [...] sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. [...] espaço não existe sem a materialidade [...]. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham [...]. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados. Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e o seu uso social, seja como antes, hierárquico. (SANTOS, 2013, p. 38-39).

A mudança na configuração territorial brasileira, numa escala mais ampla, foi indicada por Lévi-Strauss, na década de 1930: o Antropólogo enfatizou que, “nos

últimos cem anos o Brasil se transformara mais do que se desenvolvera”. Ele comparou a realidade brasileira de seu tempo com a manifestada na época imperial, e afirmou que a ocupação humana era pouco expressiva, mas relativamente bem distribuída e que o interior possuía uma maior vitalidade do que em 1935. Ele apontou a insuficiência geral dos meios de comunicação e de transporte, enfatizando a importância do cavalo em viagens que demoravam não semanas, mas meses: “embrenhar ali onde só os muares podiam se arriscar”. Ainda com relação ao interior do Brasil, o Antropólogo (2012, p. 106) destacou:

Vivia solidariamente uma vida vagarosa, sem dúvida, mas contínua; navegava-se pelos rios em data fixas, em pequenas etapas que se estendiam por vários meses; e caminhos esquecidos por completo em 1935, como o de Cuiabá a Goiás, ainda serviam, um século antes, a um intenso tráfego de tropas, tendo cada uma de cinqüenta a duzentas mulas.

O ilustre frances analisou o Brasil do começo do século XX e concluiu:

Era o preço pago pela intensificação do povoamento e das trocas nas regiões costeiras, em virtude das condições de **vida moderna** que se instauravam; ao passo que o interior, por ser ali o **progresso** demasiado difícil, regredia em vez de acompanhar o movimento no ritmo lento que é o seu. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 106). (**grifo nosso**).

O abandono do interior brasileiro era percebido quando comparado com o estilo de vida mais moderno encontrado no litoral. A Revolução de 1930 teria o desafio de modernizar o interior para redefinir os caminhos do Brasil. Para muitas pessoas, esse movimento “revolucionário” representava a salvação para o País, sendo recebido com entusiasmo em várias localidades. Todavia, não deixou de revelar suas contradições.

Regionalmente, a Revolução de 1930, para boa parte dos habitantes da Cidade de Goiás, assumiu o significado do Cavalo de Tróia⁴⁹, pois depois dos festejos e da recepção honrosa a Pinheiro Chagas, este deu início ao movimento que transferiu a sede estadual. Devemos ressaltar que a chegada da estrada de ferro e dos automóveis em Goiás, nas décadas iniciais do século XX, pouco alteraram os problemas relacionados às distâncias e comunicação entre o sul e o

⁴⁹ Alusão à história e literatura grega, na qual os Gregos em guerra contra a cidade de Tróia ofereceram aos troianos um cavalo gigante fabricado de madeira, como presente, representando a paz. Na verdade, o ‘presente’ estava recheado de soldados armados. Foi a estratégia dos gregos, liderados pelo lendário Ulisses, para adentrar na fortaleza da cidade de Tróia e destruí-la.

norte⁵⁰ do Estado, onde persistiam graves problemas relacionados ao (des)emprego da justiça – (des)ordem pública –, recolhimento de impostos/tributos, escoamento da produção e a pouca densidade populacional; além da ausência de objetos que podemos considerar como modernos.

Os presidentes das província de Goiás, quando conjecturavam sobre uma nova capital para Goiás, raríssimas vezes vislumbravam o seu deslocamento para o norte do Estado. Certamente, eles consideravam as dificuldades com relação às distâncias das coisas; bem como a reduzida presença de objetos técnicos. Ao propor a transferência da capital, embalado pela Revolução de 1930, Pedro Ludovico foi acusado de ter projetado a nova capital para a região mais adiantada do Estado, próximo da estrada de ferro, em direção ao sudeste brasileiro, abandonando a região mais carente de integração..

Para Santos (2009, p. 65), a relação entre as coisas e os objetos,

cada vez mais, os objetos tomam o lugar das coisas. No princípio tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de interações sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistemas de objetos e não mais de coisas.

Devemos observar que “toda a criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2009, p. 40). Todos esses objetos constituíram a história Goiás, possibilitando entender aspectos do território. Para Santos (2009, p. 40):

o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. [...] É nesse sentido que a história se torna um meio, e que a síntese realizada através do espaço não implica uma harmonia preestabelecida.

As ações e os objetos naquele momento expressavam o novo e certamente, por isso, as comitivas do interior asseguraram o apoio necessário para que o

⁵⁰ O norte de Goiás, hoje Tocantins, era designado de Setentrão (COELHO, 2008), em contraposição às localidades situadas mais ao sul.

governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, consolidasse a transferência da capital, da Cidade de Goiás para Goiânia, em 1937. Devemos salientar que Goiânia foi um objeto técnico de primeira ordem. Ela expressou e reforçou a existência do novo, do moderno, do progresso e abriu as portas dos sertões para a modernização produtiva.

A cidade moderna é uma grande escola[...] sem as quais os povos não progredem e não prosperam[...]. A cidade moderna é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas[...] desperta as energias extraordinárias[...] civilizadoras. (TEIXEIRA, 1973, p. 79-80).

As novas relações estabelecidas a partir dos novos objetos atribuem novos sentidos para a (re)produção de mercadorias e (re)produção simbólica. Objetos,

são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS, 2009, p. 73).

Para Santos (2009), o espaço é produto de relações indissociáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações. Devemos considerar que os novos objetos foram tão importantes quanto às ações políticas articuladas no contexto da Revolução de 1930. Em momentos anteriores à Revolução que conduziu Vargas e Ludovico aos comandos do Estado e de Goiás, não havia as condições materiais e simbólicas imprescindíveis para a transferência da capital goiana e a aproximação entre o sertão e litoral: ex-presidentes da Província de Goiás, embora soubessem bem da necessidade de uma nova capital, certamente não portavam as condições para transformarem suas ideias em projeto efetivo. Por isso, as sete décadas transcorridas entre Couto Magalhães e Pedro Ludovico foram significativas para o surgimento de novas ações e novos objetos.

Santos (2009, p. 73) considera que o “objeto é, primeiro, um dado, cujo exame permite a construção intelectual de sua realidade”. O geógrafo segue desenvolvendo seu raciocínio: “o objeto é um testemunho da ação” (SANTOS, 2009 p. 74). Assim, podemos relacionar a construção de Goiânia com as demandas de seu tempo, com vistas à modernização das relações produtivas do território goiano; enquanto a Marcha para o Oeste, de modo semelhante, mas numa escala ampliada, buscou viabilizar a incorporação do sertão pela Região Sudeste. As duas iniciativas

foram articuladas territorialmente para a superação do meio natural e implantação do meio técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SUPERAÇÃO DO MEIO NATURAL E A MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA EM ÁREAS DO CERRADO

A modernização produtiva em áreas de Cerrado pode ser notada pelas sucessivas transformações; bem como pela constante superação de modelos e técnicas, produtivas. Os usos gradativos da técnica e da ciência assumiram o controle sobre os circuitos agrícolas regionais e nacionais.

A ampliação dos sistemas técnicos (SANTOS, 2009) no território brasileiro promoveu a expansão acelerada da agricultura moderna em direção ao Cerrado. Esse processo foi implementado para redefinir a divisão territorial do trabalho, viabilizando o processo de industrialização do país. Uma ênfase no processo de modernização produtiva pode ser notada a partir da década 1970, com a emergência de períodos, alguns simultâneos com sobreposições de processos produtivos, como por exemplo, entre os complexos e as tradings⁵¹.

O impacto das alterações político-econômicas, iniciado na década de 1930, rumo à integração nacional, teve como desdobramento a difusão de novos eventos promotores da modernização produtiva em áreas do cerrado. O Centro-Oeste brasileiro passou a ser alvo de políticas governamentais visando sua integração e modernização. O desdobramento desse processo, no Planalto Central, foi gradativo e entremeado de alterações de ordem política, social e econômica. Notadamente,

A Revolução de 30, ao ensejar alterações na ordem política, apontou novos rumos para a sociedade e os novos dirigentes promoveram uma aposta no “desenvolvimento” do estado com a concretização do antigo sonho da nova capital. A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o planalto central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma “possibilidade geográfica” futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios. (ESTEVAM, 2004, p. 109).

⁵¹ “As tradings são complexos empresariais que podem deter: propriedades produtora de grãos, empresas compradoras através do financiamento creditício e da assistência técnica; empresas exportadoras com meio de transportes modernos e alternativos; mais modernos insumos e técnicas de produção; empresas de industrialização da produção agrícola; empresas que consomem a produção com o intuito de agregar valor” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p. 16-25).

O imediato impacto propiciado pela Revolução de 1930, no território goiano, foi a construção de uma nova capital para Goiás, que, para muitos, parecia mais uma promessa. Este era o cenário goiano:

Nas décadas de 1920 e 1930, Goiás já atraía intenso fluxo migratório, em especial pela fertilidade das terras e pela riqueza florestal da microrregião do “Mato Grosso de Goiás”. Vieram somar-se a essas características puramente naturais. Em 1933, a fundação da nova capital do estado – Goiânia. A transferência ocorreu em 1937. Ainda em 1935, Estrada de Ferro Goiás, partindo do Triângulo Mineiro chegava a Anápolis. Com isso, em 1940, Goiás já era a terceira unidade da federação em recebimento de migrantes: 18,9% de sua população eram naturais de outros estados. A população do “Mato Grosso de Goiás”, por exemplo, em 1940, contava com 200 mil habitantes – 150 % a mais que em 1920. (PESSOA, 2009, p. 179).

Podemos observar que vários elementos contribuíram para o aumento do fluxo migratório para a região do Mato Grosso de Goiás. Neste contexto, “em 1950 somava 400.000 habitantes” na região supracitada (FAISSOL, 1952, p. 101). Notavelmente, a população dobrou em apenas uma década. Goiânia proporcionou a valorização das glebas de terras e contribuiu para o aumento do fluxo migratório para essa região.

Na página inicial da coletânea editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o registro oficial do Batismo Cultural de Goiânia, aparece a inscrição relacionada ao Presidente Vargas: “chefe do govêrno dos Estados Unidos do Brasil, inspirador e orientador da nova marcha para o oeste, apoiador da construção de Goiânia” (IBGE, 1942, p. IV). Pedro Ludovico, em escala regional, também foi chamado de bandeirante moderno. Isso fez com que seus admiradores considerassem ambos, Vargas e Ludovico, possuidores de interesses e visões semelhantes, inclusive atribuindo-lhes as qualificações de heróis. Fora o exagero, sem dúvidas, suas realizações contribuíram para a sobreposição das escalas das ações, levando muitos, inclusive professores, a considerar equivocadamente que Getúlio Vargas realmente construiu Goiânia.

No banquete oferecido, em Goiânia, pelo interventor Pedro Ludovico, no dia 7 de agosto de 1940, conforme ressaltamos, Vargas explicitou o valor da região do Planalto Central para os projetos de integração do território nacional. No discurso, Goiás foi mencionado:

Apresenta-se na atualidade, com as energias revigoradas, colaborando, construtivamente, no progresso geral, a sua população aumenta em ritmo

apreciável que se acelera e será ainda mais intenso quando os grandes cursos de água que regam o planalto se transformarem em ligação econômica entre o Norte e o Centro do país. (IBGE, 1942, p. 15).

O presidente elogiou Goiás e fez projeções para novas ações nas escalas regional e federal. Seguramente, ele demonstrou a intenção de interligar os pontos distantes do território brasileiro: Goiás seria a ponte. Todavia, somente no início de 1940, o discurso saiu do papel com a criação da primeira (CANG) Colônia Agrícola Nacional de Goiás (hoje, cidade de Ceres) e logo em seguida, criação da Expedição Roncador-Xingu, transformada em fundação Brasil Central, em 1943.

Para Pessoa (2009, p. 190), essas ações, numa região sabidamente carente, não foram atos de bondade do governo federal. Mas caracterizou-se como,

uma intervenção muito bem calculada, preparando o avanço do capital em uma região em que, uma inserção desta, por conta própria, seria pouco vantajosa [...] o Estado como sempre, fez sua parte, preparando o terreno para os investimentos seguros. Estradas foram abertas, a mata foi derrubada, casas foram construídas e vários serviços públicos foram instalados.

Goiás, naquele contexto, despertava interesses diversos. Era palco de muitas referências e estava na pauta de eloquentes discursos. Além disso, recebia visitas ilustres. Certamente, a inauguração da nova cidade-capital correspondia à aposta no futuro inserido dentro do processo de acumulação capitalista. Neste sentido, a Capital "não era para ser vista, mas sim para ser compreendida" (SABINO JUNIOR, 1980, p. 23). Goiânia serviu para apoiar tanto ações ideológicas discursivas, como econômicas:

A implantação de uma nova cidade no planalto traduzia o desejo do presidente, alimentava a "expansão capitalista" em seu processo de incorporação de novas frações do território nacional, representando ainda um símbolo do Estado Novo e constituindo marco significativo na política de interiorização. (ESTEVAM, 2004, p. 100).

Nas décadas que se seguiram ao batismo cultural, Goiânia se apresentou como mais do que uma simples promessa. A nova capital, além do fluxo migratório, contribuiu para desencadear ações econômicas na região: "o que o Capital queria dela, por intermédio da ação do estado, era a picada aberta para que pudesse avançar no sentido litoral-interior" (PESSOA, 2009, p. 19). Entretanto, o avanço da

modernização no território goiano não pode ser atribuído somente à implantação de Goiânia. Outras iniciativas foram importantes:

As mudanças em Goiás, no contexto da marcha para o oeste, concretizaram a integração do estado no comércio nacional de mercadorias. A construção de Goiânia, o projeto de colonização, o surto imigratório, a infra-estrutura dos transportes e a implementação de Brasília fortaleceram o grau de articulação da região como o centro dinâmico do país. (ESTEVAM, 2004, p. 125).

O Estado de Goiás detém expressiva riqueza mineral, terras férteis, além da localização geográfica privilegiada, que desempenhou importância nos discursos político-econômicos de integração nacional e serviu de ligação entre áreas do território brasileiro. A integração nacional abriu caminhos para a modernização da agricultura e intensificou a exploração e a ocupação Centro-sul goiano (não havia criado o Estado de Tocantins). A imigração pós-guerra avançou sobre parte do Médio-Norte goiano e a abertura da Belém-Brasília rearticulou o quadro dos núcleos urbanos no Norte, facilitando integração aos centros comerciais goianos.

A construção da Capital Federal (1956-1960) promoveu abertura de estradas e novas frentes de migração para o Planalto Central, facilitando a integração ao comércio nacional. Embora a maioria da população de Goiás continuasse no campo, até a década de 1960, a tradicional organização social e produtiva da antiga fazenda goiana estava em processo de modificação.

O Plano de Metas configurou-se como grande divisor de águas ao promover grandes investimentos. Nele, a construção de Brasília contribuiu para que a região Centro-Oeste fosse inserida numa lógica que extrapolava o próprio território nacional. O solo goiano, propício à agricultura, associado aos contextos externos modernizadores, contribuiu para aumentar o interesse dos grupos que buscavam novos espaços disponíveis para o cultivo de produtos para exportação. Para Santos (2009, p. 132), a distribuição de recursos resulta da “divisão do trabalho: um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”.

Portanto, as escalas das ações iniciadas e lideradas pelos destacados atores políticos: Vargas e Ludovico, na década de 1930, caracterizaram-se em um dos legados rumo à essa integração territorial, pois criaram condições para que nas décadas seguintes, o capital aportasse com todo vigor no *front*. Como sempre, o Estado foi um agente fundamental.

Os governantes que sucederam o período pós-Vargas continuaram por meio de programas a aceleração da abertura das portas do Cerrado ao processo modernizador. Os investimentos estatais, realizados entre as décadas de 1950 e 1970, organizaram a expansão da agricultura moderna, associando a indústria com os mercados nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ACERVO O ESTADÃO. **O estado de São Paulo: páginas da edição de 14 de setembro de 1938**. GOYANIA, 1938. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380914-21150-nac-0004-999-4-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: dez. 2014.

ALVES, Flamarion Dutra. As bases teóricas da geografia agrária brasileira: o pensamento de Pierre Monbeig e Leo Waibel. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

AZEVEDO, Vania Maria Ramos de. Marcha para o Oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho? **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, Caderno 3 (n. Especial), p. 93-117, dez. 1989.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: perspectiva, 1973.

BERTRAN, Paulo. O desbravamento do Brasil Central começou com a construção da cidade Goiânia, iniciativa de Getúlio Vargas. **História Viva Grandes Temas**, Revista Ed. Especial temática – O Brasil que Getúlio Sonhou, São Paulo, Ediouro, n. 4, v. 1, ago. 2004. (Versão eletrônica)

BORGES, Venerando de Freitas. **Samburá**. Goiânia: ed. Autor, 1987.

BRAY, Silvio Carlos. Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 10, n. 20, p. 33-43, 1980.

CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança**. 2. ed. Goiânia: Livraria e editora Cultura Goiana, 1973.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales [en línea], Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, v. 67, n. 418, 1 de noviembre de 2012.

CASTRO, Iná Elias de (Org.). O problema da escala. In: **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 13, p. 16-25, 2008.

CENTRO-OESTE BRASIL. **Plano de Comissão, 1890**. Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovios/1890-Plano-da-Comissao-ferrovias.shtml>>. Acesso em: dez. 2014.

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

COELHO, Guilherme Ferreira. **Expedição histórica nos sertões de Goyaz**: São José do Duro. Reedição ampliada. Goiânia: IBC, 2008.

DAVIDOVICH, Fanny. Escalas de Urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 51-82, jan./mar. 1978.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste**. Goiânia: UFG, 1974. (Versão eletrônica)

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Trilhos ferroviários**. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/anapolis.htm>. Acesso em: nov. 2014.

ESTERCI, Neide. **O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972.

ESTEVAM, Luiz Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: UCG, 2004.

FAISSOL, Esperidião. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1952.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Biografias**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **História e missão**. Disponível em: <<http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Fundacao/HistoriaEMissao?a=22>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GODOY, Paulo R. Teixeira de (Org.) **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOIÁS. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas dd. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-1933**. Goiás, 1934.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: O trabalhador brasileiro. In: **Estado novo: poder e ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 151-164.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia**. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço gráfico, 1942.

JORGE, Miguel. **Couto Magalhães: a vida de um homem**. Goiânia: Gráfica Oriente/Edição Departamento Estadual de Cultura, 1970.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, Florianópolis, n. 73, ago. 2005.

LENCIONE, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUIS NASSIF ONLINE. **As estações ferroviárias de Goiás**. Atualizado em 26/11/2012. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/as-estacoes-ferroviarias-de-goias>. Acesso em: dez. 2014.

MACIEL, Dulce Portilho. **Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1996.

_____. Fundação Brasil Central: sua atribulada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. **Plurais**: Revista Virtual da UnU, Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da UEG, Anápolis, n. 2, v.1, p. 145-162, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/>>. Acesso em: maio. 2013.

MAGALHÃES. José Vieira Couto de. **Viagem ao Araguaya**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Brasiliana Eletrônica). Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-ao-araguaia/preambulo/9/texto>>. Acesso em: nov. 2014.

MARROU, Henri-Irenée. **Sobre o conhecimento histórico**. Trad. de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MELLO, Marcelo de. **Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Espaciais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

MELLO, Márcia Metran de. **Goiânia: cidade de pedras e de palavras**. Goiânia: ed. UFG, 2006.

MENDES, Oswaldo. **Biografias**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1985.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOLES, Abraham. **As ciências do impreciso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MONBEIG, P. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Martins, 1940.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAES, Lucia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: UCG, 2003.

PALACIN, Luís. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

_____; MORAES, Maria Augusta Sant' Anna. **História de Goiás**. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1986.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais/Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

PESSOA, Jadir de Moraes. A Colônia Agrícola de Goiás no aprendizado da itinerância. In.: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS. **Cidade de Arapongas**. Disponível em: http://www.arapongas.pr.gov.br/2_galeria_cidade-de-arapongas. Acesso em: dez. 2014.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Eucarice de Sousa. **Anápolis: histórias não contadas e outros assuntos**. Goiânia: Kelps, 2012.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. **Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central**, jan.-mar. 1957. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/anapolis.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microistória'. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**. A experiência da microanálise. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998.

SABINO JUNIOR, Oscar. **Goiânia global**. Goiânia: Oriente, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed., 5. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Metaformoses do espaço habitado**. 6. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. 5. ed. 1 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Livro vira-vira. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

_____. SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEMERENE, Bárbara. Interdisciplinariedade na Pós-Graduação brasileira. Comissão de cursos multidisciplinares da Capes expõe desafios. **Universia – Brasil: Notícias da atualidade**, 19/07/2006. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/07/19/436809/%20interdisciplinariedade-na-pos-graduao-brasileira.html>>. Acesso em: out. 2014.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. 1982. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH/USP, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982.

SILVA, Sérgio Duarte da. Progresso e sertão goiano: a espera. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Autobiografia. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

TELES, José Mendonça. **A vida de Pedro Ludovico** - fundação de Goiânia. 4. ed. Goiânia: Proto Editora Gráfica, 2012.

TRANSITOBR – O portal do trânsito brasileiro. **Breve história do automóvel no Brasil:** a história do automóvel no Brasil. Disponível em: http://www.transitobr.com.br/index2.php?id_conteudo=141. Acesso em: jan. 2015.

UEPA – Universidade do Estado do Pará. **Documento de área 2013**. Disponível em: http://www.uepa.br/paginas/pcambientais/documento_area_interdisciplinar_2013.pdf. Acesso em: nov. 2014.

VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WIKIPEDIA, A enciclopédia livre. **Goiânia**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiânia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A2nia)>. Acesso em: 20 jun. 2013.